

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Recriações de Traços Identitários da
Cultura Portuguesa nas obras de Eça de
Queirós e Fernando Pessoa:
A Ilustre Casa de Ramires e Mensagem

Fernando Ferreira da Cunha Neto

Recriações de Traços Identitários da Cultura
Portuguesa nas obras de Eça de Queirós e Fernando

Pessoa:

A Ilustre Casa de Ramires e Mensagem.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras: Estudos Literários, da Faculdade Letras
da Universidade Federal de Minas Gerais, como
requisito parcial à obtenção do título de Doutor
em Literatura Comparada.

Área de Concentração: Literatura Comparada

Orientadora: Profa. Dra. Maria Esther Maciel de
Oliveira Borges

Co-orientador: Prof. Dr. Benjamin Abdala Júnior

Belo Horizonte
Faculdade Letras da UFMG
2005



Dedico este trabalho aos Meus
Pais:

Fernando Ferreira da Cunha Júnior
e
Dyrce Santhiago da Cunha

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à Profa. Maria Esther Maciel de Oliveira Borges por ter me acompanhado na jornada desde minha admissão no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras da UFMG até o término deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Benjamin Abdala Júnior pela co-orientação durante a empreitada da escrita da tese e pelas muitas sugestões que me foram de grande valia.

Agradeço à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Órgão do qual recebi, durante três anos, bolsa que me possibilitou uma maior dedicação aos trabalhos necessários ao desenvolvimento da tese.

Agradecimentos Especiais

À Mônica Oliveira Pereira que, com carinho e cuidados, incomuns,

Resumo

Neste trabalho pretendemos estudar a cultura portuguesa, mais precisamente, os traços que têm sido conectados com a cultura de Portugal e podem ser encontrados na literatura do mesmo país. Nós analisamos dois livros: o primeiro deles é a última obra de Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, o segundo é *Mensagem* de Fernando Pessoa. Em ambos, tanto no livro de Queirós, quanto no Poema de Pessoa, muitos fragmentos, os quais têm sido associados ao universo cultural português, podem ser perscrutados. Um de nossos objetivos é discutir as formas através das quais Eça de Queirós e Fernando Pessoa reinventam alguns traços de uma suposta identidade cultural da nação portuguesa. Ao analisarmos o caso português, torna-se muito difícil

Abstract

In this present work it is our intention to study the Portuguese culture, more precisely, the traces that have been connected with the culture of Portugal and can be found in the literature of this country. We analysed two

SUMÁRIO

Parte I

Introdução

1 – Onde e como é feita a cultura	p. 01
2 – Linguagem e Literatura	p. 08
3 – Diferença Cultural	p. 11
4 – Signo e Símbolo	p. 13
5 – Identidade Cultural	p. 18

Parte II

Capítulo I

1 – Identidade Cultural e Literatura	p. 26
2 – Identidade Cultural e Literatura: o caso português Considerações preliminares	p. 31
3 – O Contexto sociocultural português de fins do Século XIX e começos do XX	p. 38

Capítulo II – As Fases do “Espírito Civilizacional Europeu” ao longo dos séculos

1 – A Europa: “braço da Ásia que se projeta a Ocidente”	p. 46
2 – Em busca do “Espírito Civilizacional Europeu”	p. 52
3 – O “Momento Ibérico” na conformação do “Espírito Civilizacional Europeu”	p. 65

Capítulo III – Notas sobre as obras de Eça de Queirós e Fernando Pessoa

1 – Produção Cultural e Enunciação.....	p. 77
2 – História e Literatura	p. 93
3 – Tempo extraliterário e intraliterário	p.105
4 – A escrita da pátria-nação portuguesa em <i>A Ilustre Casa de Ramires</i> e em <i>Mensagem</i>	p.111

Parte III

Capítulo I

A significância	p. 133
-----------------------	--------

Capítulo II – A Gramática da Nação em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*

1 – Nação, Tempo e Espaço	p. 144
2 – A Reescritura da História de Portugal em <i>A Ilustre Casa de Ramires</i> e em <i>Mensagem</i>	p. 159
3 – Recriações da expansão marítimo-colonizadora portuguesa da pré-modernidade e de começos da modernidade	p. 180

Capítulo III – Os signos e os símbolos através dos tempos e das culturas

1 – Traços “identitários” da cultura portuguesa <i>versus</i> Traços “identitários” de Portugal (da nação)	p. 198
2 – Portugal	p. 208
3 – Dom Sebastião	p. 219
4 – Quinto Império e as riquezas do ultramar	p. 245
5 – Cruz	p. 273
Considerações Finais	p. 285

PARTE I

Introdução

1 – Onde e como é feita a Cultura

O signo diz menos e mais do que a palavra. Mais seria símbolo. Menos enigma. Só como signo-palavra, origem, substância e horizonte do texto, o signo “canta”. Assim subtrai a escrita à sua função referencial, ao seu papel codificado ou equivocadamente aberto sobre sentidos que o símbolo fecha por excesso. (LOURENÇO, 1994a, p. 09).

A citação acima, extraída da obra *O Canto do Signo – Existência e Literatura*¹, de Eduardo Lourenço, remete-nos a uma das questões mais complexas que envolvem o homem – a da produção cultural. Não importa onde estejamos inseridos, sociohistórica ou geograficamente falando, os produtos da cultura lá estarão ao nosso redor: ora nos servindo de instrumentos de trabalho, ora destinados ao nosso lazer ou à nossa fruição intelectual, em alguns casos podendo, até mesmo, ter implicações em nossa vida e morte. Estes produtos da cultura, que têm como seus constituintes básicos signos e símbolos, produzidos pelo homem sob as mais diversas condições sociohistórico-geográficas, serão o objeto especial de nossa atenção no estudo que iniciamos.

O homem, desde seus primórdios em nosso planeta, distinguiu-se dos demais seres que co-habitavam o ambiente ao seu redor, por uma capacidade própria de nossa espécie: o raciocínio abstrato, capaz de criar “artefatos”, que representam um “algo”. E esta representação de “algo”, através de abstrações, capacidade específica da espécie humana, é dos fenômenos mais intrincados que envolvem o homem. Nós apenas a vislumbramos quando percebemos as dificuldades em estabelecermos conexões entre a “coisa” representada e aquilo

¹ LOURENÇO, Eduardo. *O Canto do Signo – Existência e Literatura*. Lisboa: Editorial Presença, 1994a.

que a simboliza. O simbolizado ou referenciado se insurge contra aquilo que ocupa seu “lugar” porque, muitas das vezes, o “representado” foge às possibilidades de um registro material. O “objeto” que dá “origem” ao fenômeno que gravamos como artefato da cultura pode ser, de tal forma impalpável, que qualquer tentativa de “materializá-lo” se torna inócua. Em suma, um dos grandes enigmas que envolvem o homem é essa sua capacidade de criar coisas – dos monumentos da mais sólida pedra, às composições poéticas – que nos dizem de um “quê” que lá, na manifestação, não está. O homem, ademais de sua capacidade de criar abstrações que ocupam o lugar das coisas, vai além: cria artefatos que representam a si mesmo, ou seja, ele tenta dar significados ao seu próprio ser – corpóreo, biopsíquico – inventa a si mesmo. E as mesmas manifestações artísticas, sejam as efigies que se erguem a dezenas de metros de altura, ou as notas de uma melodia, trazem em sua textura, compõem-se de

... “...” e “...” ... = a que intrínseca, coisa/símbolo devido que

... ..

...

.....

...

...

.....

...

.....

.....

...

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

ligadas à produção e difusão das belas-artes, até as formas específicas através das quais se manifesta a cultura como a música, literatura, etc..

Já Alfredo Bosi encaminha-se para um flanco que não é propriamente o da “materialidade” da cultura – as formas concretas, engendradas pelo homem, que constituem os artefatos culturais e os meios de divulgação dos mesmos. Ele apreende a cultura, *grosso modo*, como um legado – “símbolos e valores” que devem ser transmitidos de geração para geração.

Poderíamos prosseguir em nossa coleta de definições para o termo cultura, mas isso não se faz necessário. A despeito dos verbetes dos dicionários tentarem defini-la, de argutos estudiosos buscarem enquadrá-la em suas elaborações, a cultura – algo fluido e multifacetado, concreto e intocável, “simbolizável” e “sínico” evade, escorre para fora das comportas que insistimos em erguer para contê-la.

A pergunta, “O que é a cultura?”, diferentemente de outras, tais como: “O que é

...?” “O que é o Empire State Building?” afirma-se para nós extremamente

1. Discussões contemporâneas acerca das diversas manifestações culturais engendradas

mesma ao criar suas instituições [...] e a sociedade se funda a si mesma cada vez que se institui como cultura. (PAZ, 1991, p. 118).

Avançando um pouco mais nesta direção, percebemos a necessidade de buscar, nos locais geradores de cultura, as respostas à nossa segunda questão. Em lugar do estabelecimento de correlações do tipo realidade material/institucional *versus* fenômenos culturais, devemos procurar, nos locais onde estes surgem ou são “feitos” e nos elementos constituintes dos mesmos, as razões de seu surgimento e persistência. Recuarmos da objetificação material das coisas humanas – da dureza pétrea dos monumentos, da efusão das cores das bandeiras, dos brados patrióticos dos hinos e do ufanismo de alguns poemas – para os “locais” de onde tudo isso parte. Perscrutarmos os “elementos” que, estrategicamente dispostos, são, ao final, os constituintes da “materialidade” das coisas que denominamos como cultura.

Na busca pelos locais de onde se originariam os artefatos culturais e pelos elementos constituintes dos mesmos, foram desenvolvidos ramos específicos do saber. Além do surgimento destes campos específicos de investigação sobre a natureza da cultura, uma

Dos estudos semióticos nos chegam os termos “signo” e “símbolo”, citados por Lourenço na epígrafe à nossa introdução, e que nos interessam mais de perto. Ditos de forma muito sumária, “signo” e “símbolo” são os elementos integrantes dos sistemas de

representação criados pelo homem em seu fazer-cultural. Mas, mesmo nessa tentativa de

Cultura Portuguesa. Existiriam, de fato, “traços identitários” de uma cultura, no caso em estudo, da portuguesa, presentes no sistema de representação a que denominamos literatura? Como estes “elementos” são transmutados, através da semiótica da linguagem, nos livros *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*, de Eça de Queirós e Fernando Pessoa, respectivamente?

Antes que abordemos a suposta presença de traços identitários da Cultura Portuguesa nas obras de Eça e Pessoa, serão necessárias algumas discussões sobre a forma como a literatura compõe o universo maior da cultura. Em outros termos, como é transmutado pelo código lingüístico aquilo que é o “algo exterior” à própria linguagem. Existiriam referentes externos, autônomos, ao fazer literário ou eles são, pela via da linguagem, constantemente transmutados, em certo sentido criados e recriados? Como um sistema semiótico como a literatura, integrante do conjunto maior que é a cultura, pode nos possibilitar o vislumbre da identidade de um povo, uma nação, etc ?

2 – Linguagem e Literatura

O estudo da literatura mundial poderia ser o estudo do modo pelo qual as culturas se reconhecem através de suas projeções de “alteridade”. (BHABHA, 1998, p. 33).

Acrescento então que, ao fazer cultura (e outra coisa não podemos fazer, poetando, amando ou temperando batatas com manteiga ou com azeite), estamos fatalmente a negá-la, por opção em cada caso havida contra outra. E que, ao negar o que negamos, estamos, fatalmente também, a fazer outra. (FRANÇA, 1997, p. 09).

Ao retomarmos a questão que inicialmente elegemos como objeto de reflexão – “Onde e como é feita a cultura?” – agora direcionada para o artefato cultural a que denominamos literatura, adentramos a um sistema semiótico cujo “tecido” único é a linguagem. Como constructos que, *grosso modo*, nada mais são que combinações de

elementos de um determinado léxico, sejam poemas, narrativas que nos chegam pela tradição

1. Como essas coisas se entrelaçam, ao mesmo tempo, as coisas do homem? Quais as

propriedade da linguagem: reconstitui algo e, ao mesmo tempo, o constrói. Alude a um “quê” que tem os foros de realidade, mas transporta para além dele. É por este ângulo, de difícil perscrutação, que podemos, também, trilhar os caminhos do fazer cultural a que denominamos

11/11/2010

Retomando termos das duas epígrafes utilizadas como introdução a este item, de Bhabha e França, sobre a literatura mundial e o fazer cultural, realçamos que tanto o auto-reconhecimento, pela via literária, de uma cultura como alteridade, como o fazer e refazer do “outro”, só se tornam possíveis na área onde o constructo cultural ultrapassa aquilo a que ele se refere, sobrepõe-se a ele e, de certa forma, o hipertrofia. É nossa intenção discutir em que condições isso se dá.

3 – Diferença Cultural

A diversidade cultural é um objeto epistemológico – a cultura como objeto do conhecimento empírico – enquanto a diferença cultural é o processo de *enunciação* da cultura como “conhecível”, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural [...] a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações *da* ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. (BHABHA, 1998, p. 63). (Grifos do autor).

Ao final do item anterior, apontamos, de forma tênue, para os processos efetivados pela via da linguagem através dos quais o fazer cultural acontece; mais especificamente o literário. Apropriando-nos de formulações de Bhabha e França, aludimos à capacidade da linguagem de ir além daquilo que ela deveria, em tese, representar. Em função

estabelecimento das diferenças culturais que construímos o “outro”; damos precedência histórica a tribos, a aldeias, a nações inteiras; estabelecemos os eleitos ou escolhidos pelas divindades em virtude de características étnicas, religiosas, lingüísticas, etc. É na zona quase que imperscrutável da articulação da diferença cultural, só factível em virtude de todos estes processos que aliam o retórico ao que lhe é precedente – os fatores de natureza sociocultural que, vez por outra, emergem “aqui” e não “lá” – que as “identidades culturais” se nos surgem. E é ainda por meio do estabelecimento das diferenças culturais, surgidas através de todos estes movimentos, que o indivíduo é interpelado, vai “vivenciando” as mesmas e, paralelamente, constitui-se. Inúmeros exemplos poderiam ser dados. Desde as guerras étnicas que transformaram os Bálcãs, por cerca de uma década, em palco de lutas fratricidas entre grupos que advogavam supremacia uns sobre os outros, até as recentes investidas norte-americana e britânica na região do Golfo Pérsico. Guardadas as devidas proporções nos dois

também necessárias algumas considerações sobre as já referenciadas condições que possibilitam a interpelação do sujeito pelo discurso.

4 – Signo e Símbolo

No original conteúdo e linguagem formam uma unidade determinada, como a do fruto e da casca, a linguagem da tradução envolve seu conteúdo, como um manto real, com dobras sucessivas. Pois ela significa uma linguagem superior a si mesma e permanece, por isso, em relação ao próprio conteúdo, inadequada, violenta e estranha. (BENJAMIN, 1992, p. XIII).

Para que possamos levar a bom termo nossas discussões sobre a produção da diferença cultural no nível do discurso, faz-se necessário que retomemos os termos *signo* e *símbolo* – os elementos constituintes do “tecido” cultural. Já desde o início dessa introdução o vislumbrávamos, signo/símbolo como o *locus* de onde partiriam os artefatos de cultura ou os mesmos como a “matéria-prima” a partir da qual estes últimos são produzidos.

Discutir estes dois “elementos” integrantes das manifestações culturais – em nosso estudo damos relevância à literatura – é tarefa bastante complexa. Para que alcancemos parte de nossos objetivos temos que nos valer do trabalho de Walter Benjamin, *A Tarefa do Tradutor*¹¹, do qual retiramos a epígrafe desta seção.

Na senda aberta por Benjamin no seu *A Tarefa do Tradutor*, diríamos, de forma sumária, que a tradução de uma obra transcende o mero ato de comunicação. O trabalho do tradutor, tal como concebido por Benjamin, está muito além de transpor dados, conteúdos, de um código lingüístico para outro. A tradução é também transmutação. Nenhum especialista conseguiria, dentro do universo do próprio sistema lingüístico, causar os mesmos efeitos que o original obtém nos limites da língua em que ele foi, primariamente, produzido. E esta “intraduzibilidade” das línguas – a impossibilidade de recompor todos os sentidos que o

¹¹ BENJAMIN, W. A tarefa do tradutor. Trad. Karlheinz Barck. *Cadernos do Mestrado-UERJ*. Rio de Janeiro, n° 01, p. I-XXII, 1992.

original carrega quando o vertemos para outro idioma – está ligada às estratégias através das quais o texto que dá origem à tradução dispõe os signos e símbolos do meio cultural no qual ele é gerado. Dito de forma mais complexa, a impossibilidade de uma tradução que abarque o texto traduzido, em sua totalidade, deve-se ao fato de que o original compõe-se por articulações de sentido entre “signos” e “símbolos” que, por sua vez, na obra em processo de tradução, produzem a diferença. A impossível tarefa do tradutor seria produzir a diferença, contida no texto originário, sem vislumbrar os movimentos que conformaram os signos e símbolos da cultura que, anteriormente, foi a produtora do texto traduzido. Em outros termos, o que transmuta o trabalho do tradutor em uma “recriação” é a impossibilidade de ele reproduzir ou reencontrar, no seu universo lingüístico-cultural, as condições específicas que geraram os signos e símbolos presentes no trabalho traduzido. Em face desta tragicidade de sua tarefa, o tradutor tende a transmutar o signo no símbolo alcançando, assim, a traduzibilidade.

Tentemos enquadrar de forma mais objetiva signo e símbolo uma vez que a configuração das diferenças culturais, essencial às nossas discussões subseqüentes sobre identidade cultural, depende, em grande medida, desta distinção.

A construção de in(definições)¹² para estas duas categorias integrantes do tecido cultural que, por sua vez, dá origem às diversas manifestações do homem, é tarefa muito complexa. Ela é tão ou mais complexa que a elaboração de respostas à nossa proposição inicial “Onde e como é feita a cultura?”.

Os símbolos, que mais facilmente materializam-se ante nossos olhos, têm a propriedade de trespassarem diferentes universos culturais. Surgem de movimentos que os antecederam, as marchas e contra-marchas de povos ou civilizações; do entrecortar de

¹² Mais uma vez nos apropriamos de parte do título da obra de José-Augusto França, *(In)definições de Cultura*, por julgá-la bastante apropriada à complexidade das tentativas que buscam apreender e/ou “descrever” os signos e símbolos da cultura.

sentidos múltiplos que a fricção de culturas propicia; das elisões de traços e elementos que, em determinadas condições sociohistóricas, se fazem necessárias; de acréscimos que, em momentos estratégicos, o desenrolar das ações possibilita; enfim, de uma gama imensa de fatores os quais jamais poderiam ser enumerados ou entrançados em sua totalidade. Dentre os

pode/poderia ser o símbolo. Configuram-se, até certo ponto, por operações realizadas no código linguístico e que antecedem a cristalização de um sentido. Eles, os signos, não

No mesmo capítulo, ainda discorrendo sobre diversidade cultural/diferença cultural, Bhabha alude ao processo de diferenciação cultural na forma como vimos tentando apreendê-lo: uma “construção textual” entrecortada pelos processos anteriormente referenciados.

[...] a diferença cultural é o processo de *emunciação* da cultura como “*conhecível*”, legítimo, adequado à construção de sistemas de identificação cultural. Se a diversidade é uma categoria da ética, estética ou etnologia comparativas, a diferença cultural é um processo de significação através do qual afirmações *da* cultura ou *sobre* a cultura diferenciam, discriminam e autorizam a produção de campos de força, referência, aplicabilidade e capacidade. (BHABHA, 1998, p. 63). (Grifos do autor).

Retomando o trabalho de Walter Benjamin, *A Tarefa do Tradutor*, diríamos que a impossibilidade que configura a tragicidade do ato de tradução é homóloga do processo de diferenciação cultural. O tradutor, impossibilitado de perscrutar, no texto que ele traduz, a conjugação dos movimentos de natureza lingüístico-textual e os de origem sociohistórica que possibilitaram o surgimento dos signos, incapaz de reproduzir a diferença originariamente produzida no texto que ele traduz, produz a *diferença* do texto traduzido. Em outros termos, ele (o tradutor) aliena o texto original de muitos de seus sentidos no processo de tradução.

Tomando a Benjamin os seus próprios termos:

Em todas as línguas e suas obras permanece, fora do comunicável, um incomunicável, segundo a relação em que se encontra algo de simbolizante ou simbolizado [...] E o que se busca representar ou mesmo se instaurar no devir das línguas é este núcleo da língua pura. Mas se, escondido ou fragmentário, ele está, no entanto, presente na vida como o próprio simbolizado, só aparece nas obras como simbolizante. Se esta essência última, que é a própria língua pura, está vinculada nas línguas apenas ao material verbal e às suas transformações, nas *obras é ela afetada por um sentido denso e estranho*. Desvinculá-la desse sentido, fazer do *simbolizante o simbolizado*, mesmo recuperar a língua pura configurada no movimento verbal, é o violento e único poder da tradução. (BENJAMIN, 1992, p. XIX). (Grifos nossos).

São estes mesmos sentidos, não passíveis de serem transpostos no processo de tradução de um código lingüístico para outro – a “impossível tarefa do tradutor”, “um sentido denso e estranho” que será desvinculado da obra no processo de tradução – os configuradores das diferenças culturais em diversos outros processos que não os das traduções. As diferenças culturais originadas nestes processos são as que, potencialmente, podem: desembocar na conformação de identidades nacionais, possibilitar o surgimento de clivagens de natureza étnica, religiosa, lingüística, etc, entre os povos, divisões estas responsáveis por grandes genocídios ao longo da história do homem.

5 – Identidade Cultural

A diferença da problemática da *identidade* para a problemática da *definição* está em que a primeira assenta no passado histórico e a segunda no futuro histórico, a partir do presente histórico – que importa viver, saber ou inventar. (FRANÇA, 1997, p. 315). (Grifos do autor).

A emblemática questão das identidades culturais dos mais diversos povos que habitam o planeta é, ainda hoje, no limiar do século XXI, muito complexa. Ela tem dado origem, em diversas regiões da Terra, a disputas pelo domínio de espaços geográficos, tentativas de jugo de um povo ou etnia sobre outro(s), a guerras sangrentas que têm levado milhares de pessoas à morte.

Os discursos que tentam, e algumas vezes conseguem, fazer com que se ergam os espectros das identidades culturais, seja apelando para a “ressurreição” de velhos mitos em estado de letargia ou, em outros casos, pela recusa ao reconhecimento do caráter, essencialmente híbrido, tanto do homem como de todos os artefatos culturais que ele produz, tendem sempre a se voltarem para o passado. É do passado longínquo, por vezes imemorial, porque dele não mais são encontrados vestígios materiais, que normalmente surgem os

espectros que não só devem encobrir as evidências que tomam todos os povos do mundo aparentados bem como eclipsar o fato de que as diferenças culturais são um produto com dupla origem. Elas, as referidas diferenças culturais, têm dupla origem porque se inserem no nebuloso campo dos signos/símbolos culturais. Surgem no exíguo e quase que imperscrutável espaço onde despontam as explicações fundadoras das identidades e, ao mesmo tempo, da interpelação do(s) sujeito(s) que potencialmente são os portadores das referidas diferenças culturais. São o “algo” que a memória guarda ou carrega em forma latente – “fragmentos esparsos”¹⁴ – e que, acionados pela retórica, sob determinadas circunstâncias históricas, espaciais, dentre outros fatores, podem conformar signos. Estes últimos, por processos que jamais conseguiríamos abarcar, podem ter como resultado o surgimento de distinções étnicas, religiosas, lingüísticas, elementos que constituem, na maioria dos casos, a tessitura das diferenças possibilitadoras da formação e disseminação das identidades culturais.

Ainda que as mais diversas identidades culturais, em virtude dos mais variados contextos sociohistóricos e espaciais, possam ter tido como desembocadura, tanto o isolamento de civilizações inteiras, assim como a dominação de uma etnia sobre outra, o nascedouro de todos esses processos foi o surgimento das diferenças culturais sumariamente

ao período compreendido entre a terceira e última década do século XX, encontraríamos inúmeros eventos – alguns verdadeiras tragédias – que bem o comprovariam.

Quase todos os episódios que foram a consequência final dos processos de emergência das identidades, surgidas através das estratégias anteriormente referidas, tiveram as questões relativas ao surgimento do Estado-nacional, principalmente a partir do século XVIII, como seus principais fulcros geradores. É no período mencionado anteriormente que a dança das nacionalidades, principalmente na Europa, possibilitará que a retórica da identidade nacional se alastre em proporções inusitadas. Um dos artefatos culturais mais instrumentalizados como suporte dos discursos das identidades nacionais será a literatura¹⁵. As literaturas nacionais passam a ser instrumentos para o reconhecimento e a legitimação da cultura de um povo. Mesmo que os céus sobre as terras habitadas pelo povo eleito, o mar ou as montanhas que cercassem estas últimas, o canto melodioso dos pássaros que por lá fossem encontrados nada nos revelassem sobre suas supostas diferenças em relação às coisas e seres encontrados em outros rincões, o discurso identitário, estrategicamente, se incumbiria de torná-los especiais, começando, dessa forma, a erigir os signos tipificadores das diferenças.

15. A literatura nacional...

artes, a expressão daquilo que constituiria o genuíno, o local, o nacional, as chamadas literaturas de fundação¹⁶. O discurso identitário será um traço marcante de todas elas.

As formas e mecanismos através dos quais despontam os traços, ungidos como diferenciadores, que possibilitaram/possibilitam a eclosão das identidades foram anteriormente esboçados. O que é importantíssimo discutir é a complexidade de formulações acerca do caráter original ou específico das manifestações culturais de um povo-nação, em especial da literatura.

Em virtude dos processos evidenciados quando rastreamos o aparecimento dos signos/símbolos culturais que desembocam nas “identidades culturais”, encaminhamo-nos para a apreensão da retórica da identidade cultural como algo em constante movimento ou reformulação. Se os traços que estão na base dos discursos identitários são, em si mesmos, o produto de processos dinâmicos, as identidades culturais não poderiam ser fixas, congeladas num tempo vazio e imutável, pétreas. A concepção das identidades culturais como suscetíveis de movimentos, possibilita-nos a compreensão do porquê dificilmente encontramos os artefatos culturais produzidos pelo homem como criações estanques – sem intercomunicações com outros produtos culturais similares ou muito diferentes deles. Ela, a apreensão das identidades culturais como móveis, propicia-nos, no caso especial da literatura, a percepção das obras como um constante processo de reapropriação/recriação de traços identitários. Essas persistentes transmutações, produtos, tanto dos atos próprios à escrita, quanto de processos que se articulam ao universo cultural mais amplo onde o fenômeno ocorre, são como que uma esgrima entre o fazer do traço e a imagem que a partir dele será entrevista. A referida luta

¹⁶ O termo *literaturas de fundação* está acoplado à idéia de um começo, da instauração de algo novo ou de uma nova era. Esta perspectiva foi fundamental para os povos recém-independentes da América que buscavam, através de diversos meios, inclusive pelo literário, estabelecerem as próprias identidades culturais em contraposição à dos antigos colonizadores. No soergimento do discurso identitário por parte dos povos que foram submetidos a longos processos de colonização, muitas das estratégias anteriormente descritas – os movimentos constituintes dos signos conformadores das *diferenças culturais* – serão realizados.

implica rearranjos de termos semelhantes, articulações de outros aparentemente díspares, na conformation do constructo de cultura, em especial da suposta identidade cultural, que se

No afã de contrapor-se à abstração *Negro*, construída pelos colonizadores com o objetivo de abarcar a multivariabilidade de povos africanos e de outros continentes submetidos ao jugo colonial, a elite cultural colonizada erige outra abstração, quase tão falha como a de seus oponentes – os agentes da metrópole. As duas entidades, incapazes de dar conta do universo de populações negras, vivendo sob as mais diversas condições socioeconômicas, encetando lutas também de diversa natureza. Essas tentativas, tanto a da busca por raízes anteriores ao processo de colonização para o povo nativo, quanto a procura por algo que diferenciase os locais de seus ex-colonizadores, ao longo do tempo autodelatariam suas insuficiências. A segunda, pelas razões já evidenciadas e, a primeira, a tentativa de encontrar uma ancestralidade longínqua para os da terra, porque aquilo ou aquele(s) encontrado(s), num passado remoto, em nada ou quase nada costumam se assemelhar às imagens dos povos colonizados nos períodos que se seguem aos processos de emancipação. Utilizando uma metáfora que nos parece bem adequada, diríamos que as faces, a muito custo escavadas do passado, não podem ser sobrepostas às dos colonizados do pós-independência. São como máscaras cujas medidas não correspondem àqueles que deveriam usá-las. O ex-colonizado se tornou outro tanto dos que deveriam estar em sua base – seus supostos ascendentes – como também é outro dos antigos colonizadores metropolitanos. Inscreve o seu *Ser* sob uma zona híbrida, turbulenta, sob a qual estão subsumidos traços culturais múltiplos, às vezes contraditórios, que, ao final, conformam a sua diferença, a sua identidade.

Mais uma vez nos apropriando de Fanon:

Querendo se apegar ao povo [o intelectual colonizado] se apegava ao revestimento visível. Porém esse revestimento não é senão o reflexo de uma vida subterrânea, densa, em perpétua renovação. Essa objetividade, que salta à vista e que parece caracterizar o povo, não é, em realidade, senão o

como la única capaz de suprimir prohibiciones y maldiciones”. FANON, Frantz. Sobre la cultura nacional. In: BRAVO, Álvaro F. (Org.) *La Invención de la Nación*. Buenos Aires: Manantial, 2000. p. 81.

resultado inerte e já negado de adaptações múltiplas e nem sempre coerentes de uma substância mais fundamental que está em plena renovação. [BRAVO (Org.), 2000, p. 87]. (Tradução nossa).¹⁹

As identidades culturais – criações de difícil enquadramento, às vezes fugidias e integradas por elementos antitéticos – são aquilo que não se define, mas podem eclodir sob o troar de tambores e canhoneiras. Não se define porque as definições implicam uma certa estabilização dos elementos que constituem o termo ou coisa definida, como no caso das diversas acepções dadas ao termo *cultura* pelos dicionários. Os conceitos elaborados como

PARTE II

Capítulo I

1 – Identidade Cultural e Literatura

A verdade científica, em primeira instância, objetiva o conhecimento de uma “realidade” exterior ao sujeito, a Cultura é o sujeito como realidade. A esse título, *cultura e identidade* vão de par [...] (LOURENÇO, 1994b, p. 61). (Grifos do autor).

Nos segmentos anteriores de nosso estudo, tentamos, ainda que sucintamente, problematizar as formas através das quais são produzidas as diferenças culturais, etapas anteriores e necessárias ao surgimento das identidades culturais.

As mesmas identidades culturais, surgidas de uma multiplicidade de processos, têm multivariadas formas de manifestação. Desde as primeiras etapas de seu desenvolvimento, o homem distingue-se das demais espécies da natureza por sua capacidade

criadores) que vivenciam ou coletam dados, fragmentos, sobre os eventos/fenômenos possibilitadores e integrantes de uma dada manifestação cultural. O objeto e o sujeito que o realiza – no caso específico das produções culturais – vão num todo inextrincável. Este conjunto indivisível, materializado pelo homem e suas manifestações culturais, para o qual não temos instrumentos nem medidas capazes de separarem os seus termos, exemplificam e, ao mesmo tempo, constituem o que é e conforma o indivíduo. Os produtos da cultura não podem ser colocados em balanças, pressurizados ou despressurizados, mas têm peso e exercem pressão. Em síntese, a produção simbólica humana possibilita a materialização do que nos identifica, nos dá “realidade”, concretude do ponto de vista cultural. É através da referida produção “‘sínica’/simbólica” que se projeta a subjetividade – a consciência que o homem tem de si mesmo e dos instrumentos e seres dos quais ele se vale para alcançar seus intentos. É também pela via dos símbolos culturais que entrevemos as conexões entre a produção simbólica, seus autores e a conjuntura cultural mais ampla que envolve as mesmas manifestações.

Após as considerações anteriores sobre o caráter ambíguo e complexo daquilo que confere identidade ao homem, seus artefatos culturais, elegemos a literatura como nosso especial objeto de atenção. As razões de tal escolha, já explicadas em seções anteriores de nosso trabalho, devem-se ao fato de que pretendemos, nas partes subseqüentes de nosso estudo, discutir as formas de apropriação e transmutação de símbolos da cultura portuguesa, efetivados pelos escritores Eça de Queirós e Fernando Pessoa: especificamente nas obras *A Ilustre Casa de Ramires* do primeiro e em *Mensagem* do segundo.

A literatura, pelo menos na acepção moderna¹ do termo, é jovem se a comparamos

qual conseguimos tocar na manifestação cultural, a literatura, da mesma forma que tocamos nas esculturas, nos quadros, dentre tantas outras produções artísticas do homem. Em outros termos, eles deveriam, em tese, proporcionar-nos as mesmas possibilidades de manipulação e conhecimento do artefato literário que têm as ciências físico-químicas de seus objetos e/ou fenômenos estudados. Entretanto, aquilo que vemos, ouvimos e tocamos, e que constitui o literário, é uma representação ou codificação de algo que lhe é anterior. Até que a representação textual alcançasse a forma através da qual ela se nos surge, inúmeros processos, alguns deles discutidos em seções anteriores, ocorreram.

A problemática da identidade cultural, expressa através da literatura, está intrinsecamente atada às questões anteriores. A matéria textual, que surge pelas articulações de símbolos gráficos que enformam algo que lhes é totalmente diverso, é, também, a codificação visual de coisas que podem estar num muito além ou aquém dela mesma – o texto.

Em face dessa complexidade, como o literário pode ser portador da identidade cultural de uma tribo, de uma etnia, de um povo-nação? Quais os processos – os externos e os internos ao fazer literário – que configuram as condições necessárias ao aparecimento de traços identitários de uma cultura nas teias da semiótica da literatura? Para hipotetizarmos respostas às questões anteriores, teremos que retomar parte da formulação de Eduardo Lourenço por nós utilizada como epígrafe, a de que “a Cultura é o sujeito como realidade”.

A afirmação de Lourenço está intimamente ligada à capacidade de produção simbólica do homem – traço que o distingue e o eleva de graus acima das demais espécies do planeta. Ela, a capacidade de simbolização por parte do homem, é quem o projeta para

realidade para além de sua mera existência biológica. Dito de outra forma, o artefato literário, construído pela via de articulação/recriação de signos/símbolos culturais, pelo estabelecimento, ao nível da linguagem, das diferenças culturais, dentre outros processos, apreendido como algo revelador de parte do imaginário que norteia e sustenta, ao mesmo tempo, o homem – torná-lo realidade, identificá-lo enquanto produtor cultural.

Nossa segunda proposição, sobre os processos possibilitadores do surgimento, no literário, de supostos traços que identificariam uma cultura, é muito mais complexa. Ela envolve o extrínseco e intrínseco à composição das fabulações culturais a que chamamos literatura. Articula-se a escolhas no ato de produção textual, alternativas essas que são afetadas por processos mais amplos: a história do grupo, povo ou nação em relação a outros que se lhe contrapõem ou aderem; a inserção do povo-nação, em meio ao qual surge a produção literária, no sistema mundial de poder; enfim, depende de variáveis bastante complexas. O surgimento dos referidos elementos de identificação dos povos-nações, na literatura, pode ser melhor compreendido se abandonarmos a trilha da busca pela essência, pelo genuíno – por aquilo que habitaria um *locus* inalcançável perdido no tempo e que integraria uma espécie de “célula-mãe” do povo em meio ao qual a manifestação cultural surge – e se percebermos que os traços que compõem esses essencialismos foram/são, também, produtos de escolhas, ainda que as condições em que estas ocorreram/ocorrem nem sempre sejam a de uma igualdade de forças entre os povos no sistema mundial. Apropriando-nos de José-Augusto França, em um trecho de obra já citada anteriormente, acrescentaríamos: “Não é pois de identidade que se trata ou pode tratar – mas de *definição*, isto é, de não como somos, mas de como podemos (ou não) escolher-nos²”.

² FRANÇA, 1997. p. 315.

Neste item de nosso capítulo sobre a temática identidade cultural e literatura, estabeleceremos algumas considerações preliminares essenciais aos desenvolvimentos posteriores.

A literatura portuguesa, assim como a de diversos outros países europeus, tem suas raízes no período medieval. Ainda que no medievo as línguas nacionais não estivessem estabilizadas³, as manifestações literárias, de forma precoce, antecederam até mesmo a utilização dos idiomas pátrios na redação dos documentos e atos oficiais de governo. As gestas medievais⁴, com suas narrativas de façanhas guerreiras, muitas vezes trespassadas pelo mágico, pelo sobrenatural, são uma das evidências materiais da precocidade da literatura no cenário europeu. Muito antes que grande parte das bandeiras, elevadas como símbolos da

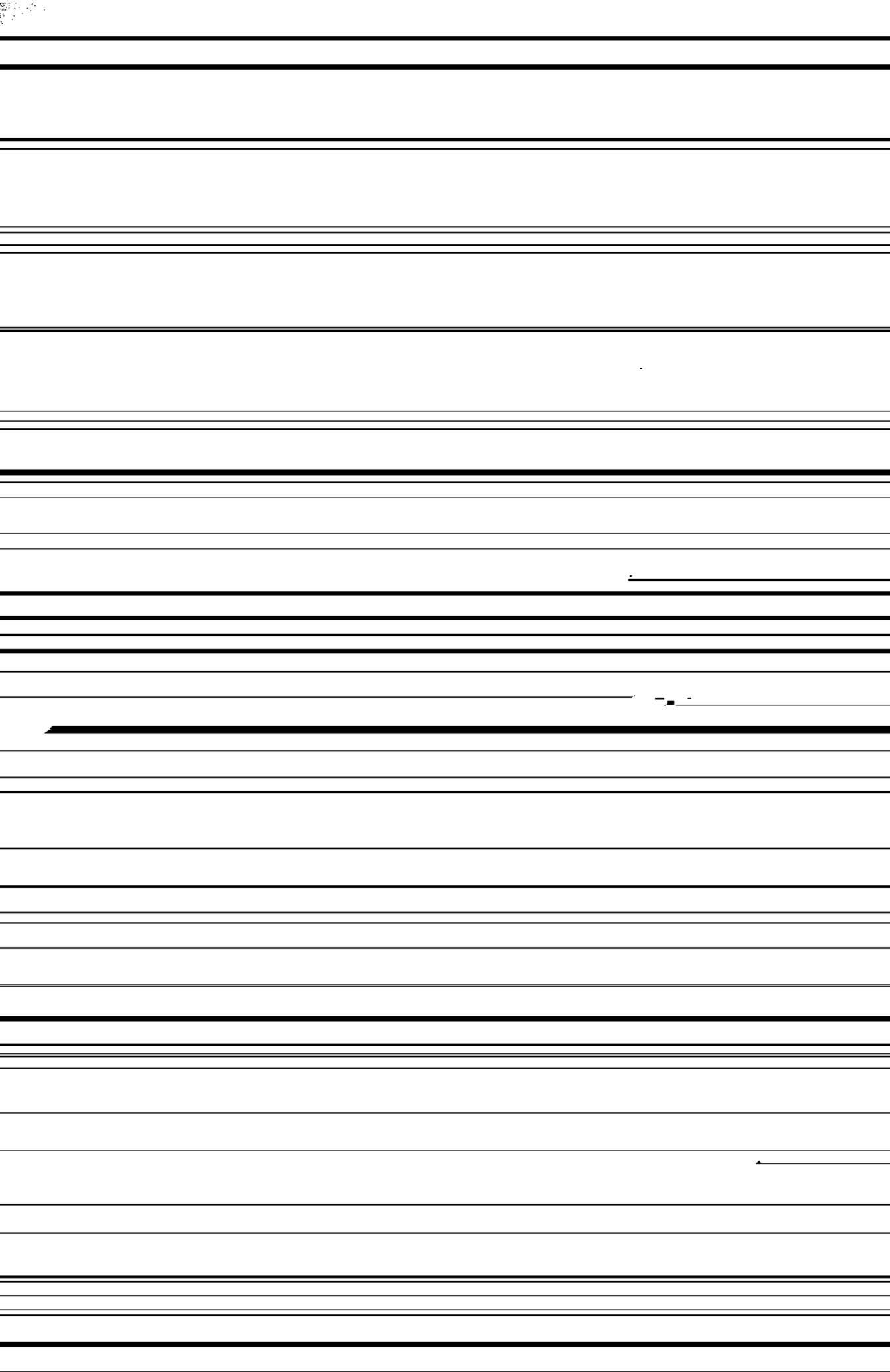
1. O primeiro livro da literatura portuguesa, o *Canção de Santa Cruz*, traduzido em sua maioria por

Portugal, pequeno país localizado no extremo oeste do continente europeu, tem seu núcleo originário constituído ainda no século XII: um pequeno condado, porção norte do

tempos em tempos, ameaçavam fazer submergir a identidade cultural da nação sob a força de suas espadas.

Eduardo Lourenço, em obra intitulada, *Nós e a Europa ou as duas razões*⁵, mais especificamente no ensaio “Portugal e a Europa”, sintetiza o duplo milagre português: a viabilização do país no cenário da Ibéria e a manutenção da independência do reino frente à Espanha.

Quilómetros de distância, cada domínio prospera em esta estreita faixa de



O primeiro símbolo, cuja materialização não é outra senão a Cruz, possibilitou que se entretencessem narrativas cujas raízes se prendem ao ideário medieval de propagação da fé católica pelo Oriente. Seria excessivo e desnecessário, aqui, discorrer sobre as especificidades dos movimentos conhecidos como “As Cruzadas” ocorridos na Idade Média. O que importa enfatizar é o surgimento de uma suposta missão civilizacional que dá lastro às ações expansionistas européias da modernidade e, em especial, àquelas encetadas pelos dois reinos ibéricos, Portugal e Espanha. A Cruz, encimando frontispícios de igrejas erguidas em paragens as mais longínquas do solo ibérico, como a materialização deste que poderia ser dito um vetor civilizacional português. O ato de recortar, por diversas estratégias e movimentos, o símbolo, no caso, a Cruz – ícone da referida obra de civilização – tornando a sua dominação sobre outros tantos símbolos de culturas diferentes o suposto propulsor das ações consumadas ou a serem realizadas. Os mesmos movimentos estratégicos que possibilitaram o surgimento desta obra de civilização deveriam, também, eclipsar os outros propulsores da referida ação civilizacional: a fragilidade econômica do Reino de Portugal no cenário europeu, as possibilidades de obtenção de lucros elevados com a exploração dos entrepostos comerciais disseminados pelos territórios subjugados, dentre tantos outros vetores.

O outro símbolo soerguido, o de que as conquistas eram a constatação da genuína independência e bravura da raça portuguesa, em seu recorte, também deixa zonas sob uma tênue luminosidade. Estas áreas eclipsadas eram as da fraqueza da nação dentro de seus próprios limites territoriais e nos cenários ibérico e da Europa como um todo. A bravura e autonomia lusitanas cantadas, se contrapostas à pequena expressividade política do reino no contexto europeu, desvelam, como no caso da missão cruzadístico-civilizacional, parte dos movimentos que possibilitaram o aparecimento deste símbolo, senão mito, da precedência

ancestral da autonomia portuguesa em relação aos reinos europeus com os quais Portugal estabeleceu relações estratégicas.

Vale, ainda, ressaltar que os mesmos símbolos da cultura portuguesa, aqui preferiremos tratá-los de Cruz e Espada - o primeiro representando o espírito cruzadístico-civilizacional e, o segundo, a bravura e autonomia portuguesas - foram, ao longo dos séculos,

... das produções literárias lusitanas de formas bastante diversas

Portugal finisse secular. Antero de Quental, em seu discurso proferido a 27 de maio de 1871, no Cassino Lisbonense, “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos”, grosso modo, aponta o “espírito cruzadístico civilizacional”, do qual a cultura portuguesa teria sido a primeira encarnação, e a manutenção do mesmo, por parte dos portugueses, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, como responsáveis pela derrocada do Reino Português ao fim dos oitocentos. Martins, no trabalho que integra a obra *História da Civilização Ibérica*, chega a afirmar que Portugal teria arrastado uma existência, como se morte fosse, no período que se seguiu à restauração da independência portuguesa, em 1640. Afirma que melhor sorte teria sido a continuidade da ligação com a Espanha. Visto pelo ângulo do ensaísta, Antero, e do historiador, Martins, o espírito cruzadístico-civilizacional teria sido o responsável pela falência do reino que, à época dos dois, era vista como incontornável. Mesmo que levemos em conta o fato de que nenhum dos dois escreveu obra literária cujo tema fossem reapropriações de símbolos da cultura portuguesa, as análises de Antero e Martins são, também, formas de apreensão de uma formação sociocultural, a mesma que alimentou todas as recriações, efetivadas pela via do literário, de fragmentos identitários do universo cultural português.

3 – O contexto sócio-cultural português de fins do século XIX e começos do XX

A questão da identidade é assim semifictícia e seminecessária. Se a resposta é obtida, o seu êxito mede-se pela intensidade da consciência de que a questão fora, desde o início, uma necessidade fictícia. É, pois, crucial conhecer quem pergunta pela identidade, em que condições, contra quem, com que propósitos e com que resultados. (SANTOS, 2000, p. 135).



americana; do fracasso do modelo monárquico-parlamentar adotado por Portugal desde a década de trinta do século XIX.

Na segunda metade do século XIX, salvo algumas iniciativas de modernização que não chegam a modificar as estruturas socioeconômicas do país, àquela altura, transeculares, a múltipla falência do reino: econômica, política, perda do papel de potência colonizadora do ultramar, levará ao surgimento, principalmente a partir da década de 70, daquilo que anteriormente denominamos as síndromes relacionadas ao desalentador destino de Portugal do último quartel do século XIX. O mês de janeiro de 1890, data do *ultimatum* da Grã-Bretanha a Portugal, o qual exigia a desocupação por parte dos portugueses de territórios africanos situados entre as colônias portuguesas de Moçambique e Angola é, de certa forma, eleito por parte da intelectualidade portuguesa como o marco sinalizador da morte da nação. Todos os traços que haviam dignificado o, outrora ousado, reino dos séculos XV e XVI pareciam desaparecer e nada mais restar, a não ser as glosas que cantavam a honra e brios antigos. É neste contexto que um discurso sobre o papel de Portugal no cenário europeu de fins dos oitocentos – o que identificaria a nação e sobre as causas do desalentador destino traçado pelo pequeno reino – fará uma espécie de inquérito sobre o legado dos séculos. No processo de resgate dos traços que haviam permitido o recorte da nação portuguesa do conjunto da Ibéria e do restante da Europa, muitas das causas da derrocada final do reino, às portas do século XX, serão atribuídas àqueles que haviam sido os elementos fundadores da nacionalidade portuguesa.

Neste ponto, para aclararmos melhor nossos intentos, faz-se necessário que retomemos parte dos diagnósticos realizados por dois intelectuais da chamada Geração de 70, Antero de Quental e Oliveira Martins, sobre Portugal. De forma simplificada diríamos que o primeiro contrapunha a Ibéria – Católica ferrenha, inquisidora, agrária – à Europa Centro-

Ocidental – Protestante, industrializada, liberal. O segundo via na independência portuguesa, de 1640, no fim da União Ibérica, as causas do enfraquecimento, tanto do reino de Portugal, como da Espanha frente a potências europeias como a França e a Grã-Bretanha. Martins, em alguns momentos, parece professar um iberismo atemporal, uma vez que, àquela altura, duas últimas décadas do século XIX, a Espanha se encontrava em situação semelhante à de

sucedida, por mais adequada *transposição mítica*, sentido da realidade e criação de imagens e arquétipos ainda de pé, é sem dúvida a de Eça de Queiroz (LOURENÇO, 1987, p. 102). (Grifo nosso)

Pessoa através de suas criações culturais. Mais uma vez apropriando-nos de Boaventura Santos em *Pela Mão de Alice*¹⁴:

Sabemos, por último, que a resposta, com êxito, à questão da identidade se traduz sempre numa reinterpretação fundadora que converte o déficit de sentido da pergunta no excesso de sentido da resposta. *Fá-lo instaurando um começo radical que combina fulgurantemente o próprio e o alheio, o individual e o coletivo, a tradição e a modernidade*. Fulgurações deste tipo podem ser identificadas em criadores culturais e políticos como [...] Fernando Pessoa em Portugal [...]. (SANTOS, 2000, p. 136). (Grifos nossos).

Para finalizarmos este tópico, acrescentaríamos, numa tentativa de aproximação entre a obra de Eça, *A Ilustre Casa de Ramires*, e a *Mensagem*, de Pessoa: se a primeira não interpela, tal como acontece no livro-poema de Pessoa, os bravos portugueses que haviam construído a honra antiga, recriando-os poeticamente como titãs de uma era perdida no tempo, em *A Ilustre Casa de Ramires*, os mesmos heróis são também reescritos. Se na obra de Eça não temos a instauração de um começo radical, pensamos que a expressão mais adequada seja reinstauração, os mesmos entes e/ou traços, durante séculos ressaltados como os identificadores do pequeno reino português e sua gente, são reelaborados na forma de um palimpsesto. Conforam-se como o produto de sucessivas escritas que se vão inscrevendo, umas sob as outras, até que se consubstanciem, em razão de inúmeros fatores, naquilo que vimos denominando os símbolos da cultura de um povo.

Ainda com relação a *Mensagem*, de Pessoa, sabemos que muitos dos poemas que integram o livro foram compostos mais de uma década antes do surgimento da primeira edição, a de 1934. Dom Fernando, Infante de Portugal foi datado pelo poeta como sendo de 21.07.1913; o Mostrengo, 09.09.1918; Nevoeiro, 10.12.1928¹⁵. Ou seja, provavelmente o

¹⁴ SANTOS, Boaventura S. *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

¹⁵ Cf. Notas. In: PESSOA, F. *Mensagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 98.

emblemático buquê que veio a conformar *Mensagem*, surgida pela primeira vez em forma de livro, no ano que antecede a morte do poeta, teve muitos dos poemas que a compunham várias vezes reescritos, com sucessivas reapropriações e transmutações de traços legados pelo passado português de até o alvorecer da Modernidade. Por este ângulo, os poemas de *Mensagem* também podem ser apreendidos como um palimpsesto no qual outros textos estão subsumidos.

Capítulo II

As Fases do “Espírito Civilizacional Europeu” ao longo dos séculos

1 – A Europa: “braço da Ásia que se projeta a Ocidente”

A que combinação de circunstâncias deveria ser atribuído o fato de que na *civilização ocidental*, e somente nela, os fenômenos culturais surgiram (como nós acreditamos) associados a uma linha de desenvolvimento com significância e valor *universais*. Weber (citado por DUSSÉL, E., 1998, p.03, tradução nossa). (Grifos do autor)¹.

... e a Europa, o braço da Ásia que se projeta a Ocidente, mais

desenvolvimento humano dita das grandes civilizações, mais uma vez deparamos com a anterioridade de culturas afro-asiáticas em relação às da Europa. Os grandes impérios teocráticos⁴, erguidos nas proximidades de grandes cursos fluviais da África e Ásia, são também mais velhos que as primeiras grandes civilizações surgidas em território europeu.

Quando nos debruçamos sobre os mapas que mostram a conformação geo-

apresentam-se a nós como uma área limítrofe e de continuidade de outros dois grandes conjuntos de terras – as da Ásia e as da África. E, se bem observado, o conjunto das terras européias é, por sua vez, a junção de, mais ou menos, cinco penínsulas, cada uma delas constituindo pontes para regiões mais afastadas do próprio continente europeu ou para terras da Ásia, da África e, no extremo oeste, para o Atlântico. Enumeremos estas pontes naturais, regiões que ao longo dos séculos de estruturação das culturas européias propiciaram trocas culturais das diversas nacionalidades da Europa com povos da Ásia, África e dos extremos norte e leste do próprio continente europeu. Aquela que se situa mais ao norte é a Península Escandinava. Hoje constituída por três países: Suécia, Finlândia e Noruega, a região ficou relativamente isolada do continente – de sua parte centro-ocidental – durante muitos séculos. Será durante a Idade Média que os nórdicos se abaterão sobre a Europa, responsáveis por um dos grandes ciclos de invasões do período medieval, e, gradativamente, mesclar-se-ão a outros povos do continente. O mais importante a realçar é o papel de conexão, representado pela “ponte” escandinava, entre a Europa Centro-Occidental, o norte do mesmo continente e, deste último, para regiões ao norte da Rússia. A segunda península, de extensão bem menor que a Escandinava, é a da Jutlândia. Compreendida na contemporaneidade pela Dinamarca, a península é soldada ao continente, ao norte, quase que ao meio, desde que imaginemos uma sinuosa linha com origem no extremo noroeste da França e término na fronteira da Polônia com a Bielorrússia. A região esteve ligada politicamente à Suécia, país com o qual guarda afinidades culturais. É outra formação geográfica possibilitadora de intercâmbios entre o centro e o extremo norte da Europa.

A terceira e quarta penínsulas que enumeramos são a Balcânica e a Itálica. Os Bálcãs, localizados a sudeste do continente europeu, são um portal de entrada, tanto para o Oriente Próximo, através da Turquia, assim como para a Rússia, país euro-asiático

geograficamente falando e que, também em virtude deste fator, une-se socioculturalmente à Europa e à Ásia. Os Bálcãs ainda guardam a condição de elo entre as regiões sudeste e central da Europa, porções do território continental europeu detentoras de uma enorme diversidade étnica, lingüística, religiosa, enfim, local onde a transversa malha cultural européia se intensifica. Ainda no extremo sul da Península Balcânica localiza-se a Grécia, região onde se desenvolveu o primeiro grande pólo cultural europeu, o qual alguns estudiosos apontam como

o primeiro pólo cultural⁵ do Velho Mundo, senão de todo o Ocidente. A quarta, dentro da

Após esta rápida sinopse sobre a conformação geohistórica da Europa que, no alvorecer da Modernidade, começa a assenhorear-se das terras dos demais continentes, um fato evidencia-se de forma inequívoca: os povos europeus sempre entretiveram, desde um passado mais longínquo até os começos do século XVI, relações com as civilizações afro-

intrínseca modernidade européia, que nos apropriamos de um trecho de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*⁸, de Max Weber, citado por Dussel no seu, “Para Além do Eurocentrismo. O Sistema Mundial e os Limites da Modernidade⁹”, trabalho que discutiremos na seção que segue.

2 – Em busca do “Espírito Civilizacional Europeu”.

A História chega tarde para dar sentido ao seu itinerário. Só o pode recapitular. Antes da plena consciência de um destino particular – aquela que a memória, como crônica ou História propriamente dita, revisita –, um povo é já um futuro e vive do futuro que imagina para existir. (LOURENÇO, 1999, p. 90).

Tomamos emprestado de Eduardo Lourenço um trecho da obra *Mitologia da Saudade*¹⁰ porque o apreendemos como estratégico para problematizarmos o surgimento do continente europeu, nos começos da Modernidade, princípios do século XVI, como o “centro do sistema mundial¹¹”. Mais que o centro de um sistema que, à mesma época, tornava-se, pela primeira vez, planetário, a Europa ou, melhor dizendo, os discursos que passam a ser entretecidos sobre o continente, nada mais que a conjugação, um complexo xadrez, de diversas nacionalidades, elegem-na como portadora de valores e verdades *universais*, tal como anunciado por Weber na sua *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. E se avançamos na senda deste pensamento europeu que emerge nos primórdios da Era Moderna, ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX, percebemos que, da condição de portadora de um

⁸ A edição brasileira da obra de Weber que utilizamos é: WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2001.

⁹ DUSSEL, E. Beyond Eurocentrism. The World-System and the limits of Modernity. In: JAMESON, F., MIYOSHI, Masao (Eds.). *The Cultures of Globalization*. Durham: Duke University Press, 1998. p. 3-31.

¹⁰ LOURENÇO, E. *Mitologia da Saudade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹¹ Esta expressão é utilizada por Dussel, citado na nota de número 9, no seu *Beyond Eurocentrism...* Após os eventos que marcaram o século XV e o princípio do XVI – os grandes descobrimentos realizados por portugueses e espanhóis – os europeus teriam reunido os elementos necessários a sua auto-intitulação de *Centro do Sistema Mundial*.

espírito civilizacional superior aos dos povos de outros continentes, a realidade geohistórica que chamamos Europa construirá arcabouços teóricos que darão a diversas nacionalidades do continente o suposto direito de avassalar e, até mesmo, exterminar civilizações que os europeus vão encontrando em suas investidas contra outros continentes. Os séculos XVIII e XIX serão os da afirmação definitiva do modo de produção capitalista na porção centro-ocidental da Europa e, ainda, o período em que os europeus exportarão para os quatro cantos do mundo os sucedâneos do hipotético espírito europeu: o ideário do Iluminismo francês, o Liberalismo à moda britânica e a idéia do caráter inexorável e avassalador do sistema capitalista.

Nesta altura de nossas discussões sobre a cultura européia, uma questão se nos

coloca: como se formaram os movimentos sociohistóricos desde um passado

primeiros a portarem a tocha de um espírito civilizacional o qual ainda não poderia ser dito europeu. Aqui apreendemos a Europa enquanto um continente com um tabuleiro de estados-nações, mais ou menos organizado, situação que só se conforma nos começos da Idade Moderna e, em algumas regiões do continente, apenas no século XIX¹³. Serão os gregos que acenderão a tocha das primeiras luzes de um embrião da cultura da futura Europa contra as instituições de outros povos, por eles intitulados de inferiores. As instituições políticas gregas, a democracia nos moldes clássicos atenienses, ainda que possamos levantar infundáveis questões quanto à extensão da práxis democrática grega da Antiguidade, estão na base dos desenvolvimentos posteriores da democracia na Modernidade e na Contemporaneidade. O desenvolvimento de um espírito científico de investigação sobre a natureza do homem e de suas instituições são, nos limites das terras europeias, creditados aos gregos. São eles que, primariamente, recortarão a própria cultura como melhor, dotada de valores e princípios superiores aos de seus mais próximos oponentes, as civilizações asiáticas.

Seres primeiramente se desenvolverá. Ressaltemos que quando falamos em democracia, controle político dos dirigentes de Estado, etc., devemos ter em mente os limites destas práticas e/ou instituições dentro da sociedade grega do período. Ou seja, as referidas práticas e instituições estavam restritas a um número reduzidíssimo de pessoas – os cidadãos gregos. Destes excluíam-se as mulheres, aqueles que realizavam os trabalhos mecânicos, os não agraciados pela condição de cidadãos da polis.

¹³ A conformação do complexo xadrez de nacionalidades a que denominamos Europa é, ainda hoje, uma obra inacabada. Senão vejamos. O final do século XIX assistiu à unificação da Itália e da Alemanha. As duas últimas regiões que até então permaneciam na condição de um conjunto de principados, a Península Itálica e a região que hoje denominamos Alemanha, unem-se após a subsunção dos diversos reinos sob a autoridade centralizada de um deles: no caso da Alemanha, sob a hegemonia da Prússia e, no italiano, sob Piemonte-Sardenha. A malha cultural europeia parecia então se completar. Os desenvolvimentos posteriores logo provariam o contrário. Sob o manto do Império Austro-húngaro abrigavam-se inúmeras etnias, de variado espectro lingüístico e religioso. O primeiro pós-guerra assistiria a novas divisões territoriais nos limites do continente europeu. Processo semelhante a este último ocorrerá após a Segunda Guerra Mundial. Na última década do século XX assistimos a novas mudanças no mapa do Velho Mundo. A Alemanha do leste se junta à República Federal da Alemanha, nos Bálcãs começa uma longa dança étnica: a Iugoslávia esfacela-se em meio a um banho de sangue, a Tchecoslováquia divide-se em dois estados e as repúblicas soviéticas tornam-se estados independentes. O fim da década de 90 e começos do século XXI são marcados pelos passos em direção à União Europeia. Uma tentativa de conjugação dos inúmeros Estados-nacionais do continente, respeitando-se as *identidades nacionais*, com a adoção da moeda única, com o estabelecimento de metas de controle de inflação e do fluxo de imigrantes estrangeiros por parte dos países da união com problemas nestas áreas, dentre outras metas. Seria esta a desembocadura final do *Ser Europa*? Os acontecimentos mais recentes nos têm dado mostras do contrário. Dentro de muitos países europeus inúmeros grupos teimam em não aceitar a autoridade dos Estados-nacionais que tentam se sobrepor a eles; em outras regiões guerras sangrentas são movidas por grupos étnicos que se arvoram em detentores de espaços geográficos em virtude de um direito ancestral, etc. Tendo em vista todas estas evidências, pensamos que a União Europeia é ainda um sonho – recorte de um futuro (signos que constituem a *realidade* ainda por viver) – do qual assistimos, a cada dia, as marchas e contramarchas.

Tomemos de Eduardo Lourenço¹⁴ trecho no qual ele discorre sobre a natureza da Europa como cultura e sobre a precedência dos gregos no cenário do continente.

O que cedo distinguiu a Europa foi, não apenas uma maneira particular de ser *cultura*, mas a invenção mesma da atitude e da realidade da Cultura como *domínio autónomo*. Na história da humanidade, os europeus e, em primeiro lugar, aqueles que se opuseram conscientemente pelas armas, mas sobretudo pelo *pensamento*, à Ásia, tornando-se a raiz mesma da Europa – quer dizer os gregos – podem não ter sido nem os mais sábios, nem os mais fortes, nem os mais ricos. Mas foram, e creio que o são ainda, certamente os mais loucos, os mais loucos, precisamente de *Cultura*. (LOURENÇO, 1994b, p. 158). (Grifos do autor).

Identificados os gregos como os inauguradores de um dos antecedentes do espírito civilizacional europeu da Modernidade, os que os sucedem e em escala bem maior foram os romanos.

A civilização romana, surgida em meio a etnias que co-habitavam a Península itálica, esta última, um segmento do território europeu a meio caminho entre a parte mais o oeste do continente e a região que denominamos o Oriente Próximo, expandiu-se como nenhuma outra que a antecederá. A partir do Lácio, os falantes do latim espalham suas colônias pelo Mediterrâneo, norte da África, estabelecem-se na Ibéria, chegam às hoje ilhas britânicas. Dominam a Grécia, a oriente subjugam povos antiquíssimos, cujas culturas eram ancestrais à dos próprios romanos. Ao contrário dos gregos, os romanos conhecerão um Estado relativamente centralizado, a despeito das enormes dificuldades de administração de territórios que se estendem do norte da Europa à longínqua Ásia.

A administração romana se espalha como uma rede – a fome insaciável de dominar territórios e, o mais importante, angariar tributos. Toda uma codificação de leis será criada para normatizar o controle de tão vastos domínios e, estrategicamente, diferenciar os cidadãos romanos daqueles que não eram os portadores dos atributos específicos da cidadania

¹⁴ LOURENÇO, E. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994b.

romana. É como se estivesse sendo constituído o sucedâneo do primeiro olhar etnocêntrico – o dos gregos – sobre os povos avassalados. O direito estabelecido em foros privilegiados da Roma, o idioma latino, as instituições criadas ao longo dos tempos, a arte, etc., tudo é exportado sob um viés de superioridade, como algo capaz de redimir civilizações inteiras do estado de barbárie.

Dos grandes impérios da Antigüidade Clássica, o Romano foi, dentre aqueles que se expandiram enormemente pela força, de grande duração. Outros que o antecederam ultrapassaram milênios de existência, mas permaneceram relativamente estáveis em seus limites territoriais. Um dos exemplos mais típicos deste último caso foi o dos egípcios. Quase que isolada, geograficamente falando, por dois desertos, às margens do Nilo, fonte de sobrevivência para o núcleo civilizacional do Egito Antigo, a civilização egípcia assistiu às eras sem a turbulência guerreira típica do Império Romano. E, talvez, resida neste traço da civilização romana, as ações para subsumir, sob a própria égide cultural, povos espalhados por três continentes – Europa, África e Ásia – uma das origens do etnocentrismo que, séculos mais tarde, seria transmutado naquilo que vimos denominando o espírito civilizacional europeu. Para que se justificasse o jugo do outro, o dominado tinha/tem que ser tipificado como bárbaro, inculto, primitivo, fatores denotadores da diferença cultural e potencialmente capazes de justificar as investidas de uns povos sobre os outros. O mais importante a ser realçado em relação a estas estratégias, justificadoras das barbáries dos “civilizados” contra os incivilizados, é a sua reincidência ao longo dos tempos, principalmente nos eventos que têm contraposto o Ocidente ao Oriente. As mesmas táticas, o recorte de signos notabilizadores de um povo, que vêm de sua constituição progressiva e supostamente inerentes à sua natureza mais íntima – o *Ser* do povo ou civilização, atributos os quais, muitas das vezes, têm suas linhagens

ligadas a eventos casuais – consubstanciam as raízes das teorias etnocêntricas, as mesmas que são capazes de desencadear conflitos que assistimos desde a Antiguidade aos dias de hoje.

Nesta parte de nossas considerações sobre a formação cultural da Europa, é necessário que tomemos a fala de Eduardo Lourenço da qual nos apropriamos na abertura deste item 2. O crítico português afirma ser a História um constructo que “chega tarde para dar sentido ao seu itinerário”¹⁵. A nosso ver, a assertiva de Lourenço possibilita que retomemos discussões anteriores sobre o que denominamos um movimento duplo – sociocultural e cuja materialização se dá pelos artificios da linguagem – e que, ao final, torna-se o responsável pelo surgimento dos signos culturais de grandes civilizações. Muito antes que a História a que se refere Lourenço surja – nada mais que a organização de dados/fatos

O império de cerca de mil anos de existência, o Romano, o segundo no qual podemos identificar as linhas básicas de estruturação de um pensamento etnocêntrico, mais tarde transmutado em eurocêntrico, sucumbe sob o peso das espadas da gente estigmatizada pelos romanos durante séculos como bárbaros. Sobrevém sobre o espaço europeu o período que a história grava como Idade Média. O Estado, mais ou menos centralizado e organizado administrativamente pelos romanos, esfacela-se. À parte algumas tentativas de reestruturação de regiões do antigo Império que havia avassalado povos do Ocidente ao Oriente, a divisão em reinos – ditos bárbaros – mantém-se. Um dos elementos, remanescente dos últimos séculos do Império Romano, o Cristianismo, será um dos traços culturais, dentre muitos

italianas, a atividade de intercâmbio comercial, possibilitadora do contato e das trocas culturais entre os povos, jamais foi totalmente interrompida. Cessados os grandes ciclos de invasões do território europeu, o continente adquire a feição de um imbricado tecido cultural. Às múltiplas combinações das instituições do Império Romano com as dos povos que haviam sido colocados sob a imensa malha imperial, vieram se somar traços de godos do norte e leste do continente e dos muçulmanos estabelecidos na Ibéria. É importantíssimo que ressaltemos o quanto esta fricção de culturas, ocorrida ao longo dos séculos, provavelmente possibilitou a aquisição de conhecimentos, de todos os ramos do saber, muitos dos quais, no início da Modernidade, dariam margem a que povos do continente proclamassem a supremacia ou relevância absoluta – universal – do pensamento europeu.

Aquilo que se acendera durante o período áureo das civilizações Grega e Romana, a tocha simbolizadora do espírito civilizacional ou etnocêntrico, pareceu ter se apagado durante o medievo. Na verdade, paralelamente aos eventos culturais europeus, outros, tão ou mais importantes, conformavam-se no Oriente Próximo, no sudeste asiático e em regiões mais distantes da Ásia e da África. Se nenhum império promovia as grandes guerras contra povos previamente identificados como bárbaros, diversas culturas, espalhadas pelos continentes até então conhecidos, floresciam: os muçulmanos na Ibéria, norte da África e em regiões da Ásia; os hindus em sua península, mais ou menos ao centro da Ásia Meridional; os chineses a leste da mesma Ásia. Apropriando-nos de terminologia utilizada por Enrique Dussel no artigo intitulado “Para Além do Eurocentrismo: o Sistema Mundial e os Limites da Modernidade¹⁶”, um sistema “inter-regional” estava em pleno funcionamento. Ainda segundo o mesmo Dussel, este era o terceiro dos sistemas “inter-regionais” na história das civilizações do planeta. O quarto, que o sucede a partir de começos do século XVI, tornar-se-ia planetário: o primeiro

¹⁶ DUSSEL, E. Beyond Eurocentrism: The World-System and the Limits of Modernity. In: JAMESON, F., MIYOSHI, M. (Eds) *The Cultures of Globalization*. Durham/London: Duke University Press. 1998. p. 3-31.

Sistema Mundial, surgido na trajetória descrita pelo homem, desde os primeiros núcleos civilizacionais até o início da Idade Moderna. Uma das assertivas de Dussel é a de que o aparecimento de um sistema, pela primeira vez mundial, que conectou todas as terras do Globo é um dos marcos, senão o mais importante sinalizador, do início da Era Moderna.

O terceiro sistema inter-regional, mencionado por Dussel e que vigorou até começos do século XVI, tinha a Ásia como seu centro. A formulação do autor nos parece muito acertada, quando nos debruçamos sobre as rotas comerciais que ligavam o Ocidente ao Oriente, às vésperas da chamada expansão marítima europeia dos séculos XV e XVI. Este terceiro sistema inter-regional tinha nas cidades da Península Itálica, situadas em meio a uma das rotas que ligava o extremo oeste da Europa ao Oriente, um de seus pólos. Das cidades da Itália para a Ibéria, portos da Espanha e Portugal, e destes últimos para a Flandres e Europa do Norte. O centro do intitulado por Dussel de terceiro sistema inter-regional era a região hoje correspondente à Índia. A Índia, por sua vez, situada em posição homóloga à da Península Itálica na Europa Mediterrânea, no centro-sul da Ásia, um grande braço de terra avançando pelo Índico, mantinha intenso intercâmbio com a China e outras partes do Oriente. Percebemos uma complexa articulação, entre as diversas partes do Globo até então conhecidas, que se fazia em virtude de uma relativa proximidade geográfica e da existência ou não de rotas que oferecessem razoável segurança à circulação de produtos com elevado valor de troca nos mercados situados ao longo das mesmas vias. Observamos também que nenhum dos pólos do que Dussel chama o terceiro sistema inter-regional, talvez pudéssemos denominá-lo de um subsistema que antecedeu o primeiro mundial – o que tem início no século XVI – guardava hegemonia ou tentava expandir-se sobre os demais. Se a Índia parecia ser o centro, ela se articulava à China. As cidades italianas visualizam, ao mesmo tempo, o Oriente e a Ibéria. Deduz-se, portanto, que, se havia um centro, este se situava na Ásia e que

os braços articuladores do dito sistema inter-regional não logravam, uns sobre os outros,
econômicas tecnológicas culturais. enfim. atributos que pudessem ser

As considerações anteriores, associadas a uma relativa equanimidade de forças entre as culturas que integravam o subsistema vigente até o século XVI, o qual Dussel grava como o terceiro inter-regional¹⁸, conduzem-nos a um pressuposto inverso ao do *Eurocentrismo* – a tese de que foi a superioridade e centralidade da cultura europeia-ocidental que possibilitou o despontar da Era Moderna. Ajudam-nos a perceber que os passos dados pela Civilização Ocidental, em cerca de um século, foram o fruto da aculturação de traços de diversas civilizações, a Ocidente, Oriente e no Centro do mundo então conhecido, e que, só após decorrido mais de um século dos referidos eventos, os relacionados às conquistas europeias dos séculos XV/XVI, os europeus ocidentais os reconstroem encampados sob o mito da superioridade cultural do próprio continente. Tomemos a Dussel um dos trechos em que ele discorre sobre a tese da centralidade europeia.

[...] a “centralidade” da Europa no sistema mundial não é somente o fruto de uma superioridade acumulada durante a Idade Média Europeia contra outras culturas. Ao invés disso, ela [a centralidade europeia] é também o efeito fundamental do simples fato da descoberta, conquista, colonização, e integração (jugo) da América Indígena. Este simples fato dará à Europa as *vantagens comparativas* determinantes em relação ao mundo Árabe-otomano, à Índia, à China. A modernidade é o fruto destes eventos, não a causa dos mesmos. [JAMESON, F. MIYOSHI, M. (Eds.), 1998, p. 04-05, tradução nossa]¹⁹. (Grifos do autor).

¹⁸ Segundo Dussel, teriam existido três sistemas inter-regionais até o advento do primeiro sistema mundial de começos da Modernidade. O primeiro teria tido o Império Egípcio como centro. O segundo, localizado na região da Civilização denominada de Mesopotâmia, teve a Babilônia como o seu centro. O terceiro, que vigorou até os começos do século XVI, período gravado pelos ocidentais como o de início da Era Moderna, tinha a Índia como seu centro. Cf. DUSSSEL, E. *Rebeyond Eurocentrism: The World-System and the Limits of Modernity*. In:

A tocha do espírito civilizacional europeu, descendente do etnocentrismo grego e romano da Antiguidade, é reaccesa a partir do século XVI. Os novos bárbaros não serão mais os de idioma godo ou os que recusavam o direito e as instituições greco-romanas. A nova barbárie são os milhares de seres humanos com os quais os europeus se deparam na América Indígena. Os novos bárbaros serão, também, os já de muitos séculos conhecidos dos europeus, milhões de habitantes da Ásia e África que resistirão às investidas das potências europeias, imbuídas do Espírito Civilizacional Europeu de terceira geração: o Sistema Capitalista, colocado em marcha acelerada a partir da segunda metade do século XVIII. De forma sucinta diríamos que, dos começos da Modernidade aos dias de hoje, a chama do espírito

no início da Modernidade, da própria cultura como sendo dotada de princípios superiores – universais – em relação aos dos povos que eles subjugavam. Ele, o terceiro estágio do espírito europeu, nos remete à assertiva weberiana que abre a primeira seção deste capítulo. Ela inquire qual combinação de circunstâncias possibilitou aos ocidentais associarem os fenômenos culturais surgidos em sua civilização a desenvolvimentos com valor e

... A respeito a esta complexa questão só pode ser vislumbrada quando

da América sob sua égide. No século XX, a partir do período entre as duas Grandes Guerras Mundiais, os E.U.A. arrebatam da Europa aquilo que se consubstanciara por obra de diversos eventos que envolveram as muitas nacionalidades européias – o seu “Espírito Civilizacional”. Nos começos deste século XXI, ainda assistimos a tragédias cujas raízes mais remotas podem ser encontradas na recusa dos valores culturais que o Ocidente, há muitos séculos, recorta como universais e tenta “exportá-los” para universos culturais que, renitentemente, os

portuguesa não constitui uma exceção a este processo. Se gravada com a epígrafe de diferente, desigual no sentido negativo, da transpirenaica²⁰, desejamos apreendê-la como uma manifestação da mesma cultura européia que gerou a transpirenaica, a balcânica, a nórdica, etc. Na sua tessitura, da cultura portuguesa, estariam os incontáveis traços culturais legados à Europa por todas as civilizações das quais o continente é também um produto.

Portugal foi o primeiro Estado-nação da Europa a portar um dos ascendentes do espírito civilizacional que, a partir dos começos da Idade Moderna, arvorar-se-ia enquanto o “Espírito Civilizacional Europeu” e, ao cabo de dois séculos, em universal. O pequeno reino do extremo oeste da Ibéria é o primeiro Estado-nacional a se organizar sob esta forma e a caminhar no rumo sul – em direção à África. As primeiras conquistas portuguesas datam de começos do século XV: 1415²¹, 1419²² e 1431²³. Ou seja, quando a maioria das monarquias do continente ainda não havia conseguido unificar seus reinos, muitas das vezes constituídos por principados rebeldes a um governo central, Portugal já avançava rumo ao seu futuro de glórias transoceânicas. É certo que, também no caso português, a precocidade do pequeno reino ibérico não deve ser atribuída a qualquer traço transcendente da cultura lusitana. Aquilo que possibilitará a transformação das façanhas portuguesas do século XV, ao longo dos tempos, em algo reincidente nas manifestações culturais de Portugal, em míticas, serão as múltiplas apropriações destes feitos portugueses, fossem as referidas apropriações literárias ou

²⁰ A expressão “Europa transpirenaica” é utilizada por Eduardo Lourenço na obra *Nós e a Europa ou as duas razões*. Segundo alguns teóricos, existiriam *diferenças* entre uma Europa dita Ibérica, contemporaneamente representada por Portugal e Espanha, e uma outra de além Pireneus – recortada como Centro-Occidental. A divisão, mais que geográfica, seria também cultural. A Europa Ibérica e a Transpirenaica poderiam ser contrapostas em face da predominância, na primeira, da Religião Católica e, na segunda, do Protestantismo. Pelo fato de a primeira ser *menos* desenvolvida do ponto de vista técnico-científico que a segunda, etc. As clivagens deste tipo, que envolvem traços de natureza cultural, sempre têm se mostrado insuficientes para abarcar universos culturais que trespassam as fronteiras geopolíticas. Ao longo deste item é nossa intenção relativizarmos algumas destas clivagens entre a Ibéria e a Europa que está além Pireneus.

não, processos que nos permitem, uma vez mais, conceber as produções culturais como recriações de fragmentos cujas filiações se perdem no tempo.

Para a saga marítima portuguesa, reapropriada não só pelo grande cantor dos

seu nascedouro, portanto, ter constituído um reino unificado, ainda que de dimensões muito pequenas quando comparado à gigante e arquiinimiga Espanha. A constituição do moderno Estado Espanhol era uma tarefa inacabada²⁴ às vésperas da chegada dos europeus à América. O último reino mouro em território ibérico, espanhol, o de Granada, cai em 1492, no mesmo ano em que Colombo, a serviço de Castela, em busca de um caminho marítimo para as Índias, aporta na América Central. Na verdade, os dois reinos, Portugal e Espanha, há muito buscavam rota para o Oriente que lhes oferecesse uma alternativa à intermediação realizada pelas cidades italianas no comércio de produtos orientais – da Índia, em especial. Portugal

descobriu a rota para o Oriente, no ano de 1498, quando os espanhóis chegam ao

Lembre-mos que é um genovês, a serviço da Coroa de Castela, que se aventura rumo ao desconhecido. A despeito destas e inúmeras outras possíveis relativizações das glórias

vez mais, que este papel desempenhado pelos portugueses só se tornou possível em virtude de todos os movimentos, internos e externos, vivenciados pelo pequeno reino ao longo de muitos séculos.

A fase de condução da tocha do espírito civilizacional europeu pelos ibéricos – enfatizemos que o fulgor português e espanhol constituem períodos de preparação para o despontar de um discurso sobre a Europa como dotada de um espírito civilizacional com valores universais – foi de curta duração. O tempo português de começos do século XV até princípios do XVI. O tempo espanhol do XVI até o XVII. O século XVII ainda é período que talvez possa ser dito ibérico no contexto europeu pré-iluminista e pré-Revolução Industrial. Entretanto, ainda que o brilho ibérico tenha sido efêmero quando contrastado ao que o sucede, ele foi suficiente para possibilitar o entretecer de elementos, cujas procedências estão ligadas aos processos anteriormente apontados, que culminarão naquilo que os estudiosos nominam

– Europa Ibérica Católica ou a Europa mais atrasada. No período que se estende do

Mais adiante segue o mesmo Lourenço com respeito à paridade entre o pensamento ibérico seiscentista e o da outra Europa.

Em suma, século XVII, no tempo de Cromwell, numa obra como a de

aponta para processos, ocorridos anteriormente à conquista da América pelos europeus, os quais funcionaram como “ensaio ideológico e lingüístico²⁶” do processo de jugo das civilizações americanas. Ele aponta dois exemplos: a expulsão dos mouros e judeus da Ibéria em fins do século XV e a invasão da Irlanda, nos séculos XVI e XVII, pelos ingleses.

Tomemos seus termos.

de seus bens. O Império da Cruz e da Espada erguido contra a cultura islâmica e judia, há muito estabelecidas na Ibéria, reatualizado, menos de meio século depois, no processo de conquista das terras da América e Ásia. Signos que são recortados em função de novos movimentos sociohistóricos que envolvem os ibéricos e que, postos em movimento, transmutar-se-ão em novos símbolos culturais erguidos contra sujeitos antecipadamente gravados como bárbaros, não passíveis de serem identificados à abstrata subjetividade

... Neste altura de nossas considerações é importantíssimo

primeiros passos dados pelos europeus ibéricos na realização do périplo africano, na travessia

... da construção de uma subjetividade abstrata e superiormente dotada em face

Capítulo III

Notas sobre as obras de Eça de Queirós e Fernando Pessoa

1 – Produção Cultural e Enunciação

[...] a cultura de um dado grupo social não é nunca uma *essência*. É uma *autocriação*, uma *negociação de sentidos* que ocorre no sistema mundial e que, como tal, não é compreensível sem a análise da *trajetória histórica* e da posição desse grupo no sistema mundial. (SANTOS, 2000, p. 148). (Grifos nossos).

Neste e em alguns dos itens que se seguem, procuraremos, através de um diálogo com teóricos que analisam a problemática da produção cultural, buscar linhas nas assertivas dos referidos estudiosos que as conectem, de alguma forma, aos pressupostos que nas seções anteriores apresentamos sobre: a natureza da cultura, diferença cultural, identidade cultural e literatura, dentre outros aspectos, agora, especificamente direcionados para a abordagem de obras de Eça de Queirós e Fernando Pessoa.

Em duas das seções do capítulo I, abordamos o Caso Português sob a ótica Identidade Cultural e Literatura e procuramos situar as produções culturais portuguesas no contexto específico do final do século XIX e começos do XX. Nesta altura de nosso trabalho, as obras, *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*, de Eça e Pessoa, serão objeto particular de nossa atenção no que se refere ao mesmo contexto finissecular e o de começos do XX. Ainda que muitos dos autores que tenhamos eleito, para o estabelecimento do referido diálogo, não tenham analisado os dois livros em destaque, sob a perspectiva que nos orienta, qual seja, a de que os mesmos podem ser apreendidos enquanto produções culturais realizadas pela via da recriação/transmutação de traços identitários da cultura portuguesa, apreendemos muitas de suas formulações como passíveis de aproximação com as nossas.

A citação de Santos, utilizada para abertura deste item, tendo em vista nossas considerações anteriores sobre o caráter transversal das produções culturais – destaque especial para a literatura – no caso específico dos autores e livros em estudo, apresenta-se a *—* como um centro mediador ou a partir do qual podemos inferir muitas das formulações que

formas híbridas. Estas últimas produções consolidadas por recursos dentre os quais se destacam os que nos são facultados pela linguagem.

O último termo do postulado de Santos que destacamos é o que enfatiza a necessidade de conhecermos a trajetória histórica de um grupo – elemento importantíssimo para a compreensão das formas como a cultura deste se manifesta.

No caso em estudo, o da cultura portuguesa, especificamente a literatura de Portugal, com destaque especial para *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*, a trajetória da nação, do medievo distante ao convulsionado cenário sociohistórico de fins dos oitocentos e princípios do século XX, é importantíssima para a apreensão destas duas obras. Em *Mensagem* e em *A Ilustre Casa de Ramires*, a despeito de ser a primeira poesia e a segunda prosa, confluem, tanto o legado dos séculos³, proveniente segundo a perspectiva de análise aberta pela formulação de Santos, da trajetória histórica da nação, quanto um processo de autocriação, de negociação de sentidos, que só pode se materializar, no caso da obra literária, por/atraves dos artificios da linguagem.

Tentemos, ainda que resumidamente, apontar algumas semelhanças e diferenças entre as duas obras, *Mensagem* e *A Ilustre Casa de Ramires*, algumas delas cruciais aos desenvolvimentos subsequentes.

³ Jauss, no trabalho *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*, propõe Sete Teses como “instrumentos” possíveis para a abordagem da obra literária. Uma delas é a possibilidade da obra estar dialogando com o passado, as tradições, o presente e, ao mesmo tempo, tentar responder a impasses que lhe são contemporâneos. A tese de Jauss que trata da “capacidade interpelativa” da obra de arte é a do “juízo dos séculos”. E com relação a este pressuposto teórico de Jauss, *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem* oferecerem-nos inúmeras possibilidades de análises. A primeira traz em si mesma, em seu interior, uma outra narrativa, a novela histórica *A Torre de Dom Ramires*, escrita pela personagem Gonçalo, encaixada em *A Ilustre Casa* por obra de um narrador que se sobrepõe ao mesmo Gonçalo. A articulação das duas narrativas, a encaixante e a que se lhe encaixa, parecem, ao longo de toda a obra, oferecerem-nos certos “juízos” acerca do passado e presente de Portugal, sem que nos esqueçamos que o presente é o fim do século XIX. No outro flanco, na *Mensagem* de Pessoa, se não temos narradores explícitos, temos “vozes” através das quais ecoa o referido legado dos séculos e que, de forma semelhante à que é realizada na obra de Eça, transmutam o referido legado. Ainda que em *Mensagem* tenhamos dificuldades em perceber “juízos” explícitos sobre o passado e o presente de Portugal, barreiras estas erigidas, em grande parte, pela natureza do constructo poético pessoano, fugidio, *enevoad*, que tenta escapar, o tempo todo, de referências ao presente sociohistórico que se configurava à época do poeta, é possível, em algum grau, percebermos as pegadas deixadas pelo sujeito poético, principalmente na terceira parte do livro-poema de Pessoa, e que apontam, indiretamente, para um “juízo” dos séculos. Cf. JAUSS, Hans Robert. *A História da Literatura como Provocação à Teoria Literária*. São Paulo: Ática, 1994.

XVI, momento em que Dom Sebastião tomba nos areais do norte da África. A morte (desaparecimento) do soberano é como uma “fecundação” – encontro de dois eventos, um contingencial e outro histórico – gerando, ao longo dos séculos, o mito vindouro do Encoberto, do Desejado, daquele que retornaria para fazer fulgir, como jamais ocorrera, a sobrelevância da cultura portuguesa a todas as demais.

Uma de nossas hipóteses é a de que o ente que emerge na *Mensagem* de Pessoa é

o “Encoberto” da “Mensagem” (Português) na

desaguadouro – a culminância da lide do autor com elementos do universo cultural português já há muito tempo trabalhados.

de Pessoa. Uma, dentre as muitas diferenças que, antecipadamente, podemos apontar, na lide dos dois autores, com o que até aqui vimos denominando a recriação de traços da cultura portuguesa é, com certeza, a forma de reescrita destes últimos. Em *A Ilustre Casa de Ramires* a bravura e o heroísmo da estirpe que encarna Portugal – os Ramires – são relativizados. A personagem Gonçalo, o último rebento da família Ramires, é uma transfiguração da suposta inquebrantabilidade e brios de seus históricos ascendentes. O próprio emaranhado de vozes que nas duas narrativas se entrecortam – em *A Ilustre Casa de Ramires* e naquela que se lhe

em *A Torre de D. Dinis*, já delata o quanto todo o laço sociocultural nasce de

argúcia e audácia que lhes eram inerentes para a inauguração e para os primeiros passos do Portugal corporificado poeticamente por Pessoa, em certos poemas é apologético. Em outros, o eu poético insinua que os titãs reelaborados nas composições parecem ter sido instrumentos de forças que lhes eram superiores – um destino. Alguns dos poemas que expressam esta idéia de “acaso” – o destino conduzindo braços que erguem espadas, ainda que os protagonistas das ações não tenham clareza dos fins que conduzem os próprios atos – são, por exemplo, O “Conde D. Henrique”, de “Brasão”. Citemos alguns versos do poema:

Todo começo é involuntário.
 Deus é o agente.
 O herói a si assiste, vário
 E inconsciente

De pé, sobre os países conquistados
 [...]
 Calcara mais do que o submisso mundo
 [...]
 Criou-os como quem desdenha.
 (PESSOA, 1998, p. 47). (Grifos nossos).

Na segunda parte, “Mar Português”, as modulações do eu poético vão de um tom de entusiasmo, expresso através da reconstituição poético-dramática dos feitos de nautas portugueses do século XV e começos do XVI, até se transmutarem, ao final do mesmo “Mar Português”, em uma espécie de descenso que, a nosso ver, já prenuncia o tom fatídico, de desalento, da terceira parte de *Mensagem*. Dentre os poemas portadores de um tom de entusiasmo destacamos: “Padrão”, “O Mostrengo” e “Ocidente”. Citemos apenas alguns versos de “Padrão”:

[...]
 E ao imenso e possível oceano
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,
 Que o mar com fim será grego ou romano:
O mar sem fim é português.
 (PESSOA, 1998, p. 55). (Grifos nossos).

O descenso se nos surge em, por exemplo, “A Última Nau” e “Prece” que são os dois últimos poemas da segunda parte de *Mensagem*, “Mar Português”. Retiremos alguns versos destas duas composições:

Levando a bordo El-Rei D. Sebastião,

“O Encoberto”, terceira e última parte do livro-poema de Pessoa, a nosso ver, é uma espécie de tradução poética do desvio da nau-nação portuguesa do curso empreendido no alvorecer da Modernidade – o de ser a luz/farol que personificaria a cultura européia. Nesta mesma parte de *Mensagem*, o sujeito poético elege Dom Sebastião como uma espécie de marco sinalizador, rei ícone do último momento de fulgor português de começos da modernidade, e alguns dos profetas⁹ do advento do Quinto Império como entes a serem reconstruídos no último segmento de seu livro-poema para, por fim, conduzir a sua nau-poema, *Mensagem*, para o mar indiviso de “Calma”, “Antemanhã” e “Nevoeiro”¹⁰.

Por último, acrescentaríamos que, com relação às vozes narrativas de *A Ilustre Casa de Ramires*, a multiplicidade das mesmas acaba por constituir um emaranhado que torna, quase impossível, a triangulação direta entre a obra e referências externas concretas porventura existentes à época da mesma. É o que ocorre, por exemplo, na confecção da novela histórica de Gonçalo, a sua *A Torre de Dom Ramires*. Gonçalo modifica aspectos, atitudes, etc., das personagens que reescreve tendo como base o poemeto de um tio materno, *Castelo de Santa Ireneia*. A personagem-narrador tem que lançar mão da própria inventividade, além de se valer de livros antiquíssimos sobre as famílias fidalgas de Portugal, uma vez que muitos dos registros que o cercavam haviam emudecido ao longo das eras. Os testemunhos do passado eram como as ruínas de Santa Maria de Craquede, cemitério onde estavam enterrados seus ancestrais. Lá, em Craquede, as datas das lápides dos túmulos dos valorosos Ramires haviam sido apagadas pela mão do tempo. Naquele *locus* spectral, nas

⁹ Os “profetas” aos quais nos referimos, reescritos poeticamente em *Mensagem*, surgem nas composições *O Bandarra* e em *Antônio Vieira*. Nestes poemas são feitas referências às profecias de Gonçalo Eanes de Bandarra, um humilde sapateiro de Trancoso, Portugal. O mesmo teria profetizado o advento de um grandioso império para seu país. O segundo “profeta” é o Padre Antônio Vieira, agraciado pelo eu poético de *Mensagem* com a subtitulação de “Imperador da língua Portuguesa”. Cf. PESSOA, F. *Mensagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 83 e 84.

¹⁰ O “mar indiviso” de Calma, Antemanhã e Nevoeiro vem envolto em brumas, é fugidio, suas ondas parecem entoar uma canção de desalento – contam de costas que não se acham. É o mar em que adormece o Mostrengo que fora o senhor do oceano. É um espaço imaginário, o *Terceiro Mundo*, de um *Senhor* que não quer desvendá-lo. É, ainda, o mar de névoas que encobrem o Portugal que entristece, luz que não brilha mais. Cf. PESSOA, F.

ruínas de Santa Maria de Craquede, eternamente viva só mesmo a lâmpada que fora acesa, num passado distante, e nunca mais se apagara sem que jamais alguém soubesse quem a mantinha acesa. A mesma chama, que continuamente fulgia em Santa Maria de Craquede, pode muito bem simbolizar o processo de reconstituição da memória sobre os antepassados do Fidalgo da Torre, alguns destes últimos homólogos aos titãs que Pessoa, através das fulgurações de Mensagem, reacende/recria. Ao mesmo tempo em que entrevemos os vultos/insígnias da História do Portugal pretérito na *Mensagem* de Pessoa e em *A Ilustre Casa de Ramires* de Queirós, percebemos que, na primeira, os mesmos parecem conformar um possível, mas que é, também, algo não realizado, potencial. Já na segunda, em *A Ilustre Casa de Ramires*, o realizado – sob o qual se subscrevem os mesmos vultos/insígnias presentes no livro-poema de Pessoa – são os dados (fatos), corporificados pela linguagem, que serão recriados no corpo da obra.

trechos em destaque aludem ao *locus* da enunciação, ponto onde a articulação dos discursos -- dos enunciados -- se torna capaz de criar as diferenças culturais. Este *locus*, refúgio ou abrigo onde se ocultam as vozes enunciantes, é, à falta de melhor termo, o ponto ou eixo possibilitador da manufatura das distinções culturais, não importando as cores que estas últimas possam assumir.

As formulações de Bhabha e as de Boaventura Santos, por nós utilizadas

em função de serem instrumentos para nossos propósitos são a nossa ver

afligiu e, em certo sentido, continua a afligir gerações portuguesas do Romantismo ao Modernismo, é/foi a questão da identidade de Portugal no cenário europeu de fins dos oitocentos e começos do século XX.

Na senda da apreensão das obras literárias portuguesas – de Garrett a Pessoa (do Romantismo ao Modernismo) – aberta por Lourenço, a preocupação com a identidade nacional se tornou o fulcro gerador de capítulos gravados como fundamentais para a compreensão do que ele chama um *Ser* português, expresso pela literatura. O mesmo Lourenço assinala o período anteriormente mencionado como o da exacerbação máxima das referidas preocupações. No cerca de um século em que as manifestações literárias de Portugal,

identidade portuguesa se exacerbam, Eça de Queirós e Fernando Pessoa, é a de que ambos, em *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*, respectivamente, levam a cabo uma “tradução e re-historicização” de elementos da cultura portuguesa. Este processo de reapropriação, uma vez mais tomando as formulações de Bhabha, se daria pela configuração de discursos, criando elementos diferenciais, processo que só pode se dar nos limites quase que imperscrutáveis da enunciação. Esta última, *locus* onde, pelos artificios da linguagem, que jamais reproduz ou reflete qualquer coisa, mas transmuta, seria o limite último, uma espécie de fronteira final a partir da qual emergiriam os artefatos da cultura, no caso específico dos dois autores, Eça e

de Queirós e Pessoa, através da enunciação de novos nomes.

também um dos motores que dão propulsão ao texto queirosiano em *A Ilustre Casa de Ramires*.

Nos diversos poemas que integram a *Mensagem* de Pessoa, os tons assumidos pelo eu poético, sejam aqueles que trazem um “eu”, um “nós” ou um “eles” como vozes de onde partiriam as enunciações, parecem prenunciar uma mudança que se vislumbra. A mudança, diferentemente da recuperação de um *status quo* perdido ao longo da trajetória da nação portuguesa, é a redenção que é prefigurada por uma irresistível e avassaladora reconfiguração¹⁵ cultural. E reconfiguração talvez nem mesmo seja o termo mais adequado para tratar as prefigurações emanadas de alguns poemas da *Mensagem* de Pessoa. O tom trágico e, ao mesmo tempo, profético de algumas das composições pessoanas aponta para a reinstauração do que um dia houvera: a prevalência de um *Ser cultural*¹⁷ português, emblematicamente entretecido nas configurações de *Mensagem*. Uma espécie de reversão dos

...endo, em *Mensagem* adquire a condição de prefigurador de uma contra-realidade que se

Embora alguns traços da cultura portuguesa são referenciados, ainda que não sejam

Iniciamos este segundo item de nosso diálogo com os dois teóricos dos quais tomamos os segmentos que nos servem de epígrafes, porque ambos, nas formulações em destaque, referenciam uma questão importantíssima para nosso estudo: a relação entre o texto dito ficcional e a História, aqui entendida como o ramo do conhecimento humano que se dedica à elaboração de quadros e/ou teses explicativas sobre o desenvolvimento das sociedades humanas.

Com relação à última obra de Eça, *A Ilustre Casa de Ramires*, Reis aponta para a hipótese, como indicado ao final do trecho do qual nos apropriamos na epígrafe a este tópico, de que a “assimilação da História pela ficção” teria alcançado uma nova formulação. É exatamente a

... e, no entanto, substantivos. «É o homem de Estado, os dois homens de religião, todos

E o que, sobretudo, o espantava [Carlos], eram as botas desses cavalheiros, botas despropositadamente compridas, rompendo para fora da calça colante, com pontas aguçadas e reviradas, como proas de *barcos varinos*...

– Isto é fantástico, Ega!

(QUEIRÓS, 1962, p. 566). (Grifo nosso).

povoam a biblioteca do 202, morada do fidalgo português, Jacinto, em Paris. Ocorrem também pelo longo diálogo, entre o mesmo Jacinto e Zé Fernandes, este último o narrador-personagem da obra, quando os dois sobem a Montmartre. No alto da colina, ao lado da basílica em construção, as duas personagens discutem as misérias que a Civilização havia

criado. O texto original da obra de Zola, que poucos leriam, à maioria absoluta

[...]
Pequeno, negro e claro, um pacote entrando.
Vem muito longe, nítido, clássico à sua maneira.
Deixa no ar distante atrás de si a orla vã do seu fumo.
(PESSOA, 1986, p. 249).

O mesmo eu poético que autodelata o presente – sociohistórico – em que ele se situa e, ainda, reconhece a si mesmo, ainda que ironicamente, como civilizado e educado, /Eu o engenheiro, eu o civilizado, eu o educado no estrangeiro/²⁶, rejeita todo o progresso fumacento e ruidoso que se lhe apresenta e busca um outro tempo²⁷. O sujeito poético quer outras eras e outras

confessa o esforço que realiza para trazer de volta o que vai recriando pelo artifício da linguagem -- do literário.

Esforço-me e consigo chamar outra vez ante os meus olhos na alma,
Outra vez, mas através de uma *imaginação quase literária*
A fúria da pirataria, da chacina, o apetite, quase do paladar, do saque, [...]

(MUSSELA, 1996, p. 265)

Mais adiante, no mesmo ensaio, a autora aponta um dos traços da “Ode Marítima”, segundo ela, denotador de um “futurismo saudosista”, a nosso ver, um prenúncio do que viria a se consubstanciar de forma inequívoca na obra do ortônimo Pessoa, na sua *Mensagem*: a dramatização mítica de fragmentos, nomes, dados sobre a História de Portugal nas composições poéticas do único livro que Pessoa viu publicado. Tomemos da autora os seus próprios termos:

A “Ode marítima”, reconhecida como uma de suas [de Pessoa] produções futuristas, revela estranhamente um enorme apego ao passado (“todo o passado dentro do presente”), e uma correlativa desconfiança perante o novo (“o misterioso receio ancestral à Chegada e ao Novo”); e seu verso mais famoso é passadista: “Ah, todo o cais é uma saudade de pedra!” (PERRONE-MOISÉS, 1991, p. 21).

Passando à *Mensagem* do ortônimo Pessoa, a despeito de não podermos situar o sujeito da enunciação em um presente, em um tempo sociohistoricamente configurável como ocorre na *Ode Marítima* de Campos, são visíveis, na *Mensagem* pessoana, movimentos análogos aos realizados na ode de Campos, de recuo³⁰ a um passado perdido no /Sonho das eras português/³¹, apropriando-nos de um verso de (*Screvo meu livro à beira-mágoa*) de “O Encoberto”, terceira parte da composição poética que Pessoa batizou de *Mensagem*. É também na terceira parte da epopéia pessoana – trajetória da nau-nação portuguesa transmutada pelo criador dos heterônimos em um destino de glórias, interrompidas, a se cumprir – que percebemos a voz do eu poético ecoar de um *locus* de desalento, de perda, do, quem sabe, mesquinho presente vivido pelo poeta. Podemos perceber este *locus* de desalento, foco de onde o sujeito poético eleva sua voz, em, por exemplo, “Antemanhã”, o quarto poema de “Os Tempos” e o penúltimo de *Mensagem*. Tomemos alguns dos versos de “Antemanhã”.

³⁰ É exatamente nestes “movimentos de recuo a um passado longínquo”, realizados pelo sujeito poético da “Ode Marítima” de Campos bem como pelo eu poético em diversos poemas de *Mensagem*, que inferimos uma reconfiguração mítica da história portuguesa, ainda em fase embrionária, na composição do heterônimo pessoano anteriormente analisada.

³¹ PESSOA, 1998, p. 85.

O mostrengo que está no fim do mar
Veio das trevas a procurar
A madrugada do novo dia
[...]
E disse, "Quem é que dorme a lembrar
Que desvendou o Segundo Mundo
Nem o Terceiro quer desvendar?"
[...]
Rodou e foi-se o mostrengo servo
Que seu senhor veio aqui buscar

mediadoras as formulações de Reis e Quesado, gostaríamos de retomar a mesma formulação de Reis, utilizada na epígrafe a este item, para darmos continuidade às nossas considerações.

A partir da formulação de Reis, de que Eça projetou, em alguns de seus romances, a consciência de que todo o discurso ficcional é também uma forma de enunciação da História, referenciando explicitamente *A Ilustre Casa de Ramires* como a obra em que a “enunciação da História pela ficção [...] conheceria [...] uma nova formulação”³³, alcançamos um ponto importantíssimo para nossos estudos. Sob nossa perspectiva, a última obra de Eça é, de fato, o justo termo de um longo processo de escrita. Tanto daquele em que o escritor dialogou/interceptou com/a História, como também traz a culminância de uma lide com algo ainda mais complexo – o trabalho de reapropriação e transmutação de traços culturais identitários de um povo-nação, àquela altura, com quase oitocentos anos de existência.

É nossa tese de que esses elementos – traços identitários de uma cultura – no caso em estudo, da portuguesa, constituíram e reconstituíram o imaginário cultural do povo português do que as obras dos escritores, Eça de Queirós e Fernando Pessoa, são grandes exemplos. Delas, de *A Ilustre Casa de Ramires* e de *Mensagem*, emanaria uma forma de *enunciação da História* que não é aquela dos livros de heráldica, dos monumentos, cristalizações em pedra e bronze, que representam os momentos ungidos pela historiografia como especiais.

Como apoio às assertivas do parágrafo anterior, podemos tomar as palavras do próprio Eça de Queirós, em carta dirigida ao Conde de Ficalho, na qual o escritor fala de sua busca por elementos – dados – que iriam compor a “sua” Jerusalém, texto a ser escrito sobre a cidade santa.

À sua carta recebida em Bristol, respondo de Londres, onde vim indagar sobre pedras, nomes de ruas, mobílias e *toilettes* para a *minha* Jerusalém. Digo minha – e não de Jesus, como pedia a devoção, ou de Tibério, como pedia a história – porque ela realmente *me pertence*, sendo, apesar de todos

³³ REIS, 1999, p. 104.

... ..

sua Jerusalém, não deixarão de livrá-la (o texto escrito por Queirós) da condição de ser um produto da imaginação do mesmo Eça.

Aproximando ainda mais as afirmações dos dois escritores, ambos assinalam que é o trabalho realizado pelo escritor, o qual se reapropria de eventos/fragmentos que a memória

1. A literatura é um produto da cultura materializada, no caso da literatura

Mensagem, foi extraído de um artigo intitulado “O Tempo de Eça e Eça e o Tempo”³⁶, escrito por Eduardo Lourenço e integra os Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos.

A despeito de o trabalho de Lourenço não ter como tema central a apreensão das obras de Pessoa e Eça sob uma perspectiva comparada – pelo menos através do ângulo que neste capítulo vimos tentando enfocá-las – ao longo de seu ensaio são apresentadas algumas assertivas que se articulam à nossa proposta de estudo.

Lourenço começa por tipificar o tempo de Eça, ou seja, o tempo sociohistórico coetâneo do escritor. É a época das transformações que aceleram o tempo – pelo menos aquelas que os registros oficiais gravam como históricas. É a época em que a Geração de 70 – Eça como um de seus principais expoentes – surgirá no cenário do Portugal de fins dos oitocentos. Tempo das convulsões sociais que aneçam os, ainda persistentes, vestígios aristocráticos oriundos do *Antigo Regime*³⁷: a luta das classes mais empobrecidas, o proletariado, na Inglaterra e na França, por direitos políticos. É uma era que o Eça diplomata – exilado em diversos consulados de Portugal, em Havana, em Bristol e, por fim, em Paris – conheceu e a sabia ainda não de todo adentrada em Portugal. Tempo de uma Modernidade que não trouxera, afinal, a redenção do homem de suas misérias e, em alguns casos, até mesmo acentuara estas últimas.

³⁶ LOURENÇO, E. O Tempo de Eça e Eça e o Tempo. In: MINÉ, Elza & CANIATO, B Justo (Orgs). *150 Anos com Eça de Queirós*. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses/FFLCH/USP, 1997. p. 707-714.

³⁷ O século XIX, principalmente a sua segunda metade, é uma época em que grandes convulsões sociais abalam a Europa. Na verdade, o processo se inicia em fins do século XVIII com a Revolução Francesa. Coincidentemente, será no final do século seguinte que as contradições dos regimes monárquico-parlamentares se acirrarão. O modelo liberal burguês, que era um legado, tanto das transformações econômicas ocorridas na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, quanto das transformações políticas derivadas da Revolução Francesa, ao final do século XIX, mostrava sua face abominável: a exclusão de quase a totalidade da população dos benefícios proporcionados pela industrialização; a exclusão de também a maioria da população da participação política, enfim, muitas lutas ainda teriam que abalar os países europeus que haviam adotado o modelo político liberal-burguês até que se alargassem os direitos do operariado. O século XIX pode, de fato, ser gravado como uma fase de luta para extensão dos direitos políticos – o voto, por exemplo, – à maioria da população, independentemente da condição social dos indivíduos. É essa outra Europa, de além-Pireneus, convulsionada, que Portugal parece assistir como se nada do que acontecia lá fora lhe dissesse respeito ou o afetasse.

Apropriando-nos de algumas das obras de Eça de Queirós, o tempo coetâneo do escritor é o de Jacinto, português exilado em Paris, e que vive o brilho/ócio da enfadonha Civilização. (E também o tempo em que o mesmo fidalgo português – que vivera apartado de seu país – retorna à Tormes de seus antepassados, sua propriedade localizada no norte de Portugal). O “Tempo de Eça” é também o de Gonçalo Mendes Ramires, outro fidalgo, o “da Torre”, para que bem nos apropriemos do termo que serve como um distintivo, talvez signo/símbolo notabilizador da personagem principal de *A ilustre Casa de Ramires*: período da decadência da nação e da estirpe, os Ramires, que metaforizam Portugal na última obra de Eça.

A existência de um tempo que corre *intra* e *extraliterariamente* à(s) obra(s), hipótese que pode ser derivada a partir das colocações de Lourenço, é a possibilidade de análise que mais de perto nos interessa.

meio-norte português: montanhoso, agreste, arcaico. O retornado é alguém que já vivenciara/experimentara tudo o que o tempo da civilização, a parisiense, propiciara/acarretara ao homem moderno. Na sua Tormes, Jacinto vivenciará um outro tempo/espço que é duplo. Duplo porque consubstancia um resultado – o Portugal agrário, atrasado, quando contraposto à(s) outra(s) Europa(s), que perdera o “trem da História”, e é, também, uma pátria que configura outro tempo/espço não consentâneo com a Civilização à época da mesma personagem, o Jacinto. Tempo de reminiscências fidalgas, que emerge subrepticamente com as referências ao passado da fidalguia de cepa que tivera Jacinto como um de seus desaguadouros. Tempo de difícil reconstrução porque muitos de seus vestígios³⁸ – as ossadas dos antepassados de Jacinto são um exemplo – foram arrancadas de seus sepulcros por intempéries e não puderam ser totalmente reorganizadas para um novo sepultamento.

O segundo tempo, ao qual nos referimos no final do parágrafo anterior, que em *A Cidade e as Serras* parece apenas se insinuar, em *A Ilustre Casa de Ramires* emerge por diversas operações realizadas nas duas narrativas: na encaixada, *A Torre de Dom Ramires*, novela-história escrita por Gonçalo Mendes Ramires, e na encaixante, a estrutura maior que

³⁸ É interessante observarmos, em obras de Eça de Queirós, repetidas observações feitas, através da fala de personagens, por narradores, através de outras formas engendradas no corpo das narrativas queirosianas, sobre registos históricos que foram apagados por aquilo que talvez pudéssemos chamar de a *mão do tempo*. Em *A Ilustre Casa de Ramires*, um dos maiores testemunhos desta *ação do tempo* são as ruínas de Santa Maria de Craquede, um cemitério, quase um local sagrado, onde se encontravam os sepulcros de remotos ancestrais do “Fidalgo da Torre”, a personagem Gonçalo Mendes Ramires. Em Craquede, nas lápides dos túmulos dos valorosos Ramires do passado, já não mais existiam datas, nem nomes. Em *A Cidade e as Serras* o mesmo invisível tempo fora o responsável pela impossibilidade de resgatar e reunir corretamente as ossadas de ancestrais do fidalgo Jacinto. Este retornara à sua Tormes especialmente para a cerimônia de “re-sepultamento” de seus “avós”. Um dos empregados da quinta de Jacinto que ficara encarregado da tarefa de reunir as ossadas para trasladá-las aos seus novos sepulcros, desconcertado, relata ao senhor de Tormes as dificuldades para levar a cabo a tarefa. “Oh! Peço desculpa a V.Exa! Naquela confusão, quando tudo desabou, não pudemos mais conhecer a quem pertenciam os ossos. Nem sequer, falando verdade, nós sabíamos bem que dignos avós de V.Exa. jaziam na capela [...] *assim tão antigos*, como os letrados apagados. [...] Nem todos os ossos se acharam. [...] Enfim fizemos o que a prudência mandava...”

Na seqüência, a personagem Jacinto, o último descendente daqueles cujas ossadas haviam se misturado e não mais puderam ser reconstituídas em sua totalidade, pergunta pelos restos do avô Galião, ancestral pelo qual a personagem mais se interessava. O mesmo empregado que fora responsável pelo trabalho de recomposição das antiquíssimas ossadas responde: “– Nunca tivemos o excelentíssimo senhor Galião. Há cem anos que se não depositava na capela velha corpo de cavaleiro cá da casa.

– Onde estará então?...

O meu *Príncipe* encolheu os ombros. Por esse reino... [...] Casa tão espalhada! Cf. QUEIRÓS, Eça de. *A Cidade e as Serras*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1962. p. 127-128.

lhe é sobreposta. A primeira, a novela histórica escrita pelo Fidalgo da Torre, é aquela das lembranças sobre os ancestrais do mesmo Gonçalo, mas é mais do que estas últimas: é um outro tempo, feito de fragmentos cuja ascendência trespassa a história, tempo este não passível de ser sociohistoricamente capturado pelos calendários, pelos livros de História.

O tempo que é entretecido na última obra de Eça, que chamamos, à falta de melhor termo, *intraliterário*³⁹, advém de uma remanufatura de traços culturais persistentes, perduráveis através dos séculos, os quais Lourenço evidencia em seu trabalho. Tomemos o trecho no qual ele cita os elementos que nós apreendemos como a matéria utilizada por Eça na referida remanufatura cultural do tempo.

Na *Ode Marítima*, como já acentuado tanto no item anterior como neste, o local onde se situa o sujeito poético já delata o que vimos chamando os dois tempos: o que corre paralelamente à época da elaboração do poema, que é também matéria da obra, constituindo uma espécie de seu vértice externo, às vezes referenciado, às vezes negado, e um outro que, como assinalado por Lourenço, é o produto de um consumo: “de fantasmas da imaginação alheia, de ícones históricos, de lendas [...]”⁴⁰.

Tomando a *Mensagem* do ortônimo Pessoa, diríamos: se o tempo da enunciação, enquanto um presente, sociohistoricamente datável, esfuma-se, isso ocorre em virtude de todas as operações/esforços realizados pelo eu poético para a prefiguração de um outro tempo – também a manufatura textual dos mesmos alimentos terrestres especificados por Lourenço nas citações anteriores. O local de enunciação na *Mensagem*, através do qual podemos entrever o tempo – presente – vivido pelo poeta, é eclipsado por obra das operações anteriores e em função do que Lourenço aponta como a cegueira do criador dos heterônimos em face da realidade que o cercava. Realidade que o herdeiro “extralícido” de Eca transfigura em um

do século XIX e começos do XX, apontava para um destino desalentador. Estes tempos, queirosiano e pessoano, aproximam-se daquilo que configuraria um tempo próprio a uma

Queirós e Fernando Pessoa – tomamos de Barthes e do próprio Eça de Queirós trechos que se nos apresentam como instrumentais para os desenvolvimentos subsequentes.

É nossa intenção, tomando como ponto de partida a formulação barthesiana extraída de *O Grau Zero da Escrita*⁴², especificamente do capítulo “Que é a Escrita”⁴³, e a de

⁴² Barthes, Roland. *Essays Critiques: Essais Critiques*. Tradução de Richard Howard. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 112.

⁴³ Barthes, Roland. *Essays Critiques: Essais Critiques*. Tradução de Richard Howard. Rio de Janeiro: Rocco, 1984. p. 112.

Barthes utiliza o termo duração para gravar o que ele, ao longo do trabalho “Que é a escritura”, tenta acerrar e definir como escritura. Um produto surgido das conjunções – usos – por parte de um escritor dos recursos de uma língua e do estilo que lhe é próprio. A escritura de Barthes pode muito bem representar o que vimos denominando um constructo de cultura. Este mesmo produto é erigido por uma malha de signos, signos estes que no caso específico da literatura têm o código lingüístico como um de seus vértices (lado)⁴⁵.

Eça, no Prefácio dos *Azulejos* do Conde de Arnos, utiliza o mesmo vocábulo, duração, para gravar a Arte, escrita pelo autor com a letra inicial em maiúscula todas as vezes que a palavra aparece. A apreensão queirosiana da Arte, pensamos que seja esta a melhor forma de focar as formulações do autor no referido prefácio, surge ao final de um texto dirigido ao Conde de Arnos. Eça deveria prefaciá-la obra *Azulejos*, deste último. Ao fazê-lo, discorre sobre a produção literária ao seu tempo – o cânone naturalista/realista. Execra as malversações deste estilo, abomina tanto o oportunismo dos que cerravam fileiras em favor da moda literária, então em vigor, como também daqueles que se contrapunham ao referido

forma, imortais. E essa imortalidade adviria, em síntese, da duração, acrescentaríamos persistência, das obras de arte através dos tempos.

Retomando os termos dos dois trechos epigrafados, apresentariamos as seguintes questões: por que a duração do vestígio escrito, aqui concebido como uma manifestação artística, a *Arte* de Eça de Queirós, faria aparecer, pouco a pouco, uma *criptografia*? A segunda, por que, no surgimento da escritura, a liberdade daquele que a faz despontar é apenas a de uma escolha (gosto) e não da duração? (Lembre-mo-nos da afirmação de Eça de que "só a Arte tem a duração").

.....

Os atos de produção cultural, preferimos esta denominação genérica porque ela abarca as diversas manifestações artísticas engendradas pelo homem, ocorrem pelas ações do produtor – escolhas – sobre os significantes, signos/símbolos culturais, integrantes da obra de arte. Em outros termos, seja transmutando elementos de uma dada cultura pela utilização da matéria, seja pela produção de uma estatuária colossal, ou até mesmo procedendo a

segunda questão, do porquê a liberdade do escritor é apenas a do gosto da escolha. Tomemos novamente um trecho de *Aula*.

dos produtos da ciência. Estes últimos só têm a duração permitida pela legitimidade de seus enunciados. Ou seja, duram até que outros enunciados evidenciem suas falhas (erros), e eles passem a integrar o registro histórico das ciências. Este é o campo próprio das ciências físico-químicas e biológicas. Entretanto, a persistência das produções culturais, que não as do discurso científico, não está ligada à verdade do enunciado, mas à da enunciação. O saber, na literatura, evade do *locus* em que ele possa ser aferido, cristalizado, datado. Ele está relacionado a um triedro que conforma as três forças (vértices) da obra: a capacidade do artefato literário dar a conhecer algo; ao mesmo tempo, por alguma estratégia, mimetizar

A semiologia aqui proposta é pois negativa – ou melhor ainda, por mais pesado que seja o termo: *apofática**: não porque ela negue o signo, mas porque nega que seja possível atribuir-lhe caracteres positivos, fixos, a-históricos, a-corpóreos, em suma científicos**. (BARTHES, 2004, p. 36-37). (*Grifo do autor). (**Grifos nossos).

Resta-nos discutir “a escolha da área social no seio da qual o escritor decide situar a Natureza da sua linguagem”⁴⁹, que representa a liberdade do escritor, como acentuado por Roland Barthes no trecho por nós epigrafado.

O “setor social” no seio do qual o escritor resolve alocar sua linguagem – fruto de uma escolha – opção esta que não deixa de estar ligada à inserção do produtor cultural num tempo/espaço sociohistoricamente configurável, é o campo no qual serão processados os deslocamentos, utilizando os significantes da língua, realizados pelo escritor. A título de uma breve exemplificação, gostaríamos de citar o escritor português Camilo Castelo Branco.

Camilo Castelo Branco é integrante do cânone romântico e até mesmo ultraromântico de Portugal. Sua vasta produção trespassa da primeira para a segunda metade do século XIX, sendo as obras *Amor de Perdição* e *Amor de Salvação*, dentre outras, apontadas como aquelas em que o gosto romântico, área social no seio da qual Camilo decidiu situar sua linguagem, melhor se expressaria. Entretanto, caso analisemos livros do mesmo escritor como, por exemplo, *A Queda dum Anjo*⁵⁰ e *O Santo da Montanha*⁵¹, a despeito da

⁴⁹ BARTHES, 2000, p. 14.

⁵⁰ *A Queda dum Anjo*, de Camilo Castelo Branco, narra a história – queda – de Calisto Elói de Barbuda, um provinciano de Miranda, interior de Portugal. A personagem, após ser eleito deputado por Agra de Freimas, vai viver em Lisboa para o exercício de seu mandato, com o intuito de salvar a nação do abismo moral e econômico

através de sua linguagem, de signos quase que constantes do cânone romântico – este último

também se fazem presentes, a despeito do trabalho realizado pela via da linguagem com os mesmos vetores ou entes tipificadores de Portugal revelar, através do(s) tom(ns) da(s) voz(es) de enunciação, um marcante ceticismo em relação ao mesmo legado sociomítico-histórico com o qual trabalha o escritor em sua produção.

Uma, dentre as muitas diferenças, entre as elaborações de Pessoa e Queirós, em torno das idéias de pátria e nação, que gostaríamos de realçar é a de que Eça faz encarnar o Portugal contemporâneo na figura da personagem central de *A Ilustre Casa de Ramires*, Gonçalo Mendes Ramires. A personagem queirosiana é, em si mesma, um emblema. Carrega, por atos e obras de toda a fidalguia de cepa, metaforizada por seus ascendentes, os supostos vetores do Portugal antigo, o mesmo configurado pelo emblema de Pessoa, *Mensagem*. Entretanto, o mesmo Gonçalo encarna a decadência, o descenso da pátria que sobrevém ao desastre assinalado por Pessoa no poema “A Última Nau”, o penúltimo da segunda parte de *Mensagem*, “Mar Português”. O protagonista de *A Ilustre Casa de Ramires* é como um ser bifronte⁵², duplicidade possibilitadora da elaboração de grande parte do trecho da obra de Eça de Queirós.

De um outro lado, em *Mensagem* de Pessoa, a nação portuguesa é encarnada nos entes mítico-históricos já referidos, mas os mesmos não podem ser conectados, diretamente, aos agentes históricos que os precederam e confluem como a matéria para as elaborações do poeta. A nação-pátria portuguesa de *Mensagem* encarna-se em recortes de entes/traços culturais, perdidos no tempo, que evadem envoltos em uma bruma de mistério, processo assinalado pelos versos de “A Última Nau” do mesmo “Mar Português” de *Mensagem*.

⁵² O *bifrontismo* de Gonçalo caracterizar-se-ia, em *A Ilustre Casa de Ramires*, através de muitas das atitudes da personagem e por algumas estratégias presentes na narrativa. Senão vejamos. O “Fidalgo da Torre” é pragmático: mesmo tendo empenhado a palavra com o Casco que lhe arrendara a Quinta, trai o acordado porque outro agricultor lhe oferece arrendamento mais lucrativo. É o mesmo Gonçalo que quase entrega a própria irmã, Gracinha Ramires, casada com o tolo Bacoco, ao seu ex-desafeto, André Cavaleiro, para alcançar seus intentos políticos: ter o apoio deste último na eleição em que disputaria a vaga de deputado por Vila Clara, circunscrição

[...]

Vejo entre a cerração teu vulto baço que torna

Não sei a hora, mas sei que há a hora,
 Demore-a Deus, chama-lhe a alma embora
Mistério. (PESSOA, 1998, p 66). (Grifo Nosso).

Em outros termos, diríamos que o “bifrontismo” que caracterizaria a personagem de Eça, Gonçalo Mendes Ramires, o qual encarna tanto o Portugal mítico-histórico quanto a nação decadente de fins do século XIX e começos do XX, não se entrevê nas criaturas de *Mensagem*. Os recortes realizados pelo poeta para erigir seus seres permitem, como discutimos em seção anterior, percebermos os movimentos (estratégias), pelo menos na última parte de seu livro-poema, “O Encoberto”, de um sujeito poético que fala de um *locus* de desalento, de tristeza, de perda, que associamos aos sucedâneos de Alcácer Quibir. Entretanto, sob os entes pessoanos consubstanciadores do *Ser Maior*, Portugal, não são subscritos elementos que possam relativizar seus feitos ou daqueles que os precederam – os agentes históricos que servem de “tecido” para as elaborações de Pessoa. O Portugal dos versos do último poema de *Mensagem* que, coincidentemente, leva o nome de Nevoeiro é:

[...]

Este fulgor baço da terra

[...]

Brilho sem luz e sem arder,
 Como o fogo-fátuo encerra,
 (PESSOA, 1998, p. 95).

Ser-destino interrompido e que resta/restaria por cumprir no sonho/profecia de O Quinto Império.

Eça de Queirós e Fernando Pessoa, em *A Ilustre Casa de Ramires* e em

... especificidade de suas produções de linguagem na

culturais, em termos barthesianos, têm por gosto (escolha) o trabalho com traços, alguns deles recortados num passado muito longínquo – remoto – de Portugal, outros cujas proveniências dificilmente poderiam ser atribuídas, com precisão, a um dado povo. Tentemos, ainda que resumidamente, elucidar nossas assertivas mencionando alguns aspectos das obras de Camões, de Eça de Queirós e de Fernando Pessoa, *Os Lusíadas*, *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*.

O primeiro, Camões, em sua épica à moda clássica, conforma o evento protagonizado por Vasco da Gama em espinha dorsal da nação portuguesa de fins do século XV e começos do XVI. Erige um marco na literatura portuguesa, fonte de inspiração e louvor

processo pessoano de retomada dos fragmentos identitários da cultura portuguesa, envolto nas brumas de *Mensagem* é, ao mesmo tempo, opaco e translúcido. A teia de Pessoa enreda e deixa escoar para o infinito invisível – o mar escuro e “sem fundo” – as suas criaturas. O “algo” que é recriado pela memória e, ao mesmo tempo, escapa-lhe de si mesma, são os elementos que o poeta reproduz no seu processo de revivescência de Portugal, do que alguns

Gonçalo percebeu, através da *treva* do quarto, [...] faces lentas que passavam...

Eram faces muito antigas, com desusadas barbas ancestrais,

Mensagem, no que se refere às relações língua-pátria, língua-nação, língua-cultura, identificando estas relações como a “área social no seio da qual”⁵⁵ os dois escritores inserem suas produções. Ainda com relação a essa temática, as elaborações de pátria e nação efetivadas pelos dois autores em suas obras, estabelecermos diálogo com a obra *Êça e Pessoa*⁵⁶ de Beatriz Berrini.

Primeiramente é necessário que discutamos os termos *nação* e *pátria*. Quais as mediações possíveis entre os dois termos e como os dois foram/são objetos de construções, por parte, tanto de ramos do conhecimento como a História, a Sociologia, a Ciência Política, quanto por parte da literatura.

O termo *nação* pode remeter à idéia de Estado-nacional, em seu sentido contemporâneo, ou à idéia de grupos humanos com certas semelhanças: lingüísticas, religiosas, étnicas, etc.. Nesta última acepção, poderíamos atestar a existência de nações de húngaros de fala magiar; tchecos de língua alemã – que falavam o iídiche⁵⁷, por exemplo ; nações de iugoslavos de credo muçulmano; de russos de fé também muçulmana e assim por diante. No primeiro sentido, o que conecta *nação* a Estado-nacional, já nos distanciamos das

nacional. Pátria, sob esta concepção, é o mesmo que Inglaterra, França, Portugal ou Espanha. Em outros termos, ainda que sob o território dominado por estes países entrecortem-se grupos de humanos de diferentes religiões, línguas, etc., a pátria, ente histórico-geográfico, trata de subsumir todos eles nos limites de suas fronteiras.

Entretanto, pátria, assim como nação, tem sentidos progressos àqueles conectados a Estado-nacional, um produto oitocentista por excelência. O termo liga-se, quase que ancestralmente falando, a rincão, torrão natal, local onde pessoas reconhecem ou dizem reconhecer suas raízes, porque têm afinidades culturais, no sentido mais amplo da expressão, com um determinado local. Em virtude desta última possibilidade de apreensão de pátria é que podemos dizer expressões tais como: a pátria dos bascos, a pátria mineira, gaúcha, de uma pátria nordestina sob a qual se subscreveriam outras, de menor amplitude, como a baiana, a pernambucana, dentre outras possíveis subdivisões.

Eric Hobsbawm, em obra intitulada *Nações e Nacionalismo desde 1780*⁵⁸, discorre sobre a complexidade assumida pelos termos pátria e nação, após o alargamento, por obra das vagas nacionalistas do século XIX, dos sentidos que os termos anteriormente carregavam.

O Dicionário da Real Academia Espanhola, cujas várias edições foram pesquisadas com esse objetivo, [buscar as alterações no sentido dos vocábulos *pátria* e *nação*] não usa a terminologia de Estado, nação e língua no sentido moderno antes de sua edição de 1884. [...] Antes de 1884, a palavra *nación* significava simplesmente o agregado de habitantes de uma província, de um país ou de um reino e também “um estrangeiro”. Mas agora era dada como “um Estado ou corpo político que reconhece um centro supremo de governo comum” e também “o território constituído por esse Estado e seus habitantes, considerados como um todo” – e, portanto, o elemento de um Estado comum e supremo é central a tais definições, pelo menos no mundo ibérico. (HOBSBAWM, 1998, p. 27).

Mais adiante o autor discorre sobre as alterações de sentido da palavra pátria.

⁵⁸ HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*, 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

[...] a palavra *pátria* ou, no uso mais popular, *tierra*, “a pátria”, significava apenas “o lugar”, o município ou distrito de qualquer domínio senhorial ou Estado. Este sentido estreito de pátria, que foi diferenciado do sentido lato do termo no espanhol moderno como *pátria chica*, “a pequena pátria”, é bastante universal antes do século XIX, exceto entre as pessoas cultas com conhecimento da Roma antiga. Até 1884, a *tierra* não era vinculada a um Estado; e até 1925 não ouvimos a nota emocional do patriotismo moderno, que define *pátria* como “nossa própria nação, como a soma total de coisas materiais e imateriais passadas, presentes e futuras, que gozava de amável lealdade dos patriotas”. (HOBSBAWM, 1998, p. 28). (Grifos do autor).

Após resumirmos as possíveis escrituras dos termos pátria e nação por ramos do saber que não a literatura, resta-nos discorrer sobre a escritura literária dos mesmos produtos de linguagem nas obras *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*.

Diferentemente da História, da Sociologia e da Ciência Política, as quais tomam as elaborações de linguagem, os enunciados, como seu objeto de estudo, em outros termos, não se detêm sobre o caráter duplo dos textos: dizerem do real, mas, ao mesmo tempo, deformá-lo, a escritura literária trabalha promovendo deslocamentos. Efetiva, através da realização de pequenas rupturas no discurso das diversas ciências, o seu lugar. Ou seja, a escritura literária surge nos interstícios da gama multivariada das elaborações da História, da Sociologia, da política, dentre outros ramos do saber. É o próprio Barthes quem define este local atópico da escritura literária em meio às escrituras das ciências que a cercam.

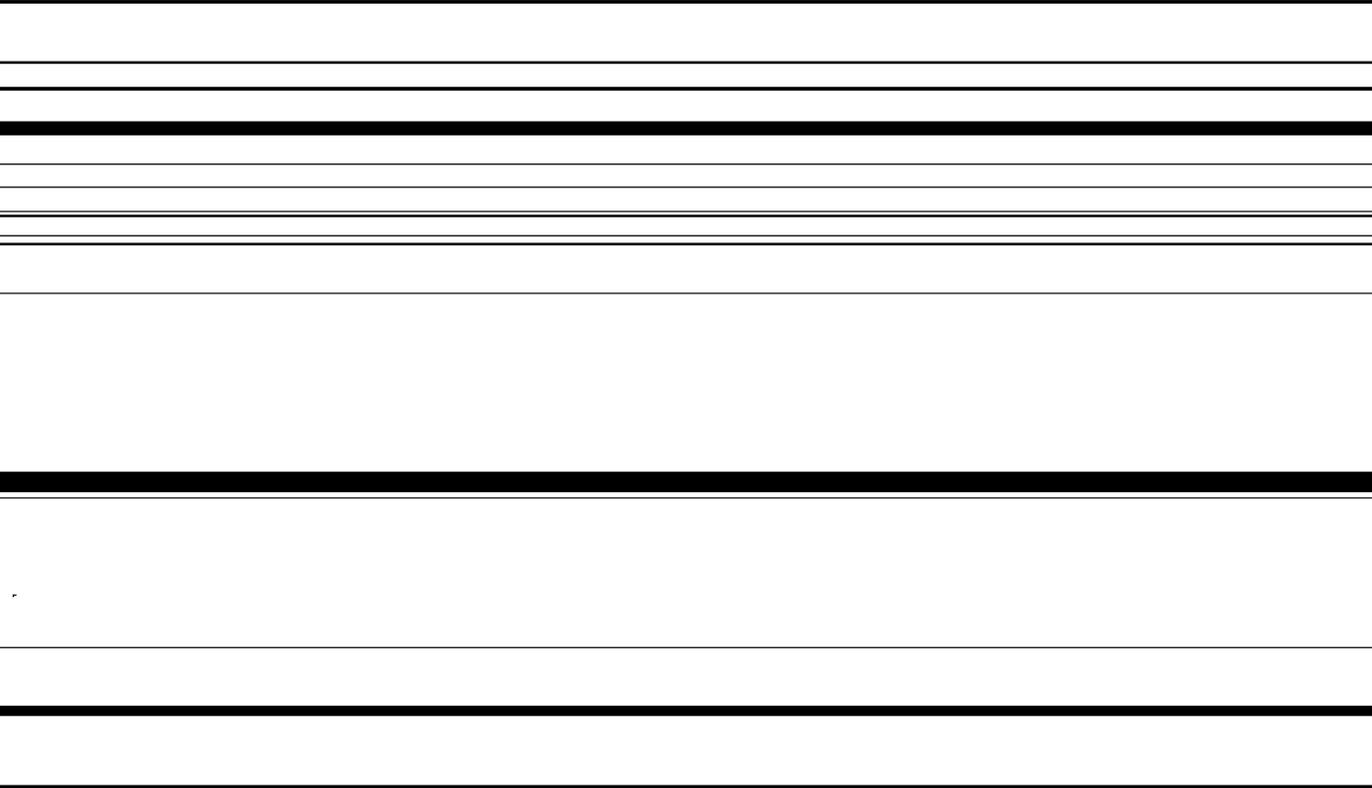
Se, por não sei que excesso do socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas devessem ser expulsas do ensino, exceto numa, é a disciplina literária que devia ser salva, pois *todas as ciências*, estão no *monumento literário* [...] a literatura *faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles*; ela lhes dá um lugar indireto, e esse indireto é precioso [...] a literatura trabalha nos *interstícios da ciência* [...] (BARTHES, 2004, p. 18). (Grifos nossos).

A escritura de Queirós e Pessoa da pátria/nação portuguesa, utilizando traços da língua-cultura portuguesa, é, evidentemente, outra daquela realizada pela História, pela sociologia etc. Suas escrituras, como assinalado por Barthes, são intersticiais aos discursos dos outros campos do saber oitocentista e dos séculos que se seguiram e ainda se seguirão. O caráter intersticial da língua-pátria, língua-nação portuguesas, apreendendo estas últimas

produções culturais que compõem a intrincada configuração de *A Ilustre Casa de*

tivesse por sede uma espécie de cadeira móvel, curinga do saber de hoje, como o próprio *signo o é de todo discurso*. (BARTHES, 2004, p. 39). (Grifos nossos).

Uma autora que dá alguns passos na direção da investigação das relações língua-nacão. língua-pátria, língua-cultura, na Obra de Eça de Queirós e Fernando Pessoa, é Beatriz



queirosiana e pessoana, a língua-pátria, língua-nação de que nos fala Beatriz Berrini no seu *Eça e Pessoa*, são um produto, um possível, provido pela infindável capacidade de recriação da Arte, a que tem a duração, de dados, traços, fragmentos, cujas linhas de ascendência os tornam o resultado, inacabado, da mescla de diversas culturas.

Parte III

Capítulo I

A Significância

O símbolo literário, uma analogia para alguma coisa instável (não estabelecida), consiste em uma articulação de elementos verbais que, ultrapassando a referência e os limites do discurso, encarna e oferece [provê] um complexo de sentimento e pensamento. (TINDALL, 1974, p.12-13).¹

Ao darmos início à terceira parte de nosso trabalho, as reapropriações literárias realizadas por Eça de Queirós e Fernando Pessoa, de traços identitários da cultura portuguesa, em *A Ilustre Casa de Ramires*, do primeiro e, em *Mensagem*, do segundo, a retomada de algumas das diretivas já delineadas nas Partes I e II do mesmo estudo torna-se fundamental.

Signo e símbolo; dois dos elementos com os quais se entretecem as multivariadas manifestações da cultura, de novo se interpõem em nossa trajetória, mas, agora, tendo que ser analisados em sua especificidade na narrativa de Queirós e no poema-nau de Pessoa.

Discutimos anteriormente a propriedade do artefato literário de, muito mais que representar o real (ou um referente qualquer), refratá-lo, deformá-lo e, em certo sentido,

_____ ² alude à capacidade

de textos literários ocorre na distância daquilo e/ou daqueles que a tessitura das obras engendra. Este processo tem como via signos, alcançados por sucessivos recortes do real, até que os mesmos desamboquem em símbolos. Entretanto, estes últimos não enformam elementos acabados – estáveis. Os símbolos literários, como realçado no trecho de Tindall que

significado, os autores fazem surgir uma composição híbrida: que elide, acrescenta, interpõe, para, ao final, fazer com que o(s) receptor(es) possa(m) ser tomado(s) pelo complexo identificado por Tindall como um misto de emoções/sentimentos. Esta produção de sentidos por parte do texto literário, as formas através das quais ela ocorre, que se dão, fundamentalmente, por um movimento no qual se conjugam o processo de escrita e forças sociais as mais diversas, tem como material de trabalho a língua – o arsenal de elementos do léxico que esta pode prover. É da articulação de nomes – apreendendo-se estes últimos como tendo mais que significado, sendo também portadores de significância, que se vão configurando as obras ditas literárias: são substantivos, adjetivos, verbos que, associados na produção, vão se amalgamando para confluir em um tempo, em um espaço, em personagens, todos ditos de ficção.

A nosso ver, a produção da significância, de sentido, reside nas relações possíveis entre os nomes – o léxico que o produtor elege para compor sua obra – e aquilo que lá, na produção cultural, não está. A significância se dá no para além do sentido estrito dos vocábulos: nas múltiplas relações que o texto potencialmente estabelece com processos culturais amplos. Ela é algo que só se torna vislumbrável se tivermos em mente que, apesar do(s) referente(s) não se materializar(em) no texto, há algo que o(s) simboliza/substitui/refaz e

Tentando adentrar um pouco mais a complexa seara da significância, da sua produção, percebemos que os sentidos, nos limites das obras literárias, para serem produzidos, têm na língua do escritor o seu celeiro. Os elementos lexicais só adquirem a capacidade de interação para dizerem além de si mesmos, quando a ordenação – gramática na qual eles são organizados – consegue interpelar e/ou se articular ao movimento social mais amplo. Nessa altura de nossas considerações, tomamos de Julia Kristeva⁴ um trecho no qual ela discorre sobre a dupla propriedade do texto: a de se instalar na matéria da língua e na história social, capacidade esta, a nosso ver, a propiciadora da significância.

Assim, por um duplo jogo: na matéria da língua e na história social, o texto se instala no real que o engendra: ele faz parte do vasto processo de movimento material e histórico se não se limita – enquanto significado a seu autodescrever ou a se abismar numa fantasmática subjetivista. (KRISTEVA, 1974, p.11).

Na seqüência de suas considerações sobre o texto, Kristeva apresenta uma formulação de grande interesse para nossa abordagem das obras de Eça de Queirós e Fernando Pessoa, *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*: “O texto está, pois, duplamente orientado: para o sistema *significante*, no qual se produz (a língua e a linguagem de uma época e de uma sociedade precisa) e para o processo social do qual participa enquanto discurso”⁵.

Articulando as duas formulações de Kristeva, em destaque: da dupla orientação do texto – para a língua/linguagem de uma época e sociedade e para o processo social ao qual o texto se articula e da, também dupla, inserção do texto, na matéria da língua e na história social –; alcançamos um ponto muito importante para o nosso trabalho. Tanto *A Ilustre Casa de Ramires* de Eça de Queirós, quanto a *Mensagem* de Fernando Pessoa produzem suas significâncias, tendo como matéria um conjunto de nomes, léxico, específico da língua portuguesa, de Portugal e sua sociedade em um dado tempo. Ainda mais, as produções dos

⁴ KRISTEVA, J. *Introdução à Semântica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

⁵ KRISTEVA, 1974, p. 12.

dois autores, que não chegam a ter entre os seus surgimentos um espaço de tempo correspondente a duas gerações – *A Ilustre Casa de Ramires* surge em fins da última década do século XIX e *Mensagem* na terceira do século XX – utilizam o léxico (nomes) do Portugal de um dado tempo para, recortando-os, reapropriando-se dos mesmos, inserirem-se em um espaço social mais amplo: no caso de Queirós é o Portugal finissecular e, no de Pessoa, é a nação do primeiro quarto do século XX. É do trabalho com o léxico – sua disposição no texto, pelas antíteses e ambivalências criadas na articulação dos termos, pelas hipotéticas reações emocionais a serem desencadeadas nos receptores da obra, enfim, no processo de produção das significâncias, que os signos/símbolos culturais vão sendo reelaborados até a consubstanciação do constructo como um todo.

No caso de Eça e Pessoa, especialmente em *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*, a formulação de Barthes⁶ sobre a obra de Proust, *En busca del Tiempo Perdido*⁷, ainda que se refira aos nomes próprios, à forma de sua utilização no mesmo livro, pode ser estendida às duas obras em estudo. Tomemos o trecho. “[...] manter um sistema de nomes era,

Ramires, escrita pelo protagonista de *A Ilustre Casa de Ramires*, Gonçalo Mendes Ramires. O segundo, a nação finissecular, é o tempo/espço por onde circula o mesmo Gonçalo.

Em *Mensagem*, a despeito do caráter muito mais fugidio da linguagem poética, o antitético e antipódico de muitos dos poemas do livro de Pessoa é bem evidente; alguns deles serão analisados mais adiante. Os nomes do passado medieval português, lá estão, reescritos por obra de uma sintaxe que guarda muito de sentidos profundos, apreendendo-se este “profundos” como vestígios de significâncias que se perdem no tempo. Entretanto, ainda que à primeira vista o cantar pessoano de Portugal possa parecer laudatório, enfatizador dos mitos,

o mesmo estamento os paradoxos de alguns de seus versos: as afirmações que no

Barthes, no trabalho *Proust e os Nomes*¹⁰, volta-se para a onomástica proustiana. Mais precisamente para a “significância comum”¹¹ que os nomes próprios podem assumir na obra *En busca del Tiempo Perdido*¹², indicar a “nacionalidade e todas as figuras que podem a

pensamentos/sentimentos. Tomemos alguns destes nomes de *A Ilustre Casa de Ramires* e de *Mensagem*.

Na obra de Eça, já em sua primeira página, surge um termo ao redor do qual muitos dos sentidos serão produzidos: fidalgo. Junto a este termo quase sempre encontramos o complemento “da Torre”. O complemento serve como epíteto para gravar a personagem Gonçalo Mendes Ramires, o protagonista da narrativa. Do conjunto de nomes não-próprios poderíamos citar: alcáçova; ameias; o vocábulo torre, quando não é utilizado para epigrafar o nome da personagem principal, o mesmo Gonçalo; paço, muralhas; açor; honra; senhores (de propriedades fundiárias); concelho (órgão administrativo); deputado; parlamento; etc.. Não prosseguiremos nessa enumeração porque ela se tornaria por demais extensa. Mesmo citados em separado, os nomes já são capazes de carrear sentidos e indicam que, com eles, um tempo/espaco pode ser recriado.

Mais que criar um tempo/espaco, o conjunto lexical do qual se vale Queirós, em sua *A Ilustre Casa de Ramires*, a despeito de poder ser conectado a sentidos progressos, alguns deles associados à ambiência sociocultural do medievo, vai, em virtude dos usos estratégicos dos referidos nomes no entrecho da obra, passo-a-passo, promovendo rupturas com concepções estéticas que, no passado, haviam refratado (criado imagens) sobre o mesmo período – aquele que a histórica seqüenciada teleologicamente grava de Medieval. Um dentre os muitos efeitos logrados pela escritura da obra de Queirós, pela via do diálogo/ruptura com concepções estéticas que haviam ficcionalizado o passado português, é a interlocução com inúmeras produções culturais que, também através de suas tentativas de enformar o real, criaram imagens/estereótipos concernentes a Portugal. Uma das formas de realização, bastante produtiva, da referida interlocução, é o encaixe da produção novelesca da personagem Gonçalo Mendes Ramires no interior da obra encaixante, em *A Ilustre Casa de Ramires*. Ao serem encaixadas as duas histórias, em uma espécie de moldura (painel), são

processados uma série de deslocamentos nos nomes (elementos lexicais) que as compõem. Alcançados os deslocamentos – rupturas – anteriores, são criados efeitos bem diversos daqueles surgidos em produções que utilizaram muitos dos termos que integram a obra de Eça.

Em *A Ilustre Casa de Ramires* os nomes próprios – de agentes históricos – não são citados em profusão, tal como ocorre em *Mensagem* de Pessoa. Nós os encontramos de forma mais dispersa como nas referências a El-Rei, Dom Sebastião: dois antepassados de Gonçalo haviam estado ao lado de Dom Sebastião em Alcácer Quibir e um deles, Paulo Ramires, ao saber que “El-Rei não vivia, colhe um ginete solto, apanha uma acha de armas, e gritando ‘Vai-te, alma, que já tardas, servir a de teu senhor!’ – entra na chusma mourisca e para sempre desaparece”¹⁵. Outros nomes próprios, topônimos reincidentes em *A Ilustre Casa de Ramires* são, por exemplo, África e Portugal. O próprio Fidalgo da Torre, Gonçalo, à última página da obra, é associado ao nome – Portugal.

Tomemos agora alguns dos nomes de *Mensagem* de Pessoa. Como já mencionado, os nomes próprios abundam na composição do poeta criador dos heterônimos. Na verdade, vinte e três dos poemas têm como título nomes próprios, alguns deles seguidos de termos que os dignificam. Quando os nomes são de membros da realeza de Portugal do Medievo ou de começos da Modernidade, é-lhes acrescentado um aposto que indica as suas posições em relação ao trono: reis, infantes. Quando os nomes que encabeçam os poemas não

No que se refere a nomes que não os próprios, a *Mensagem* alcança simbolismo equânime àquele que emana dos poemas dignificados com títulos de nobres do período de

'pintura', e, mais recentemente, sua expressão), mas sobre a relação entre o significado e o significante, isto é, sobre o signo".¹⁶

Conjugando estes dois últimos postulados de Barthes às considerações anteriores sobre os nomes, utilizados por Eça e Pessoa na composição de *A Ilustre Casa de Ramires* e *Mensagem*, percebemos que, nas duas obras, seus autores buscaram explorar, ainda que de forma às vezes bem distinta, a natureza – face – de signo dos diversos nomes eleitos por eles para compor suas produções. Em outros termos e resgatando diretiva teórica que já esboçamos anteriormente, nas fabulações queirosiana e pessoana em estudo, o trabalho da produção de sentido busca linhas que possam conectar o nome a processos culturais. Esta conexão se dá pela ruptura da linha que liga o referente a seu significante e remete este último ao espaço no qual a significância desponta, "a sua natureza [do nome] de signo começa a emergir".¹⁷

¹⁶ BARTHES, 2000, p. 166.

¹⁷ BARTHES, 2000, p. 166.

Capítulo II

A Gramática da nação em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*

1 – Nação, Tempo e Espaço

[...] a literatura constitui uma espécie de gramática ou sintaxe, apresentando relações mais ou menos fixas: o conjunto de gêneros, estilos e figuras retóricas tradicionais e dos não-canonizados, ao qual se contrapõe uma esfera semântica mais variável – a dos temas, motivos e imagens literárias. (JAUSS, 1994, p. 48-49).

No Capítulo III da Parte II de nosso trabalho, “Notas sobre as obras e Eça de Queirós e Fernando Pessoa”, discorreremos, apropriando-nos de formulações teóricas de diversos críticos¹ e de falas do próprio Queirós e Pessoa, sobre: as vinculações entre produção cultural e enunciação; história e literatura; tempo extraliterário e intraliterário; além de uma escritura da pátria-nação portuguesa em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*. Nesta fase, buscamos aprofundar idéias esboçadas no capítulo mencionado na direção daquilo que chamamos uma gramática da nação portuguesa, figurada na narrativa de Queirós e na nau-poema de Pessoa. É nossa tese de que muito da gramática de Portugal, dramatizada poeticamente pelo criador dos heterônimos na sua *Mensagem* bem como narrada por Eça em *A Ilustre Casa de Ramires*, só pode (pôde) surgir pela via do produtivo trabalho dos dois escritores com elementos que acabam por conformar: um tempo/espaço próprio às obras em estudo; interseções entre o texto dito ficcional e o

¹ Os críticos e as obras dos quais nos valem no capítulo referido foram: BARTHES, R. *Aula*. 11. ed. São Paulo: Cultrix, 2004. BARTHES, R. *O Grau Zero da Escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. LOURENÇO, E. O Tempo de Eça e Eça e o Tempo. In: MINÉ, E. & CANIATO, B. Justo (Orgs). *150 Anos com Eça de Queirós – Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos*. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses/FFLCH/USP, 1997. p. 707-714. QUESADO, J. C. Basílio. *Labirintos de um livro à beira-mão: análise de Mensagem de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro: Elo, 1999. REIS, Carlos. *Estudos Queirosianos: Ensaio sobre Eça de Queirós e sua obra*. Lisboa: Editorial Presença, 1999. SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e político na pós-modernidade*. 7ª.ed. São Paulo: Cortez, 2000. Os trechos de Eça e Pessoa que utilizamos foram extraídos de: PESSOA, F. *Entrevista na Revista Portuguesa*. 13 de Outubro, 1923. QUEIRÓS, Eça de. Prefácio dos “Azulejos” do Conde d’Amoso. In: *Notas Contemporâneas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1947. p. 115-136. QUEIRÓS, Eça de. *Correspondência*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

ramo do saber que denominamos história; o foco de enunciação – a(s) voz(es) do sujeito poético no caso dos poemas de Pessoa – ; enquanto *locus* a partir do(s) qual(is) a(s) produção(ões) também emerge(m). Em síntese, seriam os elementos apontados anteriormente, articulados a inúmeros outros, os viabilizadores do que chamamos a gramática da nação em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*.

No capítulo A Significância, o primeiro desta Parte III, buscamos evidenciar como, a partir de nomes, próprios ou não, os produtores culturais podem, pelas possíveis interseções entre o léxico escolhido e eventos de natureza cultural ampla, fazer emergir a significância ou os sentidos. Aludimos à possibilidade das produções culturais, destaque especial para o literário, refigurarem o real em virtude do processo de refração deste último: pela interposição entre o espectador, o leitor no caso das obras literárias, e

... a partir de nomes, próprios ou não, os produtores culturais podem, pelas possíveis interseções entre o léxico escolhido e eventos de natureza cultural ampla, fazer emergir a significância ou os sentidos. Aludimos à possibilidade das produções culturais, destaque especial para o literário, refigurarem o real em virtude do processo de refração deste último: pela interposição entre o espectador, o leitor no caso das obras literárias, e

ligados, seriam mesmo anteriores, ao período de formação do Condado Portucalense. A segunda, *Mensagem*, porque a sua primeira parte, “Brasão”, é constituída por poemas que evocam o passado longínquo do reino, sua ancestralidade, bem como por outros intitulados

genealogia das mais importantes famílias fidalgas de Portugal. A conversa ocorre em um jantar na casa de Graça Ramires e Barrolo, respectivamente irmã e cunhado da personagem Gonçalo.

- Aristocrata ... Está claro que sou aristocrata [Gonçalo interpelando a prima Maria Mendonça]. Sentiria com efeito certo desgosto em ter nascido como uma erva, de *outras ervas vagas*. Gosto de saber que nasci de meu pai Vicente, que nasceu de seu pai Damião, que nasceu [...] até não sei que rei suevo...

- Recesvinto! Informou respeitosamente padre Soeiro.

- Pois até esse Recesvinto. O pior é que o sangue de todos esses pais não difere [...] do sangue dos pais do Joaquim da Porta. E que depois de Recesvinto, para trás, até Adão, *não tenho mais pais!* (QUEIRÓS, 1999, p. 285). (Grifos nossos).

Remetamo-nos agora à obra de Pessoa, à sua *Mensagem*. Tomemos dois poemas de “Brasão”: “O dos Castelos” e “Ulisses”.

O DOS CASTELOS

A Europa jaz, posta nos cotovelos:
De Oriente a Ocidente jaz, fitando,
E foldam-lhe românticos cabelos
Olhos gregos, lembrando.

O cotovelo esquerdo é recuado;
O direito é em ângulo disposto.
Aquele diz Itália onde é pousado;
Este diz Inglaterra onde, afastado,
A mão sustenta, em que se apoia o rosto.

Fita, com olhar sfíngico e fatal,
O Ocidente, futuro do passado.

O rosto com que fita é Portugal.
(PESSOA, 1998, p. 19). (Grifos nossos).

ULISSES

O mito é o nada que é tudo.
O mesmo sol que abre os céus
É um mito brilhante e mudo –
O corpo de Deus,
Vivo e desnudo.

Este, que por aqui aportou,
Foi por não ser existindo.
Sem existir nos bastou.
Por não ter vindo foi vindo.
E nos criou.

Assim a lenda se escorre
A entrar na realidade,
E a fecundá-la decorre.
Em baixo, a vida, metade
Da nada morte

poema, podemos recuperar algumas das assertivas que apresentamos no Capítulo II da Parte II, As transmutações do “Espírito Civilizacional Europeu” ao longo dos séculos.

A criatura erigida na composição olha de Oriente a Ocidente – referência à saga marítima portuguesa, cujos protagonistas, além de alcançarem o extremo oriente, o Japão, chegam, também, ao Ocidente desconhecido – à América. A esfinge tem olhos
... lembrados: recordando que a primeira civilização da Europa se encerra o

Associemos alguns dos sentidos que emanam tanto dos poemas de *Mensagem* como dos trechos de *A Ilustre Casa de Ramires*. Nos dois segmentos da obra de Eça, está posta a questão da genealogia do último varão dos Ramires, Gonçalo, e da nação que ele e seus ascendentes figuram – Portugal. Nos dois poemas de Pessoa as origens de Portugal de novo se nos surgem: no primeiro, ligada à Europa, a face da

confluência de recortes “súgnicos”/simbólicos e de processos sociais mais amplos, no literário, de emergirem a origem da nação, um suposto povo abarcado pelo reino, enfim, por obra da conjugação anterior originarem-se muitos dos símbolos capazes de fazer o indivíduo ser tomado por um complexo de sentimento e pensamento.

Nesta altura de nossas considerações, resgatando algumas das diretivas anteriores, toma-se possível visualizar a produção literária como algo que, partindo dos

Português”); e, o terceiro momento, “O Encoberto”, que marca o desvio da nau-nação poema de Pessoa de sua rota e a exortação mítico-mística para o retorno de um dos símbolos maiores de *Mensagem*, Dom Sebastião. Sobre estes símbolos, às transmutações processadas sobre eles, daremos especial atenção no terceiro capítulo desta parte de nosso trabalho.

Acrescemos às nossas considerações dos três últimos parágrafos sobre *A Ilustre Casa de Ramires* e sobre *Mensagem* as falas de Elena Losada Soler, autora da introdução⁵ à edição crítica da obra de Queirós, em estudo, e trechos das Notas⁶ de Fernando Cabral Martins, organizador de uma das edições brasileiras de *Mensagem*.

Na introdução de Soler à referida edição crítica, ela discorre sobre a descrição feita por Carlos Reis e Rosário Milheiro dos manuscritos deixados por Eça de Queirós:

A descrição detalhada do espólio queirosiano que Carlos Reis e Maria do Rosário Milheiro nos facultaram [...] permite-nos estudar uma série de listas manuscritas de léxico e cultura medieval que constituem sem dúvida o trabalho de consolidação da novela histórica que Eça pôde por fim escrever, através de Gonçalo Mendes Ramires, sem complexo de culpa. (SOLER, 1999, p. 19).

Na página seguinte, a autora aproxima-se bastante de raciocínios por nós apresentadas anteriormente.

Estas listas não são, evidentemente, literatura. Ainda não são matéria narrativa, mas sim os *tijolos* com que esta se edifica. Sobre estes básicos elementos lexicais, substantivos fundamentalmente, *erguer-se-á a construção do tempo e do espaço*, a adjetivação e, sobretudo, *a ação que dará vida a estas listas*.

É interessantíssimo observar nestes materiais tão primários que Eça de Queirós não construía a sua narrativa a partir de um gérmen de ação, de um evento ou de uma intriga, mas antes era o *léxico* a base: primeiro eram as palavras com as quais a futura ação se contaria.

⁵ SOLER, E. Losada. Introdução. In: QUEIRÓS, Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999. p. 15-69.

⁶ MARTINS, F. Cabral. Notas. In: PESSOA, F. *Mensagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 97-114.

Através destas listas muitos aspectos da gênese dos romances queirosianos, do seu método de trabalho, tornam-se mais claros. (SOLER, 1999, p. 20). (Grifos nossos).

Em suas notas à edição de *Mensagem*, Cabral Martins registra:

Data de 1910 um primeiro poema cujo título, *Portugal*, e cujas características, épicas e sebastianistas, prefiguram a *Mensagem*, por vir. [...] Em 1913, Pessoa escreve *Gládio*, poema que há de fazer parte de *Mensagem* com o título de *D. Fernando*, Infante de Portugal. [...] Pessoa pensa por essa altura num livro intitulado *Gládio*, cuja primeira parte se chamaria *Portugal*. (MARTINS, 1998, p. 99).

item II de “O Encoberto”, e por um dos versos de “Nevoeiro”, composição esta que

— referência à música. Em outras palavras, de acordo com o texto, de que se trata

poético, é a mais longa das composições de *Mensagem*, o poema “Noite”, também de “O Encoberto”. Dele tomamos suas três últimas estrofes:

[...]
Senhor, os dois do nosso Nome –
O Poder e o Renome –
Ambos se foram pelo mar da idade
À sua eternidade;
E com eles se foi
O que faz a alma poder ser de herói.

história (a tradicional). Uma das primeiras desconstruções é a própria personagem-narrador quem realiza, como referenciado anteriormente, ao tornar a si mesmo e a todos os outros homens, fidalgos ou não, portadores do sangue de Adão: a origem notabilizadora deixa de existir, cai no vácuo de um mito que /é o nada que é tudo/¹⁰.

Outra forma de ruptura de uma suposta precisão do tempo cronometrado da história teleológica, na obra de Queirós, são as referências às ruínas de Santa Maria de Craquede. Trata-se de um cemitério onde estavam sepultados os valorosos Ramires, os antepassados do Fidalgo da Torre, alguns deles rememorados na sua *A Torre de Dom Ramires*. Apropriemo-nos de alguns trechos da narrativa de Queirós que nos contam das ruínas de Craquede. Os trechos que destacamos são do final do capítulo VII. Gonçalo, a personagem-narrador de *A Ilustre Casa de Ramires*, acompanhara sua prima, Maria Mendonça, e a Sra. Ana Lucena, viúva endinheirada com a qual o Fidalgo da Torre cogitava a possibilidade de se casar – o dote da formosa senhora resolveria as agruras financeiras do último varão dos Ramires – a uma visita às referidas ruínas. Coincidentemente, o falecido Sanches Lucena deixara, além da formosa e rica Sra. Ana, uma cadeira vaga no parlamento português que seria disputada por Gonçalo no próximo pleito. Após as duas senhoras, a prima do Fidalgo da Torre, Maria Mendonça, e a bela viúva de Lucena deixarem o local, Gonçalo, sozinho naqueles ermos espectrais, resolve visitar o claustro – “onde não entrara desde pequeno”¹¹. Sigamo-lo neste momento.

E pela brecha dum muro a que ainda se amparava um pedaço e altar – penetrou na silenciosa crasta afonsina. Só dela restam duas arcadas em ângulo [...] E contra o muro, onde rijas nervuras desenham outros arcos, avultam os sete imensos túmulos dos antiqüíssimos Ramires, denegridos, lisos, *sem um lavor*, como toscas arcas de granito, alguns pesadamente encravados no lajedo, outros pousando sobre bolas que os séculos lascaram. [...] Na abóbada, sobre o mais vasto túmulo, lá negrejava chumbada a espada, a famosa espada, com a sua corrente de ferro pendendo do punho, a *folha roída pela ferrugem das longas idades*. Sobre outro lá ardia a lâmpada, a estranha lâmpada mourisca,

¹⁰ PESSOA, 1998, p. 23.

¹¹ QUEIRÓS, 1999, p. 324.

que não se apagara desde a tarde remota em que algum monge, com uma tocha de saimento, silenciosamente a acendera... Quando se acendera ela, [...] Que Ramires jazeriam nesses *coffres* de granito, a que o tempo raspava as inscrições e datas, para que nelas *toda a História se sumisse*, e mais escuramente se volvessem em leve pó sem nome aqueles homens de orgulho e força? [...] O crepúsculo cerrara, e com ele uma melancólica sombra que se adensava sobre as abóbadas da crasta, cobria de tristeza morta aquela jazida de mortos. (QUEIRÓS, 1999, p. 324-325). (Grifos nossos).

Caso fixemos nossas atenções em alguns dos termos que descrevem as

... e esta que nos remete a uma edificação do século XIII,

obra de Pessoa, de “O Encoberto”, é nebuloso e incerto como registrado nos versos de “Nevoeiro”:

[...]
 Tudo é incerto e derradeiro.
 Tudo é disperso, nada é inteiro.
 Ó Portugal, hoje és nevoeiro....
 [...]
 (PESSOA, 1998, p.95).

O tempo queirosiano de *A Ilustre Casa de Ramires* e sua narrativa encaixada também é incerto e roto – a crasta afonsina em ruínas muito bem o simboliza. Para recriá-lo em uma outra história que não a tradicional, saber este que uniformiza o vário, o multifacetado, em um fluxo contínuo e ordenado de tempo, só a ação que medeia entre os significantes e seus significados potenciais – os signos passíveis de serem elevados.

1.10.1. O monumento-filme em Santo Maria do Crasto parece

surgimento de recortes realizados sobre elementos, nomes, relativos a eventos e/ou coisas concernentes a movimentos sociais de Portugal. Derivada do processo anterior, a elevação de signos possibilitadores da escritura¹³ de um outro Portugal que não o da história tradicional – esta última aqui apreendida como a ordenação de eventos de natureza política, econômica, etc., em um movimento contínuo, sempre voltado para um porvir imaginado enquanto inexorável e, muitas vezes, como o progresso. Na seqüência de nossas formulações sobre a gramática da nação em *A Ilustre Casa de Ramires* e em

A primeira questão levantada no início do parágrafo anterior é de difícil enfrentamento e nós já a referenciamos em partes anteriores de nosso estudo. Desde a introdução temos estado trabalhando sobre esta entidade que, de tão abrangente, e em virtude da multiplicidade de formas através das quais ela (a cultura) se manifesta, mais

lingüísticas, religiosas é a de encontrar – desvelar. Concebemos os grafos de uma dada cultura como o produto de processos vários dos quais não estão descartadas a violência, a discriminação, a guerra, a negociação, tanto no nível intra, como interculturais.

O surgimento de fragmentos identitários da cultura de um dado povo-nação inbrica-se a uma série de fatores: políticos, sociais, econômicos, geográficos, lingüísticos, étnicos, dentre outros que nossa percepção, talvez, sequer alcance. Em seu surgimento, forças sociais antagônicas, complementares, duplicadas, retroativas, estão quase sempre presentes e são a sua submersão – subsunção – em um fluxo contínuo e artificial o processo que possibilita o balizamento da história tradicional a que nos referimos anteriormente.

Temos como objetivo, nesta fase de nosso trabalho, buscar a emergência de certos traços comumente apontados como denotadores da identidade cultural portuguesa: quais os movimentos e os agentes sociais envolvidos nos processos que possibilitaram que certas características viessem, ao cabo de um longo termo, a ser

No parágrafo anterior, utilizamos o termo emergência que agora retomamos para melhor elucidá-lo. Foucault, no mesmo trabalho do qual extraímos a citação anterior, "Nietzsche, A Genealogia e a História", discute três termos: *Entstehung*, *Herkunft* e *Ursprung*, comumente traduzidos por origem. A diferenciação dos sentidos dos termos citados é o que possibilita, segundo o mesmo Foucault, a genealogia. Esta última, a forma de descortinar o vário, a multiplicidade e simultaneidade de acontecimentos em locais onde um episódio despontou e conseguiu calar ou se sobrepor a todos que se lhe contrapunham. É o próprio Foucault quem exemplifica a multiplicidade de acontecimentos. Tomemos suas palavras.

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta. (FOUCAULT, 2004, p. 28).

Retomemos os termos *entstehung*, *herkunft* e *ursprung* os quais Foucault

dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. Ela não deixará nada abaixo de si que teria a tranqüilidade asseguradora da vida ou da natureza; ela não se deixará levar por nenhuma obstinação muda em *direção a um fim milenar*. Ela aprofundará aquilo sobre o que se gosta de fazê-la repousar e se *obstinará contra sua pretensa continuidade*. (FOUCAULT, 2004, p. 27-28) (Grifos nossos)

estandardização dos símbolos do país? Dito de forma mais simplificada: quais as forças

que atuam em direção a essas alterações e fatores econômicos, sociais, geográficos

de que os versos do poema “Calma”, o antepenúltimo de *Mensagem*, dá-nos mostras.

Eça de Queirós, ao revés de uma fabulação que emana perda, saudade, embarca o protagonista de *A Ilustre Casa de Ramires*, o narrador de *A Torre de Dom Ramires*, Gonçalo Mendes Ramires, em um vapor chamado Portugal, talvez à procura de /O Poder e o Renome/¹⁷, mas não de /O mostrengo que está no fim do mar/¹⁸, nem tampouco da última nau que /Levando a bordo El-Rei D. Sebastião , [...] Foi-se [...] ao sol aziago/¹⁹. Gonçalo Mendes Ramires, que é, ao final da obra de Queirós, igualado a Portugal, tem um porto onde atracar: um prazo arrendado em Macheque, na Zambézia, África.

Na trilha da gramática da nação de *A Ilustre Casa de Ramires* e de *Mensagem*, teremos que retroceder à fase que muito apropriadamente pode ser chamada embrionária de Portugal. É inevitável que, mais uma vez, recorramos a Foucault²⁰ em trecho no qual ele fala dos começos da história – apreendido este “começos” como o despontar de forças que ainda terão um longo caminho a percorrer até que a(s) diretiva(s) de uma (algumas) delas consiga(m) se sobrepôr às demais: pela

o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da

... da infância, porém a desfazer todos os enfiamentos.²²

autor fala sobre a capacidade ou não de seu trabalho de “reduzir o real a fórmulas discursivas”²⁵.

As “palavras” nunca serão as “coisas”. Creio ter procurado aquelas que exprimem a maneira como apreendi, *ou creio ter aprendido, o que há de real nos vestígios do passado*. Mas como seria pretensioso ter dito a última palavra [...]

reino português à noroeste, espremido entre o Atlântico e conjuntos montanhosos, da Ibéria.

Na verdade, a epígrafe geral de *Mensagem*, “Bendito seja Deus Nosso Senhor por nos ter dado o sinal (ou o signo)”²⁶, já nos introduz em uma atmosfera, delata um recorte, de natureza divina e que, nos diversos fragmentos que integram a nau-nação poema de Pessoa, será mesclado a uma história mítico-mística, este último termo preferimos discuti-lo quando analisarmos poemas que envolvem o rosacrucianismo expresso em algumas das composições de *Mensagem*. Retomando a epígrafe que constitui um umbral para a epopéia dramática de Pessoa, ela já assinala que as coisas e/ou eventos que ali estão são um sinal (signo) da vontade de Deus. É como se na inscrição que abre a obra estivesse dito: procede-se à elevação, fabulação poética, de muitos elementos – nomes – que estão ligados à história de Portugal por desígnio divino. Em outros termos, que ele (o poeta) fará surgir algumas das faces de signos que medeiam entre os significantes, nomes eleitos por ele, e eventos, metamorfoseados por obra de sua poética, relacionados à História de Portugal, história esta divinamente conduzida. Há, ainda, uma nuance de sentido que a expressão em referência carrega: rendem-se graças ao Bendito Deus Nosso Senhor por ter dado aos portugueses o signo (sinal) que ele, o poeta, um demiurgo iluminado, vai desvelar.

Um dos poemas que melhor tipificam a história teleológica por desígnio divino, dramatizada poeticamente por Pessoa, é “O Conde D. Henrique”, que tem como referente aquele que recebera como prêmio o Condado Portucalense. Tomemos o poema.

O CONDE D. HENRIQUE
 Todo começo é involuntário
Deus é o agente.
 O herói a si assiste, vário.
E inconsciente.

²⁶ MARTINS, F. Cabral. Gênese do Livro. In: *Mensagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 99.

À espada em tuas mãos achada
 Teu olhar desce.
 “Que farei eu com esta espada?”

Ergueste-a, e fez-se.
 (PESSOA, 1998, p. 25).

O nobre de origem franca que havia descido “com pendão e caldeira”²⁷, [...] a si assiste vário E inconsciente.²⁸ A mão do mesmo Dom Henrique e a espada se encontram – /À espada em tuas mãos achada/²⁹, evento ao qual o referido protagonista de *inícios do Condado* parece estar (ser) inconsciente. /Que farei eu com esta espada?/³⁰, o sujeito poético o revela: /Ergueste-a, e fez-se/³¹. A vontade divina é quem conduz o destino, braço, do Conde fundador de Portugal. Como já prenunciado na epígrafe geral de *Mensagem*, o eu poético faz emergir o signo de um desígnio superior e incontestado,

E eu vou, e a luz do gládio erguida dá
 Em minha face calma.
Cheio de Deus, não temo o que virá.
 Pois, venha o que vier, nunca será
 Maior do que a minha alma.
 (PESSOA, 1998, p. 34). (Grifos nossos).

Como no caso do poema anterior, “O Conde D. Henrique”, Deus é a força, invisível, que guia o braço do herói. Entretanto, temos que referenciar certos nomes que, na composição, recobrem outras faces – signos – relativos aos eventos que o mesmo poema recria. O infante D. Fernando recebe a espada de Deus para fazer uma “santa” guerra. A febre de “Além” que o consome – o mesmo príncipe – o querer grandeza são o nome de Deus.

Dom Fernando viveu entre 1402-1443 e era filho de Dom João I e Dona Filipa de Lencastre, ambos galardoados em *Mensagem* com poemas que têm como títulos os seus nomes. Dom João I é o primeiro monarca da dinastia de Avis –

[...]
 Mestre, *sem o saber*, do Templo.
 Que Portugal foi feito ser,
 Que houveste a glória e deste o exemplo
 De o defender.
 (PESSOA, 1998, p. 29). (Grifos nossos).

Dona Filipa de Lencastre é a princesa inglesa,

[...]
 Que só gênios concebia?
 Que arcanjo teus sonhos veio
 Velar, maternos um dia?

[...]
 Humano ventre do Império,
 Madrinha de Portugal!
 (PESSOA, 1998, p. 30).

É no período de vida do infante filho de D. João I e Dona Filipa de Lencastre, Dom Fernando, que tem início a expansão marítima portuguesa. A “santa” guerra é desfechada, primeiramente, no território peninsular contra os reinos mouros e

seus núcleos de civilização desde o século VIII estabelecidos na Ibéria. Depois, durante as guerras para a conquista de possessões ao longo da costa oeste da África, contra os sarracenos, fundadas com o espírito de infidelidade. O processo de expansão

narrativa de Queirós entretém um constante diálogo com a história a que Foucault chama de teleológica ou oficial, em proveito de uma gramática da nação realizada, a nosso ver, pela transmutação de traços identitários da cultura portuguesa.

A novela da personagem-narrador da obra de Queirós, do Fidalgo da Torre, a sua *A Torre de Dom Ramires*, poderia, *grosso modo*, ser resumida da seguinte forma: Gonçalo elege um episódio que envolvera Tructesindo Ramires, um de seus ancestrais que vivera no século XIII, a casa de Baião, uma hoste inimiga do poderoso senhor de ...
... em torno da insistência do soberano português da época

ascendente de Gonçalo Ramires se alia a hostes leonesas para enfrentar o soberano, ao qual, em primeira instância, ele deveria se submeter.

Mais uma vez recorrendo a José Mattoso no seu *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal, 1096-1325*³², podemos colher alguns dados relativos ao período em que reinou Afonso II, 1211-1223. Estes últimos dão à novela da personagem de Queirós um simbolismo que nos parece muito mais próximo da remota era afonsina do que a grandiloquência das histórias teleologizadas, seja por desígnio divino ou não, sobre os começos do pequeno reino português. Os termos da gramática da nação queirosiana/gonçalina: a atomização do poder, a dispersão das forças dos potentados medievais, são como que fragmentos dispersos que só a muito custo e ao longo de um grande tempo iriam conformar um Estado-nação mais coeso e centralizado. Apropriemo-nos de um dos trechos de Mattoso.

1190 é, além disso, a data inicial do ciclo de maus anos agrícolas que perturbou gravemente o país e provocou revoltas e conflitos sociais em

ela construía em sua novela histórica *A Torre de Dom Ramires*. Tomemos alguns destes

versos do Fado dos Ramires – affiançados pelo pároco genealogista. Um fragmento do real só se torna tangenciável pela sobreposição a ele de versos, melodia, rimas, enfim, pelo ato do produtor da obra que o traveste (as lascas de realidade) em signo.

Outro dos trechos elucidativos do desmonte da história oficial, por uma via indireta, utilizando o mesmo Gonçalo Mendes Ramires, é uma das reflexões realizadas pela personagem-narrador ao término da escrita da sua *A Torre de Dom Ramires*. Antes de destacarmos o trecho, que consta da primeira página do capítulo XI de *A Ilustre Casa de Ramires*, temos que explicar o porquê da utilização da expressão “por uma via indireta”. Nós a utilizamos em virtude de na figuração de Queirós serem utilizados inúmeros recursos para delatar o frágil caráter documental da obra de Gonçalo: a utilização de um poema romântico como uma espécie de guia por parte da personagem-narrador; o recurso aos livros *História Genealógica*, o *Vocabulário de Bluteau*, às obras de Walter Scott, etc.. Ou seja, a novela gonçalina/queirosiana é um trabalho composto no qual, portanto, uma suposta realidade portuguesa é apenas um de seus fios. Tomemos o trecho.

O período de reinado de D. Afonso Henriques foi bastante longo, 1128-1185, perfazendo 57 anos. Com ele se inicia a dinastia de Borgonha sucedida pela de

Afonso Henriques e muitos dos seus sucessores atravessarão seus reinados. A bênção dada pelo primeiro monarca do reino que ele mesmo fundara é a espada – arma capital no jugo tanto de hostes feudais que se lhe contrapunham como nas primeiras investidas contra os mouros, àquela época, século XII, contando cerca de quatro séculos habitando terras da Ibéria. Ao mesmo tempo, a espada é uma bênção porque o instrumento para a realização de um desígnio/destino superior: Portugal.

José Mattoso, autor do qual temos nos valido, na busca por elementos de natureza histórica que se aproximem ou não das transmutações de traços identitários de Portugal, realizados em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*, no seu *A Identidade*

portuguesas comandadas por El-Rei Dom Sebastião são destroçadas pelos exércitos

de El-Rei Dom Sebastião. O seguinte notícia que fala a/de

longo do século XV, seguindo a costa ocidental da África no rumo sul. Destacaremos algumas delas porque as mesmas têm grande importância para a apreensão de muitos

Capítulo II da referida parte: o “Momento Ibérico” na conformação do “Espírito civilizacional Europeu”. A segunda relaciona-se às características socioculturais da Europa na modernidade – Portugal como um de seus reinos exponenciais. Estes fatores

moda católica; em síntese, as forças do período em que os europeus se autoproclamaram como modernos e, logo, como detentores do direito de submeter todos os povos porventura encontrados nos outros continentes ainda estão sendo gestadas. É neste período que os mesmos europeus envolvem-se em lutas sociais que acabarão por conformar uma subjetividade abstrata, descontextualizada³⁶, depois de já passados quase dois séculos de uma dita modernidade, no século XVII. Apreendemos o surgimento do Protestantismo na Europa como uma clivagem cuja emergência se deu, em grande parte, devido ao entrecchoque de forças sociais diversas e ligadas ao período que a história tradicional grava como Modernidade.

É através da glosa de signos ligados a esta cultura europeia pré-moderna que Pessoa figura muitas das composições de *Mensagem* e, principalmente, as de “Mar Português”. É o momento português na conformação sociocultural da Europa Moderna que possibilita recortes “sígnicos”/simbólicos como, por exemplo, os de “Os Colombos”, um dos poemas de “Mar Português”.

Outros haverão de ter
O que houvermos de perder.
Ouros poderão achar

Mas o que a eles não toca
 É a Magia que evoca
 O Longe e faz dele história
 E por isso a sua glória
 É justa auréola dada
 Por uma luz emprestada.
 (PESSOA, 1998, p. 59).

/Outros haverão de ter O que houvermos de Perder/. Destes dois curtos versos já emana a luz do Portugal da pré-modernidade, do século XV. Muitos dos entrepostos estabelecidos pelos portugueses nas costas africana e asiática seriam perdidos: o litoral sul africano, locais da Índia distante, dentre tantos outros.

/Outros poderão achar O que, no nosso encontrar, Foi achado, ou não achado, Segundo o destino dado/. Referência às grandes distâncias alcançadas pelos nautas portugueses – a América do Norte, a China, O Japão – das quais, bem mais tarde, se assenhoreariam outros impérios da Europa.

A segunda estrofe de “Os Colombos” é uma aguilhoada que assinala, precisamente, a precocidade de Portugal no cenário da Europa pré-moderna: ter sido a primeira nação que enviou seus navegadores para o mar-sem-fim e que, portanto, a glória deles, dos outros povos que empreenderam navegações transoceânicas, tornou-se possível pela audácia dos portugueses em abrirem o(s) caminho(s). O título “Os Colombos”, apesar de pluralizado, aguilhoa a empreitada financiada pelos reis católicos, Isabel de Castela e Fernando de Aragão, que levou o genovês, Cristóvão Colombo, a serviço dos mesmos soberanos, a cruzar o Atlântico e alcançar a América. Só depois de decorridos quase oitenta anos desde o início das navegações portuguesas, 1415-1492, que os espanhóis, capitaneados por um estrangeiro, obtêm a sua glória, por isso /[...] justa auréola dada Por uma luz emprestada/. Antes de retomarmos a obra de Eça de Queirós, *A Ilustre Casa de Ramires*, tomaremos outro dos poemas da segunda parte de *Mensagem*, de “Mar Português”, o de número VII: “Ocidente”.

Com duas mãos – o Acto e o Destino –
Desvendámos. No mesmo gesto, ao céu
Uma ergue o facho trémulo e divino
E a outra afasta o véu.

Fosse a hora que haver ou a que havia
A mão que ao Ocidente o véu rasgou,
Foi alma a Ciência e corpo a Ousadia
Da mão que desvendou

Fosse Acaso, ou Vontade ou Temporal
A mão que ergueu o facho que luziu,
Foi Deus a alma e o corpo Portugal
Da mão que o conduziu.
(PESSOA, 1998, p. 60).

Um primeiro paradoxo criado pelo poema, mas que carrega, a nosso ver, uma nuance de sentido ligada ao período de apogeu português da Europa pré-moderna, a do século XV, é o título do mesmo “Ocidente”. A aparente contradição é a direção que as naus portuguesas empreenderam nas viagens transoceânicas do século XV: elas se

emprestada³⁸ também por este último. Ainda podemos associar “Ocidente” a um outro paradoxo: é lançando suas naus para o Oriente, já conhecido dos europeus desde muitos séculos, que os portugueses auferem a glória de afastarem o véu que encobria o desconhecido (Ocidente) do planeta.

Outro jogo semântico-cênico da composição pessoana é o dueto mão (corpo) de Portugal *versus* luz (destino) de Deus. Nós assim o apreendemos em virtude da forma como o sujeito poético consegue refratar os significantes: destino, véu, Deus, mão, alma, ciência, etc., instrumentalizando os mesmos de forma a produzir sua significância: um balé espectral de sentidos. A ciência é transmutada na alma – termos antipódicos que, entretanto, encontram justo desaguadouro, uma vez que o destino condutor do ato que desvenda o véu é o de Deus e, este último, vale-se do braço/corpo de Portugal para realizar sua vontade.

forma, a lente utilizada por Queirós para perspectivar aquilo que denominamos o embrião de Portugal surgido em meio à Ibéria Medieval: a recusa à história oficial, a desconstrução desta última, pela justaposição de termos contraditórios e/ou irônicos sobre o passado cantado por sucessivas gerações como valoroso e impoluto. A inserção da novela histórica, *A Torre de Dom Ramires*, imputada à personagem-narrador, Gonçalo M. Ramires, constitui, no conjunto da narrativa, a encaixante e a encaixada, um dos recursos que melhor provê o processo queirosiano desconstrutor dos mitos em *A Ilustre Casa de Ramires*. Entretanto, como as referências ao movimento que levou Portugal a estabelecer colônias do extremo Oriente ao Ocidente são disseminadas ao longo de quase toda a obra, teremos que recortar algumas delas à cata de elementos que

espraia ironia e desvalorização. Por detrás das falas de Gouveia bem podemos imaginar

... a voz de José de Guimarães. A escola destacou-se em termos de alunos em História

Na seqüência outra personagem intervém na exacerbada discussão até que o Gago, proprietário do estabelecimento, “surdiu em mangas de camisa [...] lembrando a suas Excelências que passava de uma horazinha da noite ...”⁴⁰.

Retomemos a senda pela qual enveredamos. Gonçalo Mendes Ramires, o mais antigo Fidalgo de Portugal, vocifera contra a venda da colônia africana aos ingleses, lembremo-nos que, na narrativa de Queirós, a mesma personagem é como que um ser bifronte: nele se enfeixam o Portugal do passado e o finissecular. Gouveia, por outro lado, é a personagem que representa a administração da terra – afastado ideologicamente, portanto, de quaisquer orgulhos de casta e fidalguias. As falas dos dois, Gonçalo e João Gouveia, arranjadas de forma antipódica, dão-nos a perspectiva de um observador em um nível narrativo superior, de um narrador por detrás de quem se ocultaria o próprio Eça, que borriфа com louvores um legado, a recuperação de certa significância transecular, para, em seguida, dismantelá-la à luz de uma outra conjuntura: o Portugal de fins dos oitocentos.

Ainda com relação aos termos da fala da personagem Gonçalo, é digno de nota o fato do mesmo achar admissível a venda de “terra de Portugueses” a diversos povos, mas, inadmissível o negócio com os ingleses: aguilhoada irônica, no orgulho pátrio português, ferido de morte por ocasião do *ultimatum* britânico à coroa portuguesa em janeiro de 1890. É este um dos recursos queirosianos através do qual se instilam, no trecho de *A Ilustre Casa de Ramires*, recortes de sentidos sobre todo um passado que deixa marcas criptográficas na escritura⁴¹ da nação na obra em estudo. Às mesmas, às marcas de um passado que em *A Ilustre Casa de Ramires* nos alcançam por fragmentos de discursos colocados na boca de personagens, é conjugado um nível de significância

⁴⁰ QUEIRÓS, 1999, P. 106.

⁴¹ Mais uma vez utilizamos os postulados teóricos de Roland Barthes em *Que é a Escrita (Escritura)*. In: *O Grau zero da Escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 09-17.

passível de ser atribuído a um produtor cultural como Eça de Queirós, um exilado⁴² da

o desastre representado por este último – a morte/desaparecimento de El-Rei Dom Sebastião, nos areais do Marrocos, em uma batalha que muda/desvia o destino da nação.

O mesmo Gonçalo, a despeito de toda a grandiloquência em torno dos feitos de seus antepassados, a personagem narra alguns deles na novela histórica que escreve, *A Torre de Dom Ramires*, está falido, tanto econômica, como moralmente: tem dívidas vencidas e é fraco, foge a qualquer perigo que se lhe apresente. As três chances que se

“... e assim, com as suas habilidades e problemas, não obter sucesso no acesso do seu obra-

histórica de Treixedo e embarca, em começos de junho, no paquete Portugal, com o Bento, seu fiel criado, para a África. O seu destino era um prazo arrendado em Macheque, na Zambézia.

No último capítulo de *A Ilustre Casa de Ramires*, é-nos encenado o retorno da personagem, Gonçalo, após quatro anos administrando a propriedade arrendada no continente africano. Nós o registramos como, encenado, o torna-viagem do Fidalgo da Torre, porque não presenciámos seu desembarque em Craquede, local onde ele desceria do trem vindo de Lisboa: Sua chegada à capital do reino, seus sucessos à frente do empreendimento na África, alcançam-nos pela voz de mais um narrador, dentre tantos que se inscrevem uns aos outros na narrativa de Queirós: é a voz da prima de Gonçalo,

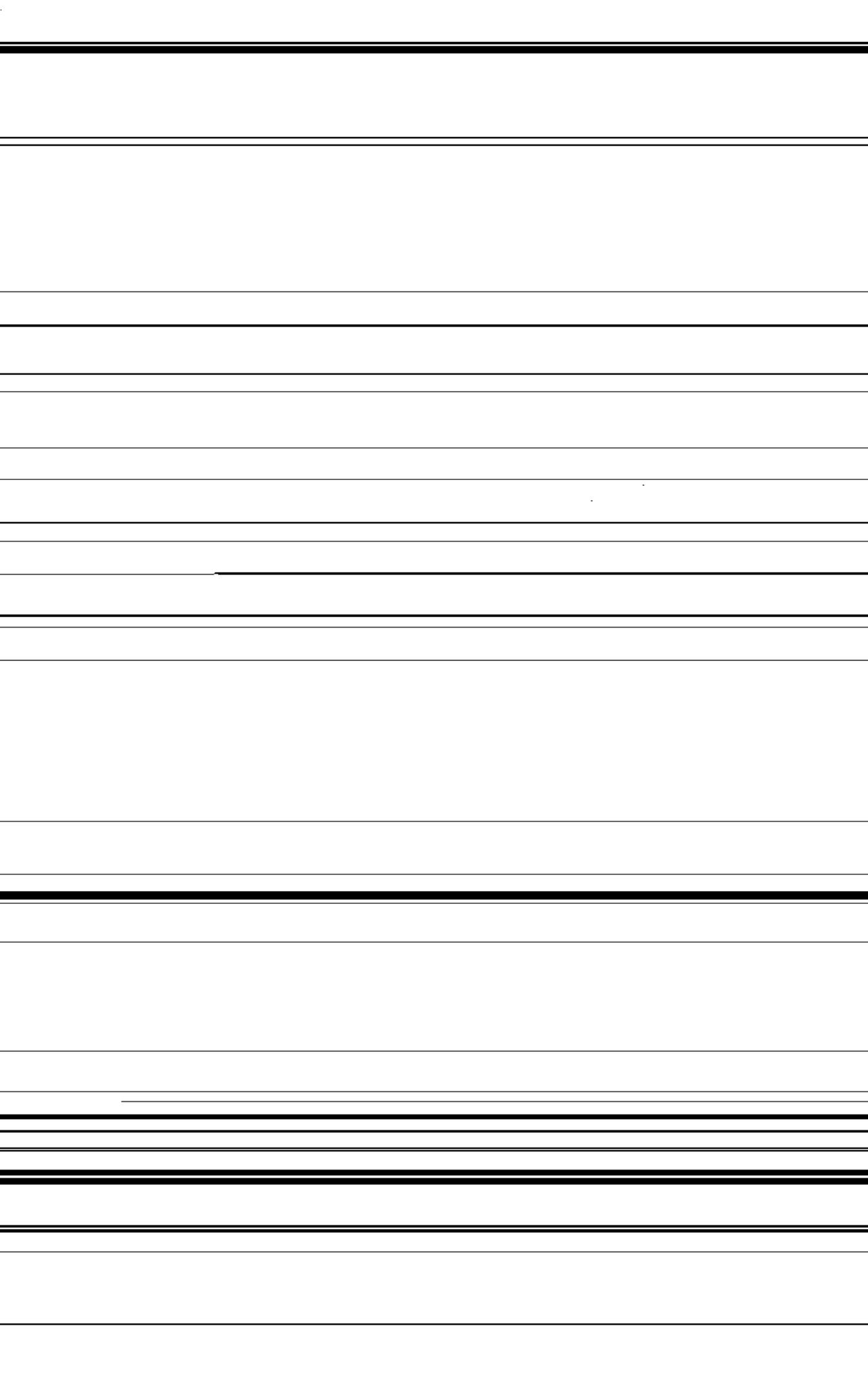
amigo do Fidalgo da Torre, e o administrador Gouveia. Após a leitura da carta da prima Mendonça, na qual esta insinuara a possibilidade do casamento de Gonçalo e a neta de um sítio de Rio Menço, João Gouveia dirigiu-se à irmã da protagonista.

personagem utiliza os nomes anteriormente sublinhados. A empreitada do irmão de Graça Ramires não implicara trabalhos no mar nem tampouco em perda de vida e fazenda – levara apenas a que Gonçalo Mendes Ramires hipotecasse sua quinta histórica de Treixedo. Sutilmente, pela instrumentalização da personagem, é acoplada à questão do prazo de Gonçalo toda a história portuguesa relativa aos empreendimentos marítimo-colonizadores iniciados, grosso modo, em 1415, com a conquista de Ceuta.

À fala de Graça Ramires impreca Gouveia que tudo aquilo, trabalhos no mar, perda, etc., eram balelas. Algumas cruzes de pau, uns safanões nos nativos e estava feita a conquista. A desconstrução irônica do legado mítico-histórico ao qual vimos nos referindo não poupa sequer a Cruz – um dos símbolos que sempre imantou, ideologicamente falando, sucessivas investidas portuguesas sobre milhares de aborígenes de todos os recantos do mundo que os primeiros conseguiram subjugar. Ele, o símbolo dos cristãos, é transmutado em paus plantados na areia.

Retornemos à nau-nação pessoana e tentemos segui-la no labirinto em que a faz se perder o poeta. Toda a terceira parte de *Mensagem*, “O Encoberto”, integrada por

No segundo sermão de "O Encoberto" intitulado pelo poeta "Os Avisos".



tenha reverenciado Camões em *Mensagem* tal como foi feito com Bandarra e Vieira, mesmo que o mar-oceano da obra de Pessoa seja o da [...] busca de quem somos na distância⁴⁵, a nau-nação dramatizada em versos por ele recria o périplo africano, o Adamastor, a chegada às Índias. Além disso, figuram em seus versos os nomes dos monarcas e nautas dos quatrocentos e quinhentos comumente associados ao período de brilho civilizacional português. A nosso ver, o diálogo entre Camões e Pessoa, entre *Os Lusíadas* e *Mensagem*, pode ser melhor perscrutado quando o buscamos sob a ótica da transtextualização.

Capítulo III

Os signos através dos tempos e das culturas

1 – Traços “identitários” da Cultura Portuguesa

versus

Traços “identitários” de Portugal (da nação)

Seguir o filão complexo da proveniência é [...] manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios [...] as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, *os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós*; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – *não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente*. (FOUCAULT, 2004, p. 21). (Grifos nossos).

Neste terceiro capítulo da última parte de nosso estudo objetivamos

se pouco de sua vizinha, no que tange à geografia, a Espanha. O país tem dois conjuntos

princípio da autonomia (identidade nacional) frente ao(s) inimigo(s): a dominação da Espanha sobre o reino português de 1580 a 1640 bem o ilustra.

Retornando à formação, melhor dizendo, aos fatores de natureza geosociohistórica que precederam o evento chamado Portugal, no contexto da Ibéria, o emaranhado de forças sociais a que nos referimos anteriormente mais se complexifica.

Nenhum elemento de identificação mais inseguro de hispanos e de mouros, de cristãos e infiéis, de vencidos e vencedores, de nobres e plebeus na sociedade portuguesa que os nomes de pessoa e de família – tão baralhadas andaram sempre na Península as *etnias*, as *culturas* e as classes sociais, em que o peso atado aos pés de uns pela escravidão ou pelo espólio de guerra os impedisse nunca de flutuar de novo. (FREYRE, 2001, p. 279). (Grifos nossos).

À parte as sombras com que Freyre eclipsa as lutas encetadas por grupos sociais que assumiram o controle do Estado monárquico português, o autor parece envolvê-las em uma ciranda que possibilitaria a todos, indistintamente, a ascensão social, a referência ao baralhamento de etnias e culturas é o aspecto que mais de perto nos interessa. De fato, o Portugal de começos do século XII, época em que Afonso Henriques se torna o primeiro rei da primeira dinastia portuguesa, a de Borgonha, não apresentava clivagem fosse de natureza étnica, de classe social ou lingüística (o uso do português como idioma oficial do reino, substituindo o latim, só se daria em fins do século XIII, reinado de D. Dinis, 1279-1325) que pudesse fazer subsumir sobre si mesma grupos sociais que o estado em gestação desejasse cooptar. O único traço, mais ou menos comum aos núcleos populacionais, estabelecidos do centro para o norte do território hoje conhecido como Portugal, à época, era o de cristãos – católicos – braço armado contra a presença muçulmana na península Ibérica. Entretanto, esta clivagem não notabilizava o reino nascente frente aos seus poderosos vizinhos à leste: os reinos de Leão e Castela. Estes também tinham como traço a sublinhá-los a luta contra os

Assim se explica que o elemento hispânico, indígena, de sangue recentemente avivado na cor pelo do mouro e do berbere, tenha deixado de circular só por baixo da vitoriosa camada hispano-goda, ou de localizar-se numa só região, para espalhar-se vantajosamente por todo o país, subindo por vezes às esferas mais elevadas da sociedade

A favor de nossa assertiva, gostaríamos de agregar algumas das considerações de José Mattoso no seu *A Identidade Nacional*³, autor e obra aos quais já recorreremos no capítulo anterior.

Portugal não teve origem, portanto, numa formação étnica, mas numa realidade político-administrativa. Dito por outras palavras, e em oposição a uma doutrina geralmente aceita durante o período nacionalista, Portugal começou por ser uma formação de tipo estatal, só muito lentamente acabou por se tornar uma Nação [...] O Estado português foi agregando a si uma série de áreas territoriais com poucos vínculos entre si, com acentuadas *diferenças culturais* e *com condições de vida muito distintas*. O que fez a sua unidade foi *a continuidade do poder político que dominou o conjunto de uma maneira firme e fortemente centralizada*. (MATTOSO, 1998, p. 67). (Grifos nossos).

Avançando um pouco mais na senda aberta por Mattoso e tentando, à luz de outros processos sociohistóricos ocorridos na Europa, agregar elementos importantes às

natureza econômica que possam ser apontados como os motopropulsores de todos estes processos de dominação, clivagens de natureza étnica, surgidas por obra de discursos que recortavam uns e não outros como melhores; em outras situações por professarem o

1. ... 2. ... 3. ... 4. ... 5. ... 6. ... 7. ... 8. ... 9. ... 10. ... 11. ... 12. ... 13. ... 14. ... 15. ... 16. ... 17. ... 18. ... 19. ... 20. ... 21. ... 22. ... 23. ... 24. ... 25. ... 26. ... 27. ... 28. ... 29. ... 30. ... 31. ... 32. ... 33. ... 34. ... 35. ... 36. ... 37. ... 38. ... 39. ... 40. ... 41. ... 42. ... 43. ... 44. ... 45. ... 46. ... 47. ... 48. ... 49. ... 50. ... 51. ... 52. ... 53. ... 54. ... 55. ... 56. ... 57. ... 58. ... 59. ... 60. ... 61. ... 62. ... 63. ... 64. ... 65. ... 66. ... 67. ... 68. ... 69. ... 70. ... 71. ... 72. ... 73. ... 74. ... 75. ... 76. ... 77. ... 78. ... 79. ... 80. ... 81. ... 82. ... 83. ... 84. ... 85. ... 86. ... 87. ... 88. ... 89. ... 90. ... 91. ... 92. ... 93. ... 94. ... 95. ... 96. ... 97. ... 98. ... 99. ... 100. ...

da história do reino] começou por ser o mesmo que vassalo do rei de Portugal, e não por se pertencer a um determinado povo”⁵.

As discussões anteriores nos levam à percepção que é bastante difícil a separação do que seria português – enquanto fragmento de uma cultura pré-existente ao reino que, a muito custo, começa a emergir em princípios do século XII – e inúmeros outros traços: discursos, emblemas, lendas, produzidos pelo organismo, estado monárquico, emergente. Em outros termos, de que grande parte do que vimos chamando ~~de elementos da cultura portuguesa~~ são produtos alcançados por elisões,

emergir o referido *Ser*, paradoxalmente parecem vê-lo se dissolver. Dissolver-se em

minúsculas do fragmentos de discursos transculturais e trans-temporais, constantemente

única e imediata do que vemos/sabemos no presente. O fragmento é como algo que lembra, tem ressonâncias, marcas que, provavelmente, conjugadas a processos diversos

central, uma sede, ainda que esta não tivesse o *status* de capital. Ou seja, o nome que designou a forma embrionária daquele que despontaria como o primeiro Estado-nacional do continente europeu, ainda na Idade Média. Nível de organização político-administrativa, o de Estado-nação, só alcançado, em muitos outros casos da Europa, na Modernidade e na Contemporaneidade: Portugal.

A escolha do nome Portugal é-nos estratégica porque ela nos possibilita três flancos de análises. O primeiro é relacionado aos postulados foucaultnianos da arqueologia – a análise das discursividades locais – e o da genealogia – quais as forças presentes onde surgiu o nome, Portugal – que foram silenciadas para que o símbolo da comunidade imaginada⁸ de homens, súditos do *rex portugalensium* (rei dos

⁸ O termo é tomado de empréstimo a ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities. Reflexions on the origin and spread of Nationalism*. London-New York: Verso 2000. Nesta edição da obra de Anderson, chamamos atenção para o Census, Map, Museum, anexos que não constam da edição brasileira do mesmo livro – esta última tem como título *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1989. Nos três itens do capítulo que integra a edição ainda inédita em português, Census, Map, Museum, o autor procede a um meticuloso estudo sobre as formas utilizadas pelos estrategistas dos estados-nacionais, surgidos após os longos processos de domínio colonial sobre os mesmos, exercidos por impérios europeus, para fazer vingar naquelas regiões do mundo os projetos de organizações político-administrativas ao estilo europeu ocidental. Para que os referidos projetos vingassem todo um trabalho de homogeneização de comunidades com uma enorme diversidade étnica, lingüística e religiosa teve que ser realizado. Grande parte da empreitada, o desenhar destes estados-nacionais pós-coloniais, valeu-se do censo, do mapa e do museu. Através do primeiro, as diversidades étnicas, sobre as quais os europeus colonizadores e pós-colonizadores muito pouco conheciam, foram acomodadas em um Censo que procurou alocar todos os humanos em categorias raciais. Por intermédio do segundo, o mapa, as formas de organização espacial de povos que habitavam regiões como a atual Tailândia, Coreia, etc., foram preteridas em favor de um mapeamento dos territórios das colônias, ex-colônias e não-colônias, este último caso foi o da Tailândia, ao estilo ocidental. Por fim, toda uma iconografia, através da difusão de imagens pelo sistema educacional, pela construção de monumentos, dentre outros recursos, despontou dando àqueles povos a “sua” memória iconográfica. O estudo de Anderson, a despeito de ter como objeto de análise povos e regiões do sudeste da Ásia, alude a muitas das estratégias que, colocadas em prática, acabam por gerar signos e símbolos, produtos, em síntese, de um intenso processo de negociação de sentidos a que chamamos hibridização. Guardadas as devidas proporções, muitos processos assemelhados aos analisados pelo mesmo Benedict Anderson podem ter ocorrido em outras partes do mundo que não o sudeste asiático. O caso do reino de Portugal, unidade política recortada em meio a uma diversidade de forças sociais da Ibéria, a nosso ver, pode ser aproximado a algumas das situações descritas pelo autor na obra em referência. Ainda como apoio a nossas idéias, poderíamos referenciar as formulações de BHABHA, H. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. Da obra de Bhabha destacamos “DISSEMINAÇÃO: O Tempo, A Narrativa e as Margens da Nação Moderna”, às páginas 198-238. Neste capítulo, o autor discorre tanto sobre as táticas utilizadas para “disseminar” a idéia de nação, em contextos socioculturais os mais diversos, como também sobre aquilo que vimos denominando “fricção” de culturas: a negociação de sentidos, às vezes contraditórios, na produção das formações híbridas. Este último processo o autor, Bhabha, denomina a “negociação” de sentidos. No estudo em referência, Bhabha apresenta dois conceitos: o de performance e o pedagógico. O primeiro estaria ligado às múltiplas estratégias colocadas em práticas para “performar” a nação. O segundo, aos recursos utilizados para levar a que milhares de seres humanos pudessem apreender o que lhes era alheio como seu, como próprio.

portugueses), pudesse despontar. Este flanco é o que pode nos possibilitar a busca por elementos, tanto materiais quanto discursivos, nós preferimos chamá-los fragmentos, que, em meio a disputas pela prevalência de certos sentidos, acabaram por aportar no nome-símbolo do jovem reino: Portugal.

As outras sendas às quais nos referimos no parágrafo anterior remetem-nos

à obra de *... e a História da Arte e da Arquitetura em Portugal e no Brasil*. Tanto no livro

embate de forças que possibilita a sua emergência e, posteriormente, dos arranjos político-institucionais necessários à sua sobrevivência, seria dada a(s) significância(s) que vimos a atribuir ao nome Portugal. No entrecho da obra de Queirós, a nação, tanto a medieval, recomposta pela personagem-narrador, Gonçalo, como a contemporânea vivida por este último, fins do século XIX, são objeto de incisivas cutiladas queirosianas. O protagonista de *A Ilustre Casa de Ramires*, em suas discussões com Gouveia, o administrador ao qual já nos referimos diversas vezes, em acalorados debates com o cunhado Barrolo, com a irmã, Graça Ramires, etc., tece considerações sobre o passado e o presente português, por detrás das quais podemos entrever um arguto narrador a jogar, criar sentidos, às vezes controversos, sobre o nome Portugal. Eclipsado pelo narrador, podemos imaginar a carantonha do Eça crítico da história oficial, desconstrutor irônico de um passado ramírico/português pela manipulação das criaturas que ele encena/faz encenar.

Antes que busquemos recortes “súgnicos” do nome Portugal em *Mensagem* de Pessoa, tomaremos um trecho de *A Ilustre Casa de Ramires* que delata uma forte interpelação, realizada pela articulação de falas de personagens da obra de Queirós,

Ao espanto de João Gouveia quase se mistura terror. Para a África? ...
O quê? Com um emprego para a África?...
- Não! Plantar cocos [...] cacau [...] café! exclamava Barrolo, com [...] palmadas na coxa.
[...] Titó aprovava a idéia [...] carreira bem mais decente que essa outra por que tens mania, de deputado! Para quê?
Barrolo respondeu com alarde [...] Letras as clitoras

fluxo destes últimos ao local, povoou-se outro ponto da margem do mesmo Douro a que se deu o nome de Porto. Da junção dos dois termos surge o nome que denominaria o futuro reino – Portugal¹⁰. Entretanto, dito assim, de forma tão simplificada, o nome Portugal, topônimo que passou a significar uma área em que, supostamente, os habitantes deviam lealdade ao rei portucalense, não nos encena nenhuma das muitas estratégias que tiveram de ser colocadas em prática para que ele – o reino – vingasse. É nas sucessivas tentativas de extensão dos domínios, ainda que apenas nominais, a territórios ao sul do reino que se vai gestando, paralelamente, tanto os traços notabilizadores de Portugal, quanto o próprio território. As áreas que primeiramente serão acopladas ao Condado Portucalense serão as de Viseu e a diocese de Coimbra. Obviamente que disputas ocorreram em função da expansão na direção sul. Igrejas como a de Coimbra resistem à anexação ao Porto, mesmo que a resistência se expressasse apenas pela escrita – a separação da região em Coimbra e Portucale quando, nos documentos oficiais, as regiões são citadas. Somos levados a imaginar também prováveis conflitos em torno da apropriação dominial das terras que iam sendo tomadas

expressões que o definem como composto por várias unidades pelo menos até 1165. (MATTOSO, 1998, p. 65). (Grifos nossos).

A despeito das resistências havidas, a idéia de um reino de nome Portugal se vai firmando até que:

[...] entre 1128 e 1165, se foi esquecendo a diferença entre os antigos Condados de Portucale e Coimbra. [...] A partir desse período, todos os súditos do rei de Portugal se chamam portucalenses ou portugueses, mesmo os que nunca tinham visto o Porto. Esquece-se também que até aí Portucale era apenas o território entre o Douro e o Minho. (MATTOSO, 1998, p. 66).

Após estas breves incursões pela obra de José Mattoso, cujo principal objetivo é vislumbrarmos, de forma tênue, as forças silenciadas e as vitoriosas no longo processo de surgimento de um nome, Portugal, enquanto capaz de enfeixar em si mesmo uma identidade nacional (estatal)¹¹, podemos reaver a *Mensagem* de Pessoa.

Da mesma forma que na obra de Eça de Queirós, em *A Ilustre Casa de Ramires*, na nau-nação de Pessoa é o nome Portugal que se sobrepõe. O poeta chegou a batizar seu livro, ao qual temos denominado nau-nação poema, de Portugal, mas, à última hora, o trocou para *Mensagem*. Nosso intuito é contrastarmos alguns dos sentidos emanados de *Mensagem*, em torno do nome Portugal, àqueles que se nos encenam na narrativa de Queirós, em *A Ilustre Casa de Ramires*.

¹¹ Mattoso, na obra em referência, *A Identidade Nacional*, aponta para o fator que, talvez, seja o único realmente "original" no caso da formação da identidade cultural portuguesa: o da criação, em paralelo, de uma cultura nacional/estatal. Em outros termos, para a ausência, anteriormente ao surgimento do Condado Portucalense e de sua expansão para o sul, de clivagens fossem étnicas, religiosas, etc., com expressão a âmbito nacional, que pudessem fazer subsumir sob si mesmas os diversos grupos humanos disseminados pelo território do futuro Portugal. É dele o trecho que a seguir transcrevemos. "O que vimos [...] acerca da maneira como se estendeu a todo o território atualmente português o *nome* que inicialmente designava a *civitas* do Porto não favorece estas teorias [as que defendem origens étnico-culturais que expliquem a emergência de Portugal]. O processo que está na base [do surgimento de Portugal] só se pode explicar em virtude do seu caráter administrativo, político e *estatal*. Não tem uma base étnica nem cultural. Tal como o próprio fenômeno da nacionalidade. De fato, não existe, nenhuma realidade étnica ou do âmbito da cultura popular com uma expressão propriamente nacional (isto é, que se verifique em todo o território português) senão a identidade da língua. Todos os outros são de âmbito regional." Cf. MATTOSO, J. *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 73. (Grifos nossos).

Uma primeira questão que se nos impõe é a relacionada à ausência, na obra de Pessoa em estudo, de referências ao Portugal contemporâneo¹² do poeta. Como discutido em outros trechos de nosso trabalho, a nau-nação pessoana é desviada de seu curso – de glórias – por ocasião do desastre de Alcácer Quibir. Fernando Pessoa, nascido a 13.06.1888, tendo vivido cerca de dez anos na África do Sul¹³, em Durban, retorna a Portugal em 1905. O poeta foi contemporâneo, portanto, dos estertores finais da monarquia portuguesa e dos começos da República em seu país. Tendo sido educado, dos sete aos dezessete anos, em um ambiente lingüístico-cultural bastante diverso do português, o anglo-protestante, ao retornar a Portugal, Pessoa recupera fragmentos

¹² Apesar do Portugal contemporâneo de Pessoa estar “ausente” de *Mensagem*, o poeta tem toda uma obra em prosa que trata do “ente” Portugal, apropriando-nos de uma das expressões utilizadas pelo mesmo. Dois dos trabalhos de Fernando Pessoa em que se discutem as especificidades socioculturais da nação portuguesa são: PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal*. Lisboa: Ática, 1978 e PESSOA, Fernando. *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*. Lisboa: Europa-América, s.d. Os vetores culturais – civilizacionais – portugueses são declinados por Pessoa, principalmente em *Sobre Portugal*, e muitas das características da nação portuguesa das primeiras décadas do século XX referenciadas: o fracasso do modelo constitucional à moda liberal adotado por Portugal no século XIX; o legado representado pelo sebastianismo, Quinto Império, dentre outras fabulações míticas comuns no meio cultural português. Nas mesmas obras é ainda bastante evidente como Pessoa ressalta o momento cultural ibérico, do qual Portugal, juntamente com a Espanha, foi um dos grandes expoentes, no cenário europeu de começos da Modernidade. Além destas obras, existem interpretações sociológicas pessoanas de Portugal em ensaios bastante originais como: PESSOA, F.: A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada. In: *Obra em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. 361-378, ensaios sobre o Futurismo, dentre inúmeros outros. Alguns estudiosos como, por exemplo, Joel Serrão afirmam: “[...] que se houve problema que, no caminho dos dias e dos anos, efetivamente preocupou Fernando Pessoa, ele poderá ser designado sinteticamente pela *tentação e tentativa de compreender Portugal*. [...] só mediante os enfiados caminhos da criação poética é que ele se aproximou dessa sua intenção e preocupação fundamentais. *Mensagem*, seu primeiro e único livro de poesia em português – insista-se –, esteve para chamar-se *Portugal*. SERRÃO, Joel. Introdução – A Busca Pessoaana do Sentido de Portugal. In: PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal*. Lisboa: Ática, 1978. p. 21.

¹³ Fernando António Nogueira Pessoa era filho de Joaquim de Seabra Pessoa e Maria Magdalena Nogueira Pessoa. O pai, apesar da condição de modesto funcionário público, era bastante culto. Incrementava a renda familiar com artigos sobre óperas exibidas no Teatro de São Carlos, casa de espetáculos à qual ele tinha livre acesso em virtude do trabalho que realizava para um jornal. A mãe de Fernando Pessoa, a Sra. Maria Magdalena Nogueira Pessoa, escrevera versos na juventude e falava diversos idiomas. Havia tido um tio ministro do reino e, apesar do empobrecimento de sua família, poderíamos dizer que tinha raízes aristocráticas. O pai de Pessoa, Joaquim de Seabra Pessoa, morre de tuberculose no primeiro semestre de 1893, semanas antes de o menino Fernando Pessoa completar cinco anos de idade. Ficam órfãos de pai Fernando e seu irmão mais novo, Jorge. Este último, que já nascera com uma saúde bastante frágil, não sobreviverá muito tempo. Desde o falecimento do marido, a Sra. Maria M. Nogueira Pessoa aproximara-se de um amigo da família, o Sr. João Manuel Rosa, cônsul interino na cidade de Durban, na costa oriental da atual África do Sul. Em começos de 1895, realiza-se em Lisboa, por procuração, o cônsul Manuel Rosa fora representado pelo irmão, o capitão João Manuel Rosa.

socioculturais que remontavam à sua infância: ao deixar Lisboa aos sete anos de idade, em companhia da mãe que havia contraído segundas núpcias com o cônsul interino em Durban, o menino Pessoa estava alfabetizado e, precocemente, escrevera seus primeiros versos.

Após o seu estabelecimento em Portugal, Pessoa chega a iniciar o curso de Letras, mas o abandona. Detém-se, em seus estudos, sobre um especial objeto: Portugal.

Portugal, especialmente na obra do criador dos heterônimos, no que Menção

seus hipotéticos súditos, vão forjando para que emergisse o seu projeto: a elevação do nome Portugal sobre um conjunto sociocultural disperso. Internamente às subdivisões de “Brasão”, os poemas que as constituem têm como cabeça nomes-símbolos ligados à história do condado até o fim da primeira dinastia, a de Borgonha, ou da dinastia de Avis. São, todos os poemas, fragmentos organizados de forma a apontar para o sentido maior eleito pelo poeta: Portugal. Todo um conjunto de forças sociais – as sujeitadas no processo de emergência e expansão do reino – seja para o sul de seu território continental ou pelos além-mares, é eclipsado. Os significantes reescritos pelo poeta no corpo de sua *Mensagem*, principalmente os que têm como referentes elementos materiais, Castelos, Quinas, Coroa, Timbre, dentre outros, encontram na conjuntura sociohistórica do reino dos séculos XII, XIII e XIV, ainda que por um caminho transversal a alguns dos sentidos instilados pelo poeta em suas composições, certa equivalência. Com esta afirmação queremos apontar, mais uma vez, para a aura mágico-histórica criada por Pessoa em algumas das composições de *Mensagem* e que constitui uma contra-realidade poética aos prováveis substratos, os referentes, que ela, a transmutação poética, recria. Por outro lado, o processo a que denominamos a criação de uma contra-realidade mágico-histórica na poética pessoana de “Brasão” e de outras partes da obra de Pessoa, se não pode ser articulado às muitas forças sociais que se digladiavam no embate para o surgimento do nome Portugal, encontra nas estratégias do *staff* monárquico-senhorial do período os seus correspondentes.

Os nomes de *Mensagem*, os próprios, de O Conde Dom Henrique, de D. João o Primeiro, de D. Duarte, dos Infantes Fernando e João, de Nun’Álvares, de Afonso de Albuquerque, dentre outros, integram o que, no parágrafo anterior, denominamos o *staff* monárquico-senhorial para os quais o poeta ergue os seus Os Castelos, As Quinas, A Coroa, O Timbre. Nestes últimos, ele, o poeta, os aloca para

alcançar a textura almejada, a do nome Portugal. E, ao enumerarmos significantes

que, para as definições de "Droga" é inapropriado uma referência à classe de

Identidade Nacional, para agregarmos subsídios aos nossos raciocínios. Nos trechos que destacamos, Mattoso discorre sobre a produção, através do surgimento de símbolos correlatos às lutas sociais na região norte de Portugal, do que seria, bem mais tarde, reconhecido como traços identitários da cultura/nação portuguesa. Escutemos Mattoso.

Embora as práticas político-administrativas sejam complexas, o seu suporte é claramente apreensível, dado o seu caráter simples, visível e público: materializa-se num chefe de Estado – o rei, durante quase toda a história portuguesa –, um emblema – *o escudo das armas nacionais* – e uma moeda – que ostenta justamente a efigie do rei e as armas nacionais. (MATTOSO, 1998, p. 11). (Grifos nossos).

Em outro capítulo da mesma obra, Atribuição de Significado¹⁴, Mattoso apresenta formulação que corrobora, ainda mais, nossa assertiva do duplo movimento pessoano em *Mensagem*, especialmente em “Brasão”: o eclipsar da miríade de eventos sociais correlacionados à emergência do reino em prol de uma fictícia unidade dinástico-institucional.

A restante população do País [que não os estratos da nobreza ligada ao governo do condado] foi provavelmente mais influenciada no processo de conscientização nacional pelo uso constante de *emblemas e sinais concretos, como o escudo de armas do rei, a bandeira nacional e a moeda*. Tornaram-se, de fato, sinais *identificadores*. A sua categoria *simbólica* dotava-os de um poder emocional que contribuiu para fazer *esquecer o seu sentido primitivo de emblemas de dominação*. E assim, mesmo quando as mudanças de regime faziam alterar a sua forma, com aconteceu freqüentemente com a bandeira nacional, o escudo de armas do rei permaneceu sempre como *elemento permanente*, mesmo quando deixou de haver rei. Ainda hoje figura na bandeira de Portugal. (MATTOSO, 1998, p. 28). (Grifos nossos).

3 – Dom Sebastião

O próximo símbolo sobre o qual nos deteremos, constituído por um nome próprio; é aquele que o poeta de *Mensagem* torna um dos pontos mais altos de toda a sua composição: o soberano português morto em Alcácer Quibir, Dom Sebastião. A

¹⁴ MATTOSO, J. Atribuição de significado. In: *A Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 23-29.

despeito da obra de Eça de Queirós em estudo, *A Ilustre Casa de Ramires*, não dedicar ao último rei da dinastia de Avis as galas com que Pessoa o transmuta em sua obra, poderemos rastrear sua presença, do mesmo Dom Sebastião, sutil e ironicamente disseminada na narrativa de Queirós.

Dom Sebastião é um símbolo que atravessa a *Mensagem* de sua primeira à terceira parte. Em “Brasão”, ele é a quinta das Quinas, subintitulado Rei de Portugal. Na segunda parte, “Mar Português”, ressurge o mesmo soberano e o poeta o embarca na sua “A Última Nau”. E, aqui, é irresistível que antecipemos um dos sentidos eleitos pelo poeta para reaver o soberano morto/desaparecido nos areais do norte da África: ao invés de retomá-lo no campo de combate, onde Sebastião havia caído, o sujeito poético prefere encená-lo em sua partida, na última nau, para um destino in(descoberto). O poeta entrança os fios de sua composição às lendas que, durante muito tempo após a morte de El-Rei, afirmavam que Sebastião havia sobrevivido à batalha e se ocultado em uma ilha desconhecida – retomaremos este tema adiante.

Na terceira parte de *Mensagem*, “O Encoberto”, iniciada com um poema que tem como título o nome do mesmo monarca português, Dom Sebastião, o sujeito poético, pela reapropriação de fragmentos de sentido – signos – persistentes no ambiente sociocultural português: o messianismo à portuguesa criado em torno do último soberano de Avis; a, sempre retomada, idéia de um Quinto Império, cuja nau capitânia seria comandada por Dom Sebastião; sobrecortes realizados sobre as figuras de Bandarra e Vieira; conduz a sua nau-nação poema a um labirinto que não tem tempo nem espaço precisos. Talvez pudéssemos dizer que o tempo/espço da última parte da *Mensagem*, de “O Encoberto”, é aquele que só pode ser perscrutado se rastreamos o caminho que liga os significantes eleitos pelo poeta e a face de signo cultural destes últimos. Ou seja, eclipsarmos, um pouco a exemplo do próprio Pessoa, as mediações

entre os mesmos significantes e as coisas e/ou nomes de uma dada realidade empírica, em favor de sentidos que deslocam, transmutam, refratam os referidos nomes/coisas na produção de outra(s) significância(s).

A narrativa de Queirós, articulando em seu entrecho o Portugal de duas eras – o medieval e o de fins dos oitocentos – teria, pela menos em termos cronológicos, o reinado de Dom Sebastião como situado ao final do segundo terço de todo o período em que vigiu a monarquia portuguesa. Entretanto, as reapropriações de Dom Sebastião em *A Ilustre Casa de Ramires*; muito distantes das realizadas na *Mensagem*, produzem sentidos tanto sutis quanto complexos. Um deles está ligado à presença da África na narrativa de Queirós, em outra oportunidade já mencionamos o quanto este continente é imiscuído em uma narrativa que sequer se desloca para o *locus*, o africano, reiteradamente citado na mesma. A África é a terra em que o /Sonho das eras português/¹⁵ tem seu fim. É neste continente que os católicos, capitaneados por Sebastião de Portugal, em um enfrentamento com os filhos do Islã, serão fragorosamente derrotados. Ainda é no mesmo continente, pela tentativa de domínio sobre territórios entre Angola e Moçambique, que Portugal sofre outra grande derrota: a exigência da Inglaterra de que os portugueses deixassem a região através do *ultimatum* de 1890. Por fim, é ainda para a África, na condição de arrendatário de um prazo, que parte a personagem-narrador de *A Ilustre Casa de Ramires*, Gonçalo M. Ramires. Mesmo o retorno, não assistido por nós, no capítulo final da narrativa de Queirós, do Fidalgo da Torre à sua transecular Santa Ireneia, produz sentidos que dialogam, ainda que em termos muito distintos daqueles de *Mensagem* de Pessoa, com o sebastianismo.

Antes de passarmos às análises dos poemas de *Mensagem* e de trechos de *A Ilustre Casa de Ramires* que têm como tema El-Rei Dom Sebastião, faz-se necessária a

¹⁵ PESSOA, 1998, p. 85.

apresentação de dados sobre o mesmo assunto e sobre forças sociobiológicas que a

No pequeno recorte de dados da obra de Valensi, a figura do soberano português, Dom Sebastião, já surge marcada pela má sorte – todos os seus ascendentes paternos diretos bem como o próprio pai de Sebastião faleceram muito jovens. O príncipe sequer conheceu o pai. A mãe, por sua vez, deixa Sebastião aos cuidados de tutores e regressa para Espanha com o filho ainda bebê. Aos 14 anos, Dom Sebastião é entronizado.

Segundo a mesma autora, Lucette Valensi, fosse pelo fato de ter sido abandonado precocemente pela mãe ou por ter sido criado por religiosos, o jovem rei desenvolvera um “horror às mulheres [e] recusava o casamento”¹⁹. O soberano português “Gostava de Deus e das armas, o que, na península Ibérica do pós-Reconquista, conduz à cruzada”²⁰. Serão estas peculiaridades do comportamento de Dom Sebastião que acabarão por conduzir ao tríplice desastre de Alcácer Quibir: à

por nós, convosco entre a saúde, entre a prosperidade e tudo o que se pode chamar bem. Em 27 de Janeiro de 1573, [...] Queira Nosso Senhor que assim como Vossa Alteza foi dado por lágrimas e orações de seus vassallos para consolação deste Reino, seja servido de lhe acrescentar a vida por mui largos anos, com muitas vitórias contra seus inimigos [...] Em Tavira, no dia 31 seguinte, o prior e encarregado da oração da entrada diz que *D. Sebastião foi escolhido por Deus para rei "antes que nascesse"*. E se algum Rei se pode chamar Rei por graça de Deus, Vossa Alteza o é, porque os mais reis são gerados, e nascidos do ventre de mães, e Vossa Alteza, além disso foi gerado, e nascido do ventre dos merecimentos, lágrimas [...] sacrifícios que seus povos ofereceram *a Deus, na hora do seu nascimento*. [MATTOSO (Org.), 1997, p. 455-456]. (Grifos nossos).

Os reconhecimentos, por parte de alguns súditos de Dom Sebastião, da condição de enviado de Deus, para o fortalecimento de Portugal, do último monarca de Avis, acabarão por exacerbar no jovem rei suas tendências a empreitadas arriscadas: guerras perigosas para a recuperação de territórios perdidos pelos portugueses no noroeste da África, como se estivesse, o mesmo D. Sebastião, imune aos perigos com os quais teria de se defrontar. É da obra organizada por Mattoso que retiramos o trecho que se segue:

Quantas vezes o moço ativo e sobranceiro não terá ouvido esta referência ao seu *milagroso nascimento, por vontade de Deus, a rogos e lágrimas dos súditos*, tendo, para mais, vindo à luz no dia do glorioso mártir S. Sebastião? *Não seria este ambiente bastante para se sentir desde sempre imune aos acidentes da vida, ao perigo, a julgar-se, com sinceridade, fora das vicissitudes da Terra*, não lhe sendo atrativa a não-glória de uma soberania pacata, lidando com papéis por que bem fosse regido e governado o povo? [MATTOSO (Org.), 1997, p. 456]. (Grifos nossos).

Será necessário que agreguemos mais informações sobre a batalha de 04.08.1578, em Ksar el-Seghir (Alcácer Quibir), bem como alguns de seus antecedentes, para que possamos problematizar sentidos – signos – posteriormente surgidos em torno da mesma e da figura do soberano português, um dos três reis, que tomba nos areais do atual Marrocos.

Os portugueses mantinham pontos no oeste do Marrocos desde os tempos

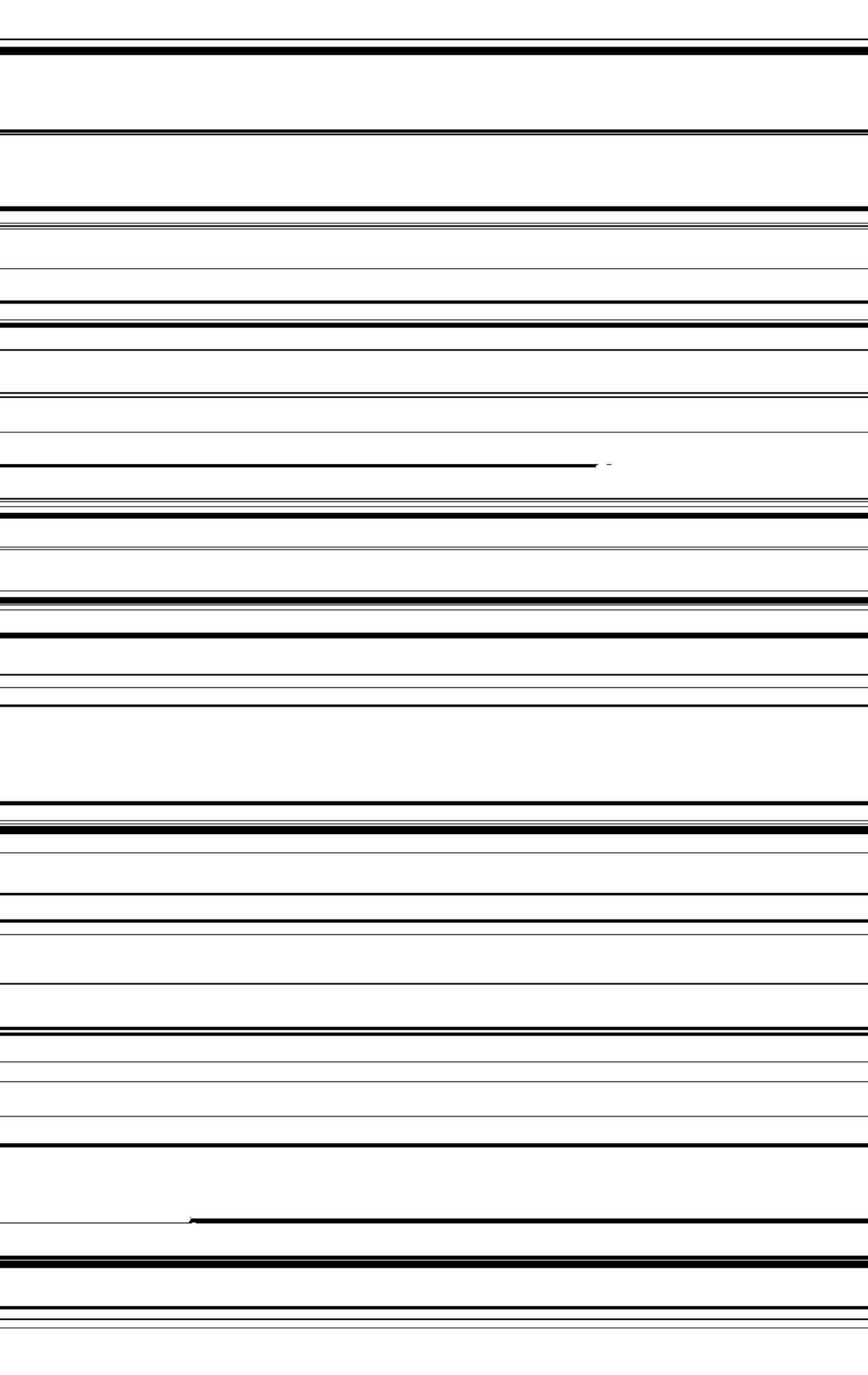
soldados da cruz haviam tido alguns reveses na mesma área: perdem Agadir (Santa Cruz), em 1541; evacuam Safi e Azzemur também em 1541, bem como Ksar el Seghir e Arzila em 1550. Dom Sebastião, ao organizar a expedição que resultou na própria morte, tentativa que levou um contingente de 17000 homens ao noroeste da África, havia se inserido em um complicado jogo de forças, presentes não só no Marrocos, mas no mundo islâmico que compreendia a Turquia, passando por Tunis e Argel, até alcançar o extremo ocidente da África, em regiões hoje pertencentes ao Marrocos. A oportunidade de obter o domínio da região surge em virtude da cisão ocorrida à época da sucessão do Rei Ab-dallah al Ghalib, em 1574. Este último deveria ser sucedido por seu irmão mais velho, Abd al-Malik, como prescreviam as regras de sucessão no poder entre os sultões. Entretanto, é quebrada a tradição e Ab-dallah al Ghalib é sucedido pelo filho, Muhammad al Muttawakkil. O tio do entronizado, Abd al-Malik, o legítimo herdeiro do trono de acordo com as regras do sultanato, alia-se aos turcos, estes detinham possessões em Tunis e Argel, e bane o sobrinho usurpador, Muttawakkil. A extensão dos domínios turcos muçulmanos no norte da África era algo perigoso tanto para os ibéricos, portugueses e espanhóis, quanto para o sultão marroquino que obtivera o poder expulsando o sobrinho, o mesmo Abd al-Malik. Este último mantinha com *Felipe II de Espanha um pacto de não agressão.*

antes Sá de Miranda apontava a Índia e o comércio da especiaria como um fator de decadência nacional. (SARAIVA, 2003, p. 166). (Grifo do autor).

É em um contexto de crise socioeconômica, em virtude dos grandes dispêndios para a manutenção, pela força das armas, de seus entrepostos comerciais na Ásia, que o pequeno Reino de Portugal se vê envolvido à época de Dom Sebastião. Na verdade, à efêmera grandeza manuelina, reinado de D. Manuel I – 1495-1521, sucedem grandes dificuldades, principalmente no que dizia respeito às possessões portuguesas a noroeste do continente africano. É do mesmo Saraiva que tomamos o trecho que se segue:

As dificuldades continuam nos anos seguintes. A pressão moura sobre as fortalezas portuguesas aumentava e o emprego da artilharia tomava inútil a bravura dos defensores. Em 1541 soçobrou a mais meridional das nossas posições [localizada no atual Marrocos]: Santa Cruz do Cabo de Gué [...]. Poucos defensores conseguiram sobreviver e toda a população da vila foi chacinada. Os Mouros celebraram o feito como “a maior vitória de quantas eles nunca alcançaram contra portugueses. Foi o início da derrocada do Império africano, que nunca chegara a existir. (SARAIVA, 2003, p. 165).

A situação no norte da África, de constantes disputas de poder por parte de turcos, ibéricos e saarianos do norte, acaba por possibilitar o desastre, para os católicos, de Alcácer Quibir. Muhammad al-Muttawakkil, após ter sofrido a derrota frente ao tio, Abd al-Malik busca apoio de Feline II para reconquistar o poder no Marrocos. O



ajuda às forças de El-Rei Dom Sebastião. Tomemos de Valensi segmentos que comprovam a sagacidade com que al-Malik conduz as operações de guerra.

Há inicialmente, antes do encontro dos dois exércitos, aquilo a que eu chamaria de dois desafios de Abd al-Malik. Escreve ele ao “sultão do campo cristão”: “Manifestaste tua energia, deixando teu reino e transpondo os mares para atacar os territórios muçulmanos. Se te manténs firme no litoral até que nos levantemos contra ti, és um verdadeiro e valoroso cristão. Mas se abates alguns de meus súditos e voltas ao teu país antes que *um emir teu semelhante venha combater-te, não és mais que um judeu filho de judeu*”. (VALENSI, 1994, p. 73-74). (Grifo nosso).

A despeito da discordância de Muhammad, o sobrinho de al-Malik aliado dos portugueses, e de seus conselheiros, “o príncipe dos cristãos se obstina”²⁵. A um segundo desafio do mesmo al-Malik, “fiz dezesseis etapas para me aproximar de ti, enquanto tu não fizeste uma sequer”²⁶, o líder dos muçulmanos já havia “conseguido aliar as tribos berberes e árabes, assim como os habitantes das grandes cidades”²⁷, Dom Sebastião e seus comandados se instalam no vale onde se desenrolaria a batalha. Os exércitos muçulmanos, simulando um recuo, levam a que o líder dos cristãos e seus cruzados transponham uma ponte. Em seguida, uma tropa de soldados de al-Malik destrói a ponte, deixando entre os cruzados cristãos e sua possível rota de evasão, o rio. O desfecho da contenda preferimos tomá-lo da mesma autora e de sua obra da qual nos valemos.

O enfrentamento ocorreu na segunda-feira, 4 de agosto, por volta das onze horas da manhã, nas vizinhanças do rio wad al-Makhazin. Uma primeira ofensiva marroquina foi seguida, após um momento de perturbação, de uma vitoriosa ofensiva dos portugueses. Recuperando-se, o exército marroquino reagiu e despedaçou o inimigo. No fim do dia, a morte levava Abd al-Malik, mas se mantivera secreta essa morte, para evitar a debandada das tropas. Dom Sebastião desaparecera na refrega. O corpo de Muhammad al-Muttawakkil, encontrado afogado no rio, foi esfolado, empalhado e exibido nas ruas de Marrakech e outras cidades do reino. (VALENSI, 1994, p. 74)

A partir dos poucos recortes que fizemos da obra de Lucette Valensi, evidencia-se a inépcia com que o príncipe dos cristãos, El-Rei Dom Sebastião²⁸, liderou as operações militares no noroeste africano.

Última cruzada da Cristandade mediterrânea, segundo Fernand Braudel, a expedição da África foi um desastre para Portugal. [Este] *Perdeu seu rei, sua nobreza e seu exército. Perdeu também sua posição mundial, pois o país teve que renunciar à expansão de além-mar, que fizera sua grandeza. Logo perdeu a independência: após o reinado do velho cardeal Henrique, António, prior do Crato e primo de Sebastião, não conseguiu tomar o poder, Felipe II uniu a coroa de Portugal à da Espanha em 1580 [...].* (VALENSI, 1994, p. 14). (Grifos nossos).

A despeito destes desastres que marcaram o reinado do último monarca português de Avis, nós nos apropriamos deles para fazê-lo, Dom Sebastião, descer do firmamento para o solo, o que brotará, entretecido por reconfigurações dos eventos em torno da morte/desaparecimento do soberano, serão os sentidos possibilitadores de fulgurações como “O Encoberto”, “O Quinto Império”²⁹, etc.. Em outro flanco, no

²⁸ Sobre alguns dos traços da personalidade do último monarca de Avis, Dom Sebastião, grava Joel Serrão: “Pouco inteligente e pouco culto, rei absoluto aos 14 anos, de temperamento irrequieto e impulsivo, ainda que por vezes caindo em crises de verdadeira abulia, extraordinariamente vaidoso, nunca admitiu a mais pequena observação ou ouviu qualquer conselho. Os negócios do Estado foram sempre um peso para ele, tendo por isso, alijado todos os cuidados da governação em Martim Gonçalves da Câmara, antigo reitor da Universidade de Coimbra, irmão do seu velho mestre e confessor, a quem entregou a presidência da Mesa da Consciência e Ordens, o Desembargo do Paço e os tribunais, e em Martinho Pereira, a cujo cuidado passou tudo o que dizia respeito ao foro civil e criminal. Pôde, assim, viver entregue ao sonho anacrônico de cruzado: “Sujeitar a si toda a Berberia, arrasar os muros de Constantinopla, fazer-se senhor do califado do Egito, trazer à sua soberania e veneranda Palestina”. Cf. SERRÃO, Joel. *Dicionário da História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, s.d. p. 818-819. (Grifos nossos).

²⁹ Segundo Joel Serrão, a persistência, na sociedade portuguesa, do apego às fulgurações míticas, dentre as quais o sebastianismo é exponencial, estaria ligada à ausência de uma cidadania efetiva que abarcasse o povo português. De certa forma, a hipótese de Serrão pode ser associada a assertivas de Boaventura Santos no seu *Pela Mão de Alice*, obra já por diversas vezes referenciada. Citemos primeiramente o

proximos à batalha até meados do século XVII – após a Restauração – e quando o soberano, caso estivesse vivo, já teria mais de cem anos. As reapropriações literárias de Sebastião, de seu reinado e de sua empreitada em África serão, depois de termos superado os elementos mágico-mítico-históricos anteriores, objeto especial de nossas discussões.

Como já discutido anteriormente, o monarca português que fecha a segunda dinastia portuguesa é elevado, em *Mensagem*, à gloria celestial. A terceira parte da obra termina com a peça “O Encoberto”, que é toda dedicada a Dom Sebastião, tem como epígrafe a

cultural português”, atribuído a El-Rei Dom Sebastião pelos signos reavidos pelo poeta?

Somos tentados a eleger a segunda hipótese para o /Com o que nela ia/ como a mais acertada, em virtude do fato de serem os signos culturais, sua multivariada e persistência através do tempo, a matéria/energia através da qual o poeta faz surgir suas

Formas e cores, e os signos, naturalmente, sempre do mesmo o

tipo de armadura usada pelos soldados, era conduzi-los ao matadouro³⁹. O sujeito poético de “A Última Nau” prefere recuperar o soberano português não em sua chegada ao palco da futura batalha, *locus* onde o obstinado rei fará manobras desastrosas. O eu poético prefere embarcá-lo em uma “última nau” (que parte de Lisboa em 24.06.1578? Ou naquela em que Sebastião, após escapar da carnificina dos campos de Alcácer Quibir, teria zarpado rumo a uma ilha indescoberta?). O mesmo sujeito poético contorna o desastre ocorrido, nos areais do Marrocos, de forma diferente da efetivada em “Dom Sebastião”, Rei de Portugal, poema analisado no segmento anterior, e bastante distinta da profecia contida no poema intitulado, “Dom Sebastião”, que abre a terceira parte de *Mensagem*.

Sperai! Cai no areal e na hora adversa
 Que Deus concede aos seus
 Para o intervalo em que esteja a alma imersa
 Em sonhos que são Deus.

Que importa o areal e a morte e a desventura
 Se com Deus me guardei?
 É O que eu me sonhei que eterno dura,
 É esse que regressarei.
 (PESSOA, 1998, p. 75).

O pórtico de entrada em “O Encoberto”, lembremo-nos, é *Pax In Excelsis* (Paz nas alturas – céus). No poema anterior, o soberano cai no areal por uma adversidade que não é temporal: é Deus quem o submete a tal provação. Entretanto, a despeito de infligir a Dom Sebastião os martírios da batalha, Deus o guarda porque o sonhado pelo intrépido rei dura eternamente. Quem possibilita a durabilidade do sonho/loucura do monarca português é o eu poético que efetiva o recorte “signífico” do “Ser cultural português” que ele, o sujeito lírico, obra por fazer encarnar em Dom Sebastião.

³⁹ VALENSI, 1994, p. 13.

Da mesma forma que o trecho de Lucette Valensi, de sua *Fábulas da Memória*⁴⁰, possibilita-nos referências ao poema “A Última Nau”, as considerações da

O 1141... referida no parágrafo anterior não chega a ocupar três páginas do

*sete**. Nas vésperas da jornada de África... Enfim *serviu para emburhar o frasco**.

O Bento, que escolhera no gavetão um colete branco, relanceou de lado o pergaminho venerável:

– Naturalmente foi carta que El-Rei D. Sebastião escreveu a algum avozinho do Sr. Doutor...

– Naturalmente – murmurava o Fidalgo, diante do espelho. E para lhe dar alguma coisa boa, alguma *coisa gorda**... Antigamente ter rei era ter renda. Agora... Não apertes tanto essa fivela, homem! Trago há

século XVI. O mesmo período é aquele em que parece sucumbir o *Ser* cultural português frente ao novo “espírito civilizacional europeu” que se vai gestando: o que

começa a demonstrar com a Reforma Protestante e depois com o Cristianismo

4 – Quinto Império e as riquezas do ultramar

O próximo recorte de sentido que problematizaremos será o Quinto Império. Este último constitui uma fulguração cultural com certa reincidência na literatura portuguesa. Nós o encontramos em *Mensagem*, na sua terceira parte, “O Encoberto”. O Quinto Império é um dos outros símbolos da *Mensagem* pessoana – Dom Sebastião ocupa o primeiro lugar entre os signos elevados pelo poeta. O mesmo constructo cultural é entretido pelos recortes da retórica barroca de Vieira na *História do Futuro*⁴⁶. Enveredaremos um pouco na sinuosa trilha aberta por Vieira em busca por evidências que dessem coesão ao seu profetizado Quinto Império. Ao construir sua *História do Futuro*, é no passado – da interpretação deste –, que o jesuíta faz surgirem os indícios que sinalariam a certeza de suas profecias.

Por último, o mais distanciado de Pessoa, que produziu um singelo conjunto de Trovas, o singelo aqui não desmerece em nada as Trovas do Bandarra, possibilita-nos, pela leitura de suas composições, avaliarmos o grau em que foram reconfigurados muitos sentidos, latentes nas Trovas do mesmo sapateiro de Trancoso, organizados na arguta retórica de Vieira, para desembocarem no Quinto Império versificado por Pessoa em *Mensagem*.

A despeito de em *A Ilustre Casa de Ramires* não existirem referências diretas ao mito do Quinto Império a ser enfeixado por Portugal, toda a obra, narrativa encaixante e encaixada, intercepta a história do reino, as reveses sociopolíticas do mesmo, podendo, portanto, ser analisada à luz desta persistente efabulação cultural no/do meio cultural português – o mesmo quinto império.

⁴⁶ VIEIRA, A. *História do Futuro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

Em virtude das Trovas do Bandarra, pelo menos o seu primeiro *corpus*, antecederem em quase um século a obra de Vieira, a sua *Esperanças e História do Futuro*⁴⁷ teriam sido escritas entre 1653 e 1661, analisaremos primeiramente alguns dos sentidos produzidos pelo humilde sapateiro de Trancoso em suas estrofes. Tomaremos como referência a edição *Profecias do Bandarra – Sapateiro de Trancoso*⁴⁸.

A data de nascimento e morte de Gonçalo Anes não está estabelecida. Ele teria nascido em torno de 1500 e morrido em 1545 ou 1556. Até mesmo a grafia do nome do sapateiro de Trancoso tem as variantes Yannes, Eanes e Annes. Suas Trovas teriam sido escritas na quarta década do século XVI – entre 1530 e 1539: muito anteriores, portanto, tanto à obra de Vieira, quanto antecedem, no mínimo, de quatro décadas a morte/desaparecimento de El-Rei Dom Sebastião, no norte da África.

O local onde nascera Bandarra, Trancoso, uma vila medieval localizada entre as Beiras Alta e Baixa, no norte de Portugal, sempre tivera uma forte presença judaica. António Carlos Carvalho, autor de Trancoso terra de “letrados”, um dos trechos que introduz a edição das Trovas por nós utilizada, assim descreve a vila que viu Bandarra nascer.

Casas pequenas com duas portas, uma larga para dar entrada às mercadorias e ao lado outra estreita para entrada da habitação: era a antiga Judiaria. A raça judaica durante muitos séculos teve em Trancoso um poderoso centro de comércio e só com as perseguições é que conseguiram acabar com a sua influência na vida econômica da região, empobrecendo o seu movimento e a vida local e importância

⁴⁷ Maria Leonor Carvalho Buescu, autora da Introdução à edição da obra de António Vieira, *História do Futuro*, citada em nossa nota de número 46, no item 2. O projeto da História do Futuro das referidas notas introdutórias, apresenta-nos uma sinopse sobre o desenvolvimento do projeto de Vieira. “De qualquer modo, o que parece certo, [...] é que o período mais importante no avanço do seu projeto terá sido o período de 1653 a 1661, quando Vieira se encontrava quase ininterruptamente no Brasil, nesse Novo Mundo, novo cenário da profecia de Daniel, mais precisamente, no interior do Maranhão. E é também significativo que entre essas duas datas se situe aquela de 1659 que aponta para a redação das Esperanças: parece ser essa uma prova da germinação das duas obras, concebidas em simultaneidade cronológica e em concordância conceptual. p. 15. Cf. BUESCU, M. L. Carvalho. Introdução. In: VIEIRA, A. *História do Futuro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982. p. 9-26.

⁴⁸ BANDARRA, Gonçalo Annes. *Profecias do Bandarra*. 6ª. ed. Lisboa: Vega, 2000.

da vila sobre os povoados em volta pertencentes ao concelho.(CARVALHO, 2000, p. 17)⁴⁹.

É neste ambiente, onde se mesclavam traços da cultura judia e da católico-cristã, que florescerão os sonhos de Gonçalo Annes Bandarra. De fato, bem poderíamos apreendê-las, as Trovas, quase como um messianismo à portuguesa. Pensamos que este último só não alcançou um maior desenvolvimento na Península Ibérica em virtude do radicalismo da Inquisição. Em Portugal, a insegurança entre os cristãos novos começa a imperar justamente na década em que Bandarra escreve suas Trovas: em 1536 o Tribunal do Santo Ofício instala-se em Portugal.

católico e da sociedade em geral ao seu tempo, as estrofes do Bandarra passam a incomodar as autoridades portuguesas. Havia já um clima que possibilitava a fermentação político-religiosa: “Ao princípio era o messianismo hebraico, alimento espiritual de judeus e cristãos-novos, expulsos da Espanha pelos fins do século XV e inseguros em Portugal, onde a sua perseguição se preparava”.⁵²

Logo Bandarra será acusado de judaísmo. Detido pela Inquisição, ele sairá em auto-de-fé e será obrigado a abjurar os seus “erros”. A sentença inquisitorial, da qual nos apropriamos através de António Carlos Carvalho, impunha:

“... que publicamente declare sua tenção acerca das Trovas que tem feito (...) e que daqui por diante se não entremeta mais a responder

Encoberto” que fecha a sua *Mensagem*. O segundo dos Avisos não é outro senão o próprio António Vieira.

Antes de passarmos às análises de alguns dos trechos da *História do Futuro de Vieira*⁵⁴, imprescindíveis à visualização dos malabarismos de retórica vieirianos possibilitadores do recorte de Portugal como a nação eleita para capitanear o Quinto Império, tomaremos algumas estrofes da obra de Bandarra.

A primeira observação a ser feita com relação às Trovas é o fato de que, apesar de serem constituídas por três *corpus* – Sonhos primeiro, segundo e terceiro – só o primeiro pode, com certeza, ter sua autoria atribuída a Gonçalo Annes Bandarra. O segundo *corpus* só apareceu antes da restauração e, o terceiro, em 1729, cerca de duzentos anos depois que a primeira parte da obra de Bandarra começou a ser conhecida. O mesmo António Carlos Carvalho, autor de textos introdutórios à edição da obra do sapateiro de Trancoso que utilizamos, registra o fato.

Também no século XVIII, no tempo de D. João V, apareceu outra série de “Trovas” atribuídas ao Bandarra, que se dizia terem sido encontradas em 1729, escondidas numa parede da capela-mor da Igreja de S. Pedro, em Trancoso. Tratava-se do apócrifo “Terceiro Corpo”, o “Segundo Corpo”, também apócrifo, anterior à restauração, dizia-se extraído de cópias que o cardeal Nuno da Cunha dera ao Provincial dos Eremitas de Santo Agostinho. (CARVALHO, 2000, p. 25-26)⁵⁵.

A primeira estrofe que tomamos das Trovas integra uma espécie de introdução ao primeiro *corpus* das mesmas – ao Sonho primeiro – intitulada “Sente Bandarra as maldades do mundo e particularmente as de Portugal”.

Porque usam de Simonias
E adoram os dinheiros,
As Igrejas, pardieiros,
Os corporais por mais vias
(BANDARRA, 2000, p. 35).

⁵⁴ VIEIRA, A. *História do Futuro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982.

⁵⁵ CARVALHO, A. C. *Venturas e Desventuras de um Livro*. In: BANDARRA, G. A. “*Profecias*” do Bandarra – *Sapateiro de Trancoso*. 6ª. ed. Lisboa: Vega, 2000. p. 25-27.

Do Sonho primeiro tomaremos apenas duas estrofes, as de números

LXXXVII e LXXXVIII.

o trabalho nos campos, etc., contrapostos à fidalguia, aos oficiais de justiça e aos clérigos, uma bem engendrada crítica à sociedade portuguesa da primeira metade do século XVI.

Na primeira das estrofes que extraímos do *Sonho primeiro* surge uma referência ao tempo em que discorre o sujeito poético: /Já se cerram os quarenta⁵⁶, e outra a um infante, /O seu nome é D.João⁵⁷. Nós as tomamos porque as mesmas possibilitam a percepção de transmutações de sentido, realizadas posteriormente por outros autores, tomando por referência as composições do Bandarra.

Atentemos para o tempo cronológico por um lampejo poético tangenciado: os anos quarenta do século XVI. Trata-se do reinado de D. João III, cujos três príncipes seus filhos morrem precocemente. Apenas o príncipe D. João alcança os dezesseis anos de idade, em 1554. Nesta última data, o rei novo, alevantado por um doutor já passado, morre, aos dezesseis anos de idade, dias antes do nascimento de seu filho, o futuro El-Rei Dom Sebastião. Como o ano do nascimento do príncipe que morre precocemente é o de 1538, podemos presumir que o mesmo deveria contar cerca de dez anos – já se encerravam os quarenta – quando Bandarra escreve suas Trovas. O regozijo com o fortalecimento do príncipe, futuro pai de D. Sebastião, que tinha uma saúde tão frágil quanto a de seus irmãos que haviam perecido em tenra idade, era plenamente justificável: assegurava-se a continuidade da dinastia de Avis e a manutenção da autonomia do reino. Essas observações são importantes porque, quando da realização de reapropriações de sentidos dos versos do sapateiro de Trancoso, inúmeras elisões serão efetuadas, como de traços que acabamos de evidenciar, na produção de outras significâncias – elevação de outros signos.

⁵⁶ BANDARRA, 2000, p. 62.

⁵⁷ BANDARRA, 2000, p. 62.

Sobre os Sonhos segundo e terceiro, dos quais não se pode afirmar que sua autoria seja, de fato, de Bandarra, faremos apenas dois comentários que julgamos de relevância para nosso estudo.

o nordeste brasileiro por ocasião da União Ibérica. Vieira foi ainda um grande teólogo

que imperaria em todo o mundo através dos tempos infindáveis. Sigamo-lo por este enovelado caminho.

Para iluminar o futuro com a candeia do já havido, Vieira retrocede aos tempos do império babilônico sob Nabucodonosor. Ele nos conta do misterioso sonho do soberano da Babilônia que, por tão assombroso, apagara-se completamente da mente do imperador. Desesperado por saber o sonho prehe de grandes coisas e não conseguir recordá-lo, Nabucodonosor convoca os sábios de seu reino para que eles adivinhassem o que ele havia sonhado bem como o seu significado. Os sábios não podendo fazê-lo são condenados à morte. Será um prisioneiro, Daniel, de origem hebraica, a caminho do

... Daniel, o hebreu, que interpretará o sonho o

puxadas por cavalos de cores diferentes. As carroças, da mesma forma que as partes do corpo da estátua do sonho de Nabucodonosor, representariam os mesmos quatro

fortísimos foram os Espanhóis, e entre esses Espanhóis os fortísimos dos fortísimos foram os Portugueses”⁶⁴.

Para completar seus raciocínios sobre o futuro império que será espiritual e temporal, o teólogo jesuíta acrescenta: “É conclusão certa e de fé que este Quinto Império de que falamos, anunciado e prometido pelos Profetas é o Império de Cristo e dos Cristãos”⁶⁵. Sem citar o nome de Portugal, mas o elevando bem acima dos demais pelas imagens que constrói, o clérigo reafirma a missão de seu país ao percorrer todo o mundo – a pedra que cresce e ocupa toda a Terra:

Se a Pedra, crescendo, se fez um grande monte [a mesma pedra que derrubara o colosso do sonho de Nabucodonosor] o qual grande monte encheu e ocupou toda a Terra, e este é o Império profetizado de Cristo,

História do Futuro, tomaremos postulados que tratam da intertextualidade. Na verdade, na Parte II desse trabalho, em nossas notas sobre as obras de Eça de Queirós e Fernando Pessoa, referenciamos a intertextualidade em uma nota de pé-de-página, a de número 04, lançada à página 80. Nesta, procuramos distinguir o conceito de intertextualidade de um outro, hipotetizado por nós como transtextualidade. Nesta altura de nosso trabalho podemos recuperar esta discussão.

José Augusto Seabra, no seu *O heterotexto pessoano*⁶⁶, aborda e amplia o complexo leque dos conceitos relacionados à interpenetração entre textos no primeiro capítulo da obra em referência. Sigamos as formulações do autor.

Seabra, valendo-se de conceituações de Gérard Genette⁶⁷, de Antoine Compagnon⁶⁸ e de Julia Kristeva⁶⁹, referencia postulados teóricos como o da transtextualidade, da intertextualidade, da metatextualidade, dentre outros. Tomemos

A heterotextualidade inscreve-se, enquanto expressão da transtextualidade, numa prática significantemente translingüística, *pondo em causa as estruturas da língua**, que se manifestam ao nível do fenotexto, mas que o genotexto atravessa, redistribuindo as suas unidades segundo outra lógica: a lógica poética, que é a lógica da contradição, ou da *coincidentia oppositorum*, em que uma negatividade generalizada opera. (SEABRA, 1988, p. 18). (*Grifos

Processo análogo pode ser entrevisto na fabulação poética de Pessoa que

usa também icônica o poema "António Vieira" de *Mensagem*

o que realiza Pessoa pela transtextualização do legado de Vieira. É o próprio sujeito poético quem nos confirma o hipotetizado anteriormente na terceira estrofe do mesmo poema. A luz com que ele faz rebrilhar o imperador da língua portuguesa, seu quinto império, acoplando-os ao mito sebastianista, /[...] é luz do etéreo/. É uma madrugada irreal que doira o Tejo da mesma maneira que Vieira dourara a imaginada quimera de seu Quinto Império.

Referenciaremos agora o Bandarra, poema que antecede o dedicado a António Vieira na *Mensagem* de Pessoa. Muitas de nossas considerações sobre as Trovas de Gonçalo Aines Bandarra poderão, agora, ser recuperadas.

O BANDARRA

Sonhava, anónimo e disperso,
O Império por Deus mesmo visto,
Confuso como o Universo
E plebeu como Jesus Cristo.

Não foi nem santo nem herói,
Mas Deus sagrou com Seu sinal
Este, cujo coração foi
Não português mas Portugal.
(PESSOA, 1988, p. 83).

À magnanimidade do tom do poema encabeçado por Vieira contrasta a simplicidade das duas estrofes – os oito versos – intitulados “O Bandarra”. Este tom mais simples já se nos insinua no primeiro verso: /Sonhava anónimo e disperso/. No terceiro verso é dito: /Confuso como o Universo/. Ao nos debruçarmos sobre as Trovas do Bandarra, referimo-nos ao Sonho primeiro, uma vez que, como evidenciado anteriormente, o segundo e terceiro *corpus* muito dificilmente poderiam ser de autoria do sapateiro de Trancoso; as significâncias apreendidas a partir das composições de Bandarra não nos parecem assim tão confusas. O confuso, na composição pessoana, apreendemos como um recorte de sentido a apontar para algo ainda embrionário, sendo gestado. O algo ainda indiviso nos versos de Bandarra, de que o sujeito poético deseja

se reapropriar – transtextualizar para produzir a própria significância – são os fragmentos de sentido que servirão de lastro ao seu genotexto: O Quinto Império ou, em

outros termos, *Os heróis da sociedade*

trajetória do reino da Idade Média ao fim do século XIX. A forma de realização

personagem-narrador manda buscar em casa do cunhado Barrolo, “da rica livraria clássica que o Barrolo herdara do tio deão da Sé, todos os volumes da História Genealógica, todos os cartapácios com títulos de Crônicas do Rei”⁷⁴. Além destes últimos, a História de Herculano, o Monge de Cister. Ou seja, o trabalho de

... de traços de

De fato, quando finalmente Gonçalo consegue alinhar o trecho referenciado de sua novela histórica, ele apagará os traços que, na obra do tio, conformavam a significância preterida em favor de sua prosa de "realidade épica".

o futuro; como já analisado, a luz vieiriana que se projeta para iluminar o desconhecido é feita de fragmentos do passado – ele os redimensiona para lograr êxito na configuração de sua profecia. Vieira chega a espacializar o tempo. Ele atribui a este último dois hemisférios:

O tempo, como o mundo, tem dois hemisférios: um superior e visível, que é o passado, outro inferior e invisível, que é o futuro. No meio de um e outro hemisfério ficam os horizontes do tempo, que são estes instantes do presente que imos vivendo, onde o passado se termina e o futuro começa. Desde este ponto toma seu princípio a nossa *História*, a qual nos irá descobrindo as novas regiões e os novos habitantes deste segundo hemisfério do tempo, que são os antípodas do passado. Oh que coisas grandes e raras haverá que ver neste novo descobrimento! (VIEIRA, 1982, p. 45-46). (Grifo do autor).

Após juntar e transtextualizar os traços de sentido que ele, Vieira, julga serem os iluminadores do futuro, é do/no presente que fala o jesuíta. Ou seja, ao recorrer a estas estratégias, o clérigo delata, da mesma forma que ocorre na narrativa de Queirós, o seu tempo sociocultural. O tempo vieiriano da *História do Futuro* é o do Portugal seiscentista, restaurado em virtude de uma conjunção de forças que o permitiram. Reino recém-independentizado da Espanha, mas frágil e, logo, carente de uma produção significativa que lhe auferisse as glórias de um grande e poderoso quinto império no porvir.

Com relação aos sentidos instilados em *A Ilustre Casa de Ramires* sobre a saga marítimo-colonizadora portuguesa, além das desconstruções irônicas desta última, algumas delas tratadas em seção anterior, outros aspectos podem ser apreendidos. Um deles refere-se à fabulação entretecida em torno da tentativa de Gonçalo de fazer prosperar o prazo que ele arrendara em Macheque, na África. Em fins do século XIX, o império colonial português quase que se reduzia a Angola e a Moçambique. Na Ásia, os portugueses foram perdendo o controle de várias de suas ex-possessões, como a Índia, a Malásia e pontos de arquipélagos do sudeste asiático, para os países europeus centro-ocidentais que, desde o século XVIII, passavam por processos socioeconômicos que os

conduziriam, ao longo do século XIX, ao estágio do capitalismo industrial e livre-concorrencial. Ou seja, do antigo e glorioso império, que reunia pontos do extremo Oriente ao Brasil, restavam muito mais as construções de sentido sobre o mesmo império do que territórios passíveis de serem localizados no espaço da Terra.

Sob esta ótica, o prazo que a personagem Gonçalo Mendes Ramires arrenda na África não poderia ser apreendido como a transmutação, em escala quase que microscópica, do incomensurável império que havia se espalhado ao redor do planeta?

Para encerrarmos este tópico, as transmutações efetivadas nas duas obras em estudo, em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*, dos símbolos surgidos em torno do império português do ultramar, problematizaremos um recorte mítico recorrente no meio cultural português: o do enriquecimento fácil nas possessões portuguesas que se

... do século XVI do sudeste asiático à América. Na verdade, provavelmente

ultramar, que uma das primeiras aparições da África na obra de Queirós seja através de um sonho da personagem-narrador, Gonçalo Mendes Ramires. “Voltou derreadamente à cama: e readormeceu logo, muito longe, sobre as relvas profundas dum prado de África, debaixo de coqueiros sussurrantes, entre o apimentado aroma de radiosas flores, que brotavam através de pedregulhos de ouro”⁷⁶.

Na *Mensagem* pessoana, se o nome África se não nos surge, a saga marítima portuguesa, dramatizada em versos por Pessoa, tem quase toda a sua duração – o tempo/espço da obra – entrançado ao périplo africano, ainda que este continente, em “O Encoberto”, esteja enevoadado pela bruma que cobre a ilha que guarda El-Rei Dom Sebastião. Além disso, o Portugal que o poeta de *Mensagem* recria não é outro senão o que, na pré-modernidade, de princípios a fins do século XV, acabou por gestar a primeira expressão do “espírito civilizacional europeu”. Este último ainda percorreria uma longa rota, no tempo e em espaços de estados-nacionais diversos, até a contemporaneidade vivida, tanto por Eça de Queirós, como por Fernando Pessoa.

Na mesma *Mensagem*, nos fragmentos que a integram, se não perscrutamos ou não podemos inferir sentidos que remetam às polémicas em torno do enriquecimento nas possessões portuguesas do além-mar, tal como ocorre em *A Ilustre Casa de Ramires*. É em virtude da elisão desta significância por parte do poeta em favor da

Para que possamos apreender, ainda que insuficientemente, as transmutações efetivadas em *A Ilustre Casa de Ramires* dos sentidos ligados às hipotetizadas riquezas das possessões portuguesas de Ásia, África, etc., e algumas das prováveis razões pelas quais o poeta de *Mensagem* as rasura em sua obra, tomaremos o livro *Peregrinação*⁷⁷, de Fernão Mendes Pinto, como fomento.

A *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, as venturas e desventuras deste português do século XVI, a despeito dos muitos expurgos que a mesma deve ter sofrido, tanto por parte do autor, quanto do Santo Ofício, fornece-nos, sob um ângulo que não o das epopéias laudatórias da saga marítima portuguesa, uma visão do período em que Portugal detinha o controle de entrepostos comerciais que se estendiam do Oriente ao Ocidente. Situemos Mendes Pinto, suas peregrinações, do ponto de vista geo-sociológico.

A data de nascimento do autor de *Peregrinação*, tal como a de Bandarra, não foi precisamente estabelecida: oscila entre 1509, 1511 e 1514⁷⁸. O mais importante para nosso estudo é que qualquer uma delas o torna contemporâneo do período em que Portugal se assenhoreara de portos na longínqua Malásia: em Málaca, os portugueses traficavam com povos de regiões ainda mais distantes, chineses, japoneses, dentre outros. Ao contrário da data de nascimento de Mendes Pinto, a da sua morte é conhecida: 1583. Na dedicatória de *Peregrinação* consta o seguinte: “Dedicada à Católica Real Majestade del Rei dom Felipe o III deste nome nosso Senhor”⁷⁹.

Fernão Mendes Pinto talvez possa ser definido como um misto de aventureiro/corsário que esteve 21 anos, entre 1537 e 1558, vagando por entrepostos comerciais estabelecidos pelos portugueses no litoral oeste da Índia, por cidades do

⁷⁷ PINTO, Fernão Mendes. *Peregrinação*. 8ª. ed. Porto: Portucalense Editora, 1944.

⁷⁸ Cf. COSTA PIMPÃO, A. J. da. Notícia biográfica de Fernão Mendes Pinto. In: PINTO, F. M. *Peregrinação*. 8ª. ed. Porto: Portucalense Editora, 1944. p. IX-XXI.

⁷⁹ PINTO, Fernam Mendez. *Peregrinacam*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1614. Obs.: procedemos à atualização ortográfica nas citações no corpo do texto.

Golfo Pérsico, do extremo sudeste da Malásia; viajou, também, a diversas partes da China e ao Japão.

Provavelmente, muito do que fosse embaraçoso, tanto para o clero católico, quanto para as autoridades portuguesas tenha sido expurgado da edição que veio a lume em 1614, da qual extraímos a dedicatória a Felipe III de Espanha. Nós reenfatizamos as prováveis censuras à obra em virtude de Mendes Pinto ter sido noviço da Companhia de Jesus. O autor de *Peregrinação*, depois de ter presenciado, em 1554, as pungentes demonstrações de fé da população de Goa, por ocasião da chegada a esta cidade do litoral indiano do corpo do missionário português, Padre Francisco Xavier, resolve abraçar a vida missionária. Engaja-se na Companhia de Jesus e junta-se a outros jesuitas para o empreendimento de uma viagem de evangelização de povos habitantes do arquipélago japonês. A despeito de todo o fervor missionário demonstrado por Mendes Pinto, ele logo abandona a Companhia de Jesus e esta, por sua vez, “procurou apagar de alguns documentos em seu poder o nome de Fernão Mendes”⁸⁰. Um véu encobriu as causas da perda de entusiasmo por parte de F. M. Pinto com relação à missão evangelizadora de povos habitantes do Japão. Em 1558 o autor de *Peregrinação* está de volta a Lisboa. Poucos meses antes de morrer, em 1583, ele passara a receber uma tença “de dois moios de trigo, a partir de 1 de janeiro de 1583, em respeito aos serviços que ... tem feitos nas partes da Índia”⁸¹.

Não é nosso intuito apresentarmos uma sinopse de toda a *Peregrinação*, mas tomaremos alguns dos pequenos capítulos que a compõem. No capítulo II o

estreito de Meca, e do que passei nesta viagem”⁸², o aventureiro dá mostras suficientes das ações praticadas pelos representantes da Fé Católica nas longínquas paragens por onde eles andavam/vagavam. No caminho de Meca eles [os da nau portuguesa] atacam um navio. Apropriemo-nos de alguns trechos da narrativa de Mendes Pinto.

E dando-lhe caça todo o mais que restava da noite, prouve a nosso Senhor que já quase manhã ela [a embarcação] se rendeu por si com morte de sessenta e quatro homens dos oitenta que nela vinham, e os que ficaram vivos se lançaram ao mar [...] Assim que de todos os oitenta não escaparam mais que só cinco [...] dos quais um foi o capitão da nau: [o capitão capturado é forçado a dar aos portugueses informações sobre as armadas turcas]. [...] nos veio a confessar [o mesmo capitão] que era cristão *renegado* [...] e que não havia mais que quatro anos se tornara Mouro. (PINTO, 1944, p. 11). (Grifo nosso).

Após a extração desta última confissão, os capitães do navio em que seguia Mendes Pinto resolvem reconverter o oficial da nau destruída ao cristianismo.

[...] a que ele respondeu tão duro, e tão fora de toda a razão, como se nascera e tivesse se criado sempre naquela *maldita seita*. Os capitães ambos vendo quão *cego* e obstinado estava este mal-aventurado no conhecimento da santa e católica verdade [...] como tinha confessado, [...] com um *zelo santo da honra de Deus o mandaram atar de pés e mãos, e vivo foi lançado ao mar com um grande penedo no pescoço* [...]. (PINTO, 1944, p.11-12). (Grifos nossos).

Não continuaremos a recortar trechos da obra de Mendes Pinto, apenas comentaremos alguns deles. Os portugueses, em suas investidas sobre povos e terras que iam da Índia ao sudeste asiático, praticaram o corso, a tortura e a expropriação de riquezas, os grandes motopropulsores da expansão marítima, utilizando a propagação da fé católica como uma justificativa ideológica. Nas palavras de A. J. da Costa Pimpão, autor das notas introdutórias à edição da obra de Fernão Mendes Pinto a que recorremos:

Fernão Mendes não esconde coisa alguma: nem a cobiça que, sob os mais variados pretextos, o levava [...] como aos outros, a arriscar a vida [...] nem a ferocidade em face do inimigo vencido [...].

⁸² PINTO, 1944, p. 09. Obs.: procedemos à atualização ortográfica, uma vez que a edição que utilizamos, da Portucalense Editora, de 1944, reproduziu a grafia de inícios do século XVII, 1614, data da primeira edição da obra de Fernão Mendes Pinto.

Em vez da epopéia, que iguala os homens aos deuses, vemos aqui a pobre argila humana, bem decaída, atolando-se na vasa de que Deus tentara erguê-la, inteiramente “atada” a todas as misérias da terra. (COSTA PIMPÃO, 1944, p. LXXX)⁸³. (Grifos nossos).

Após nossos comentários sobre a *Peregrinação* de F. M. Pinto, muitas das transmutações realizadas em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*, do ideário criado em torno da ação marítimo-colonizadora do Portugal quinhentista, aclaram-se. Se na obra de Eça de Queirós a colonização portuguesa dos além-mares pôde ser reduzida a “plantar umas cruzes de pau, atirar uns safanões aos pretos”⁸⁴, em *Mensagem* de Pessoa, ela é ungida, como no pórtico de entrada da obra, pelo signo de Deus. Contrastadas as duas reapropriações, a queirosiana e pessoana, temos, de um lado, uma desconstrução irônica, que elide alguns dos aspectos que evidenciamos anteriormente ao analisarmos a *Peregrinação* do mesmo Mendes Pinto. No outro extremo, na epopéia dramatizada em versos por Pessoa, a significância sobrelevada pelo poeta é mágico-histórica teleguiada por desígnio divino.

5 - Cruz

O último dos signos que tomaremos, que trespassou os tempos e as mais diversas culturas, consubstanciando-se no símbolo sagrado dos cristãos, é a Cruz.

Este símbolo católico-cristão há cerca de dois milênios introjetado no imaginário de milhões e milhões de cristãos, católicos ou não, espalhados por todo o mundo, é aquele dentro do qual se encaixam as mais diversas histórias, múltiplas

imposição pelos cristãos a grupos de seres humanos, em alguns casos, totalmente alheios à simbologia emanada da mesma. Este último caso foi o de nativos da América e de longínquas partes da Ásia, os quais foram sendo, gradativamente, por via de uma

tem em sua linha de ascendência formas que a tornam um produto alcançado por sucessivas transmutações culturais. Centenas de anos antes que o símbolo dos cristãos assumisse a forma como viemos a conhecê-lo, inúmeras protocruzes a antecederam. O mais significativo para o processo que buscamos entrever é o fato de que o surgimento destas últimas, talvez pudéssemos dizê-las “cruzes primitivas”, deu-se em meio a culturas muito diversas da católico-cristã: em algumas destas últimas mescladas, as

mas perante a falta de forças próprias etíopes, acabaram por não agüentar. D. Cristóvão da Gama e muitos dos seus homens perderam a vida a lutar pela salvação deste reino tão lendário como místico. Alguns sobreviveram, regressaram à Índia. *Outros embarcaram de volta para Portugal, demorando-se alguns ainda nos Açores.* (DAEHNHARDT, 1991, p. 24). (Grifos nossos).

No trecho recortado o autor fala do envio de forças portuguesas em socorro do reino do Preste João, “tão lendário como místico”, que estava prestes a ser dominado pelos muçulmanos. Os dados sobre a existência do referido reino são imprecisos. Sabe-se que um reino cristão existiu em regiões hoje abrangidas pela atual Etiópia e Egito e que no mesmo falava-se uma língua copta e praticava-se um culto cristão primitivo. Como primitivo queremos assinalar o distanciamento deste último das práticas católico-cristãs oficializadas pela Roma Imperial a partir do século IV. A própria origem do

A terceira e talvez a mais importante representação simbólica neste rolo [copta] é a da cruz. Não se trata de uma cruz qualquer, mas sim da cruz celta, na sua versão copta *com a flor ao centro. A sobreposição da rosa à cruz*, em todas as suas possíveis variantes, foi sempre uma indicação de iniciação. Quem junta a rosa à cruz, sabe e

Em uma tentativa insuficiente de sintetizarmos as muitas linhas de proveniência que acabaram por desembocar em um dos símbolos mais venerados pelos cristãos, diríamos: fragmentos de culturas as mais diversas foram sendo recortados e sobrepostos; este processo, ocorrido ao longo de muitos séculos e em virtude da conjugação de uma miríade de forças socioculturais, desembocou na forma – Cruz - já por cerca de dois milênios associada ao Deus uno dos cristãos e ao representante daquele que pela Terra caminhou, Jesus Cristo.

Daehnhardt, no estudo em referência, tem como tese principal a de que a Ordem dos Templários⁸⁹, uma organização militar e religiosa surgida na Idade Média

⁸⁹ Oficialmente trata-se de uma ordem religiosa militar instituída em Jerusalém no ano de 1118, perto

para enfrentar os inimigos da Cruz, teve papel preponderante na formação dos reinos cristãos do ocidente europeu, inclusive de Portugal. O mesmo autor dá aos Templários, durante o reinado de D. Dinis em Portugal absorvidos pela Ordem dos Cavaleiros de Cristo, uma missão muito nobre de que o papa de Managem confere aos soldados

extraímos o fragmento que se segue:

Que símbolo divino
Traz o dia já visto?
Na Cruz, que é o Destino,
A Rosa, que é o Cristo.

pelo desabrochar, em seu seio, da rosa que faz nascer o Cristo, agora, morta e fatal, tem outra rosa: a do rei encoberto, a do soberano português morto/desaparecido em Alcácer Quibir, El-Rei Dom Sebastião. O sujeito poético, pela instrumentalização de fragmentos culturais que extrapolam os limites temporais e geográficos da cultura portuguesa, lapida a sua forma híbrido-compósita.

Neste último tópico de nosso capítulo que trata das transmutações dos signos e símbolos culturais através dos tempos e das culturas, processo este que a Cruz muito bem exemplifica, não poderíamos deixar de lado alguns aspectos do livro de Pessoa aos quais fizemos rápidas referências: o fato de *Mensagem* poder ser apreendida como uma nau-nação poema; o rosacrucianismo⁹² expresso no poema que analisamos, “O Encoberto”; um misticismo – mescla de traços de uma religiosidade herética/primitiva – pelo menos em face dos dogmas da Igreja de Roma, a um cristianismo, em que uma das definições possíveis seria a de místico-mítico.

Julgamos que no poema “O Encoberto”, em virtude das associações entre a vida, a flor, a figura do cristo e, por último, Dom Sebastião, muitos dos traços de uma religiosidade que poderia ser dita cristã primitiva se evidenciam. O trabalho de Daelnhardt do qual nos valemos nesta seção nos fornece indícios desta religiosidade cristã primitiva, mais próxima da natureza porque conectava o homem a sentidos (significâncias) de séculos, talvez milênios, anteriores à oficialização e imposição do culto católico pelo Império Romano.

⁹² “Mais que uma religião, poderíamos considerar o Rosacrucianismo como uma sociedade secreta, cuja doutrina está impregnada de alquimia, misticismo e ocultismo, nos parâmetros de um sincretismo peculiar, e cuja formação se atribui a um hipotético Vatter Christian Rosenkreuz, que terá vivido em 1378 e 1484. Como exemplo do interesse com que Fernando Pessoa viveu o Rosacrucianismo, como poeta, mencionaremos apenas os poemas ‘Eros e Psique’, ‘Iniciação’, ‘No túmulo de Christian Rosenkreuz’, e ‘Episódios’, ‘A Múmia’”. Cf. CIRURGIÃO, A. *O Olhar esfingico da Mensagem de Pessoa*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990. Nota de nº 74, página 222.

f) Antônio Fernando Passos, em um artigo intitulado "Explicação de um

templário e rosicruciano. E a este leitor seria fácil de concluir que, tendo as ordens templárias, embora não exerçam atividade política, conceitos sociais idênticos, no que positivos e no que negativos, aos da maçonaria; e girando o rosicrucianismo, no que social, em torno de idéias de fraternidade e paz (*Pax profunda, frater!* é a saudação rosicruciana, tanto para irmãos como para profanos), o autor de um livro assim seria forçosamente um liberal por derivação, quando o não fosse já por índole. (PESSOA, 1966, p. 434-435). (Grifos nossos).

A partir destas últimas falas de Pessoa que transcrevemos, podemos reaver muito do que postulamos em capítulos anteriores. A tentativa do poeta de enfeixar, na sua nau-nação poema, fragmentos culturais, supostamente os “identitários” da cultura portuguesa, mas cujas linhagens os tornavam o produto híbrido de séculos, até mesmo milênios, de reapropriações efetivadas por diversas culturas, dentre as quais o poeta sobreleva a portuguesa como exponencial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez seja este o momento mais complexo do trabalho por nós realizado ao longo deste estudo. Após as análises das formas de recriação de fragmentos identitários da cultura portuguesa, em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*, de Eça de Queirós e Fernando Pessoa, temos que eleger, dentre as muitas trilhas por nós vislumbradas, a que nos parece/pareceu sobrelevar-se às demais. Emparelhadas a dupla narrativa queirosiana e a nau-nação poema de Pessoa, um aspecto se nos surge como de grande importância: o da figuração de uma contra-história portuguesa em *A Ilustre Casa de Ramires* e em *Mensagem*. Por que a gravamos como “contra-história”? Em virtude

de sua natureza, que a diferencia da história da obra de Queirós e a da obra de Pessoa.

fossem estas compostas por fidalgos, nobres, etc., para melhor se apropriarem de tudo o que a ventura lhes pudesse prover –, tanto no que se refere à aquisição de bens materiais ou, na ausência destes, do *status* adquirido em virtude de alcançarem o poder. Ao revés da lente “irônico-crítica” queirosiana, a nau de Pessoa, a sua *Mensagem*, é imantada por uma “contra-história” que, a despeito de não negar nomes e fatos do passado português, unge os mesmos com o desígnio de Deus. Para alcançar este último efeito, o poeta eclipsa fatores que a História oficial gravou acerca dos agentes históricos dos quais ele se reapropria e contorna possíveis relativizações críticas de ações, fatos, nomes por ele cantados em sua epopéia dramática.

Tomemos primeiramente a obra de Queirós. Anteriormente tivemos a oportunidade de aludir aos usos, instrumentalização da personagem-narrador de *A Ilustre Casa de Ramires*, Gonçalo Mendes Ramires, autor de *A Torre de Dom Ramires*, por parte do narrador que se lhe sobrepõe, com vistas à desconstrução, tanto da mesma novela histórica, bem como de muitos dos eventos relacionados a uma suposta grandeza do Portugal do Medievo. Na verdade, as ironias queirosianas, disseminadas na obra através das falas de diversas personagens e pela subscrição de inúmeras vozes narradoras umas sob as outras, interceptam tanto a História do Portugal dos idos tempos como a da nação finissecular. A contra-história que apreendemos na obra de Eça de Queirós desponta: no espaço – intervalo – de enunciação em que o narrador da narrativa encaixante compunge o Fidalgo da Torre a desacreditar no produto do próprio trabalho – a sua *A Torre de Dom Ramires*; nas farpas irônicas disparadas contra o orgulho em virtude de uma suposta consangüinidade notabilizadora dos Ramires; no desdém relativo aos processos de colonização nos além-mares; dentre muitos outros momentos, em que do *locus* de enunciação vozes promovem rupturas no passado e presente português que co-habitam a obra de Queirós. Poderíamos, apropriando-nos de um

trecho da introdução à edição crítica de *A Ilustre Casa de Ramires*, de Elena Losada Soler, quando ela discorre sobre o trabalho “de consolidação da novela histórica que Eça pôde por fim escrever, através de Gonçalo Mendes Ramires, sem complexo de culpa”¹, acrescentar: a não existência de um provável complexo de culpa, por parte do autor, por ter tentado, em meio aos diversos, fragmentários e contraditórios registros do passado, reconstruir a história, só se torna apreensível em virtude da contra-história portuguesa, estrategicamente disseminada por ele nos interstícios da enunciação da mesma *A Ilustre Casa de Ramires*.

Valendo-nos do “ano da história”² de Benjamin, que olha para o passado e

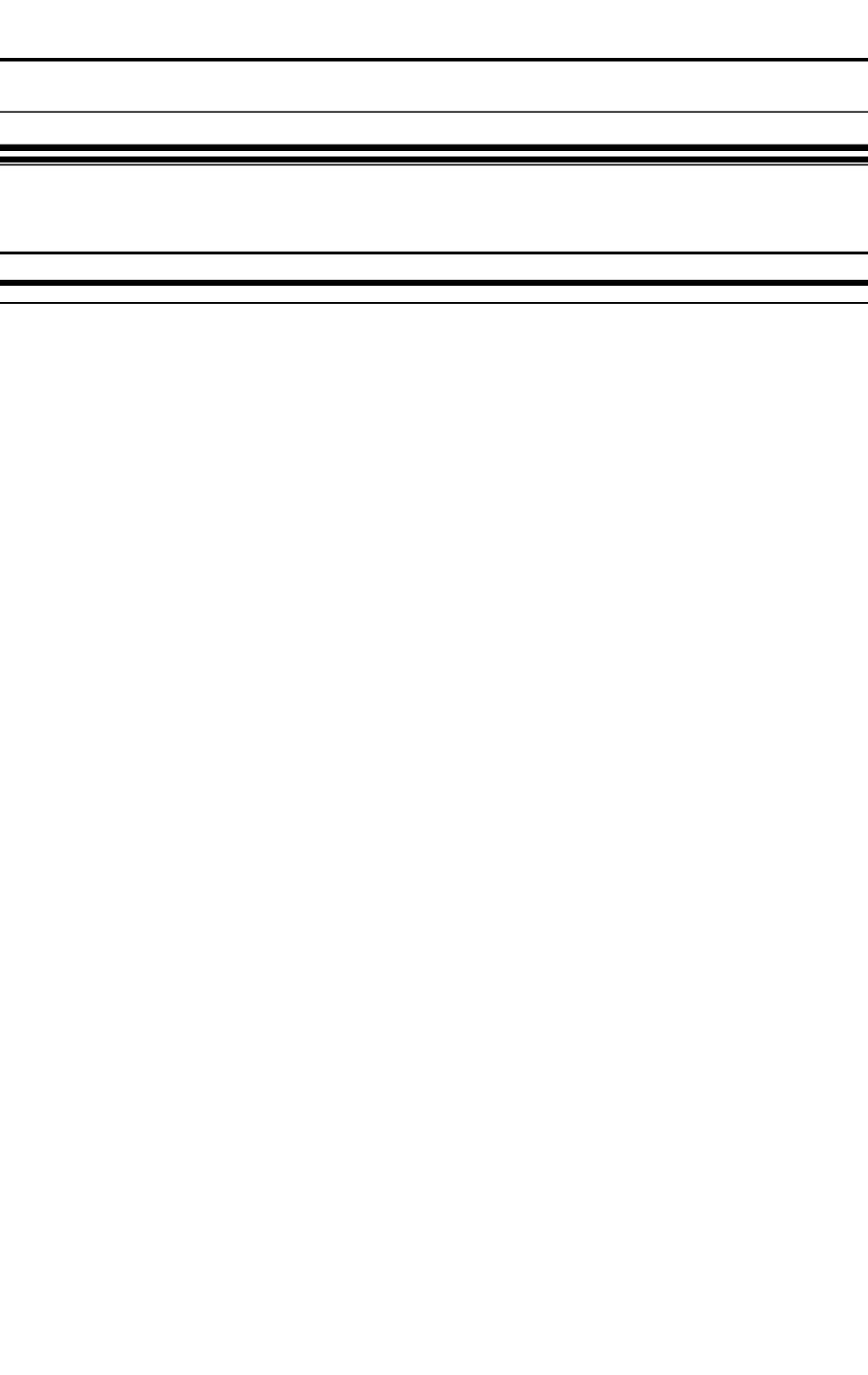
suas duas primeiras partes, é teleguiada por um desígnio mágico-histórico: divino. Entretanto, na terceira parte, uma “tormenta” desvia a nau-poema de sua rota e a deixa à deriva, à procura de si mesma, em meio ao nevoeiro do tempo e da distância.

É a partir deste aspecto, o do deslocamento da nau-nação portuguesa da rota que o poeta antevira como sendo seu destino, que mais uma vez recorremos a Benjamin e seu “anjo da história”. A tempestade que impele Portugal, transmutado em uma nau-poema por Pessoa em *Mensagem*, a partir do desastre de Alcácer Quibir, a(o) impele para o futuro. Este último pode ser apreendido como o progresso socioeconômico europeu da contemporaneidade, o qual tomara a nau-nação portuguesa obsoleta no cenário da Europa. Em termos mais próximos do anjo da história de Benjamin diríamos: o sujeito poético da última parte de *Mensagem* não pode olhar para os campos de Alcácer Quibir e encarar o amontoado de corpos dos portugueses que lá pereceram. Ele, o eu poético de “O Encoberto”, não “pode acordar os mortos e juntar os fragmentos”³ que restaram da batalha que fez desaparecer El-Rei Dom Sebastião. Estes últimos representam o fim do /ser [cultural português] que houve, não o que há⁴. Cabe ao poeta de *Mensagem* desviar sua nau-nação tanto do amontoado de corpos dos areais do

Por último, vale ressaltar com respeito aos deslocamentos realizados, nas duas obras, da História de Portugal, um aspecto de grande importância e que contrasta enormemente a narrativa queirosiana, *A Ilustre Casa de Ramires*, e o poema em drama de Pessoa sobre Portugal, a sua *Mensagem*. Referimo-nos às reapropriações do discurso histórico, quase que uma constante nas duas obras. Queirós, seja pela instrumentalização de sua personagem-narrador, pela via das farpas disparadas através das falas de muitas das personagens de *A Ilustre Casa de Ramires* ou, até mesmo, pela contraposição do próprio fabulista – a História – à História de Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. (Org.). *Ecos do Brasil: Eça de Queiros, Leituras Brasileiras e Portuguesas*. São Paulo: Editora SFNAC, 2000



CARVALHO, Mário de. *Um deus passeando pela brisa da tarde*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Filha do Arcediogo*. Lisboa: Europa-América, 1977.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Filha do Regicida*. Lisboa: Europa-América, 1977.

CASTELO BRANCO, Camilo. *A Queda dum Anjo*. Lisboa: Europa-América, s.d.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Anátema*. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Amor de Perdição*. São Paulo: Saraiva, 1968.

CASTELO BRANCO, Camilo. *Amor de Salvação*. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O Regicida*. Lisboa: Parceria Antonio Maria Pereira, 1925.

CASTELO BRANCO, Camilo. *O Santo da Montanha*. Lisboa: Livraria Editora e Oficinas Typographica e de Encadernação, 1907.

CIRURGIÃO, Antonio. *O Olhar esfingico da Mensagem de Pessoa*. Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1990.

COELHO, Maria T. P. *A Ilustre Casa de Ramires e a questão africana: entre a História e o mito*. In: *150 Anos com Eça de Queirós*. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses-FFLCH-USP, 1997. p.409-419.

COELHO, Nelly Novaes. Fernando Pessoa, A Dialética do Ser-Em-Poesia. In: *Obra Poética*. Rio Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p. XIII-XLIII.

COMPAGNON, Antoine. *Os cinco Paradoxos da Modernidade*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

COMPAGNON, Antoine. *O Trabalho da Citação*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.

COSTA LIMA, Luiz. (Org.). *Teoria da Literatura em suas fontes*. 3a.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Vol 1 e 2.

DAEHNHARDT, R. Os Templários na Formação e Expansão de Portugal. In: *A Missão Templária nos Descobrimentos*. Lisboa: Edições Nova Acrópole, 1991. Disponível em: <http://portugalsecreto.no.sapo.pt>. Acesso em: 16 Nov. 2004.

DUARTE, Lélia M. Parreira. Fernando, rei da nossa Baviera: um jogo no limite do silêncio. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 Nov. 1988. Suplemento Literário, Ano XXII, nº 1.110, p. 06.

DUARTE, Lélia M. Parreira. Realismo e “ilusão do real”: ambigüidade e ironia em *Eça de Queirós*. In: SCAPELLI, Marli F. & OLIVEIRA, Paulo Motta. (Orgs.). *Os Centenários: Eça, Freyre, Nobre*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001. p. 187-194.

DUSSEL, Enrique. Beyond Eurocentrism: The World System and the limits of Modernity. In: JAMESON, F. MIYOSHI, Masao (Eds.). *The Cultures of Globalization*. Durham, London: Duke University Press, 1998.

DUSSEL, Enrique. Eurocentrism and Modernity (Introduction to the Frankfurt

FRANCHETTI, Paulo. Gonçalo Mendes Ramires e Oliveira Martins: reaportuguesando Portugal. In: *150 Anos com Eça de Queirós*. Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses-FFLCH-USP, 1997. p. 469-476.

FREIRE, Gilberto. Lusitanidade e Universalidade em Eça de Queirós. In: PEREIRA, Lúcia Miguel & REYS, Câmara. *Livro do Centenário de Eça de Queirós*. Lisboa: Edições Dois Mundos, 1945. p. 23-30.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala* 43ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LANCASTRE, Maria José de. *Fernando Pessoa: uma fotobiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LEAKEY, R. *A Evolução da Humanidade*. São Paulo: Melhoramentos; Círculo do Livro. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 25-64.

LEBOCKI, M. L. G. *Fernando Pessoa: uma fotobiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MEDINA, João. *Eça Político*. Lisboa: Seara Nova, 1974.

MINÉ, Elza & CANIATO, B. Justo (Orgs). *150 Anos com Eça de Queirós: Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos*. São Paulo: Centro de Estudos Portugueses-FFLCH-USP, 1997.

MIRANDA, Wander Melo. Fingimentos da memória: a biografia ficcional de Ricardo Reis. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 Nov. 1988. Suplemento Literário, Ano XXII, nº 1.110, p. 03.

MOISÉS, Carlos Felipe. *Roteiro de Leitura: Mensagem de Fernando Pessoa*. São Paulo: Ática, 1996.

NUZZI, Carmela Magnatta. *Análise Comparativa de duas Versões de A Ilustre Casa de Ramires*. Porto: Lello & Irmão, 1976.

OLIVEIRA MARTINS, J. P. Causas da decadência dos povos peninsulares. In: *História da Civilização Ibérica*. 10ª. ed. Lisboa: Guimarães, 1973. p. 280-312.

OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. *Literatura e Artes Plásticas*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1993.

PADILHA, Laura Cavalcante. *O Espaço do Desejo: uma leitura de A Ilustre Casa de Ramires de Eça de Queirós*. Rio de Janeiro: EDUFF-EDUnB, 1989.

PAZ, Octavio. *A Outra Voz*. São Paulo: Siciliano, 1993.

PAZ, Octavio. Literatura de Fundação. In: *Signos em Rotação*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996. p. 125-131.

PAZ, Octavio. O Desconhecido de si mesmo: Fernando Pessoa. In: *Signos em Rotação*. 3ª. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1996. p. 220.

PAZ, Octavio. O Pacto Verbal. In: *Convergências*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 116-138.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. Crítica e Escritura. In: *Texto, Crítica, Escritura*. São Paulo: Ática, 1978. p. 35;57.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Fernando Pessoa – alguém do eu, além do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. O futurismo saudosista de Fernando Pessoa. In: *Actas do*

PESSOA, Fernando. "A Nova Poesia Portuguesa no seu Aspecto Psicológico. In: *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p.378-397.

PESSOA, Fernando. "A Nova Poesia Portuguesa Sociologicamente Considerada. In: *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p.361-378.

PESSOA, Fernando. "Como Organizar Portugal". In: *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p.591-599.

PESSOA, Fernando. "O Interregno – Defesa e Justificativa da Ditadura Militar em Portugal". In: *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1986. p.601-618.

PESSOA, Fernando. *Entrevista na Revista Portuguesa*. 13 de Outubro, 1923.

- QUEIRÓS, Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.
- QUEIRÓS, Eça de. *Contos*. Porto: Lello & Irmãos, s.d.
- QUEIRÓS, Eça de. *Correspondência*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- QUEIRÓS, Eça de. *O Crime do Padre Amaro*. Rio de Janeiro: Editora Três, 1972.
- QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1962.
- QUEIRÓS, Eça de. *O Primo Basílio*. Lisboa: Livros do Brasil, s. d.
- QUEIRÓS, Eça de. Prefácio dos “Azulejos” do Conte d’Arnos. In: *Notas Contemporâneas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1947. p. 115-136.
- QUESADO, José C. Basílio. (Des) Encontros (Des)Alento N’A *Ilustre Casa de Ramires*. In: *150 Anos com Eça de Queirós – Anais do III Encontro Internacional de Queirosianos*. São Paulo: Centro de estudos Portugueses/FFLCH/USP, 1997. p. 273-277.
- QUESADO, José C. Basílio. *Labirintos de um livro à beira-mágoa: análise de Mensagem de Fernando Pessoa*. Rio de Janeiro: Elo, 1999.
- RAMOS JÚNIOR, José de Paula. *Roteiro de Leitura: A Ilustre Casa de Ramires de Eça de Queirós*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- RAMOS, Feliciano. *Eça de Queirós e Seus Últimos Valores*. Lisboa: Ocidente, 1945.
- REIS, Carlos. *Estatuto e Perspectivas do Narrador na Ficção de Queirós*. 3^a.ed. Coimbra: Almedina, 1984.
- REIS, Carlos. *Estudos Queirosianos*. Ensaios sobre Eça de Queirós e a sua obra. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- RIBEIRO, D. *O Processo Civilizatório*. 7a. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- SANTIAGO, Silviano. *Nas Malhas da Letra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Cortez, 2000.
- SARAIVA, Antonio José. *As Idéias de Eça de Queirós*. 2^a. ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1982.
- SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. 22^a. ed. Lisboa: Europa-América, 2003.
- SARAMAGO, José. *História do Cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. Lisboa: Editorial Caminho, 1982.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. 20a.ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

SCARPELLI, Marli F. & OLIVEIRA, Paulo Motta.(orgs) .*Os Centenários: Eça, Freyre, Nobre*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

SEABRA, José Augusto. *Fernando Pessoa ou o Poetodrama*. 2^a. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

SEABRA, José Augusto. *O Heterotexto Pessoaano*. São Paulo: Editora Perspectiva- Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

SEABRA, José Augusto. *A Técnica do Mito*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

SOUZA, Eneida Maria de. A Escrita Emblemática de *Mensagem*. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 19 nov. 1988. Suplemento Literário, Ano XXII, nº 1.110. p. 07.

SOUZA, Eneida Maria de. *Traço Crítico: ensaios*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Editora UFRJ/UFMG, 1993.

SPARKS, Colin. Stuart Hall, Cultural Studies and Marxism. In: MORLEY, David & CHEN, Kuan Hsing. (Ed.). *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*. London-New York: Routledge, 1996. p. 71-99.

TINDALL, William York. *The Literary Symbol*. Bloomington-London: Indiana University Press, 1974.

VALENSI, Lucette. *Fábulas da Memória: a batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VIEIRA, Antonio. *História do Futuro*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: 1982.

VIEIRA, Antonio. Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. In: *Sermões*. São Paulo: Cultrix, 2000.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2001.

WHITE, Hayden. O Texto Histórico como Artefato Literário. In: *Trópicos do Discurso*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 97-116.

ZILBERMAN, Regina. *Estética da Recepção e História da Literatura*. São Paulo: Ática, 1989.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)